

**unesp**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

**Gilberto Gomes Cândido**

**O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO  
DOCUMENTO DE ARQUIVO.**

**Marília/SP  
2020**

**Gilberto Gomes Cândido**

**O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO  
DE ARQUIVO.**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

**Orientador:** Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes (UNESP)

**Coorientador:** Dr. Thiago Henrique Bragato Barros (UFPA)

**Área de Concentração:** Informação, tecnologia e conhecimento.

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação.

**Marília/SP  
2020**

# **Gilberto Gomes Cândido**

## **O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

*Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes* (Orientador)  
Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP.

---

*Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa* (membro externo)  
Universidade de Brasília - UNB - Brasília/DF

---

*Dra. Deise Maria Antonio Sabbag* (membro externo)  
Universidade de São Paulo - USP - Ribeirão Preto/SP

---

*Dra. Natália Bolfarine Tognoli* (membro externo)  
Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ

---

*Dra. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano* (membro interno)  
Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP

### **MEMBROS SUPLENTES**

---

*Dr. Daniel Martínez- Ávila* (membro Interno)  
Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP

---

*Dr. Hamilton Viera de Oliveira* (membro externo)  
Universidade Federal do Pará - UFPA - Belém/PA

**MARÍLIA/SP**  
**2020**

C217a Cândiao, Gilberto Gomes  
O Ato Narrativo e a Ética na Descrição do Documento  
de Arquivo / Gilberto Gomes Cândiao. -- Marília, 2020  
160 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: João Batista Ernesto de Moraes  
Coorientador: Thiago Henrique Bragato Barros

1. Norma Geral de Descrição. 2. Ciência da  
Informação. 3. Arquivologia. 4. Recuperação da  
Informação. 5. Organização da Informação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca  
da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

*Dedico esse trabalho: Aos meus pais, Jaime M. Cândido e Iracema G. Cândido, e ao meu irmão Genilson G. Cândido.*

## *Agradecimentos*

*A Deus pelo dom da vida e por ter-me direcionado aos melhores anjos na terra ao qual o chamamos de Pai (Jaime M. Cândido) e Mãe (Iracema G. Cândido), dedico a vocês minha eterna GRATIDÃO, ao meu Irmão Genilson G. Cândido com carinho e ao meu namorado André Augusto Silva (pela paciência comigo e encorajamento nesta fase).*

*Aos meus guias: Jurema, Zé Raimundo e Zé Pilintra por me auxiliar na caminhada da vida com boas vibrações e proteção!*

*Nestes quatro anos tiveram algumas vivencias que se enquadram uma mudança de estado para trabalhar e o estar longe de quem amamos: família e amigos. Com isto, apreendi o quanto podemos nos adaptar ao mundo e aos fatos ocorrente nele, apreendi ainda que o medo não pode sobrepor à vontade que se tem de buscar seus objetivos, apreendi também que algumas pessoas pode te surpreender tanto para bem quanto para mau, e que os cordeiros as vezes na verdade são lobos trajados.*

*Com a minha mudança para Belém do Pará conheci algumas pessoas especiais e que fica aqui o meu muito obrigado, como: a Telma (um poço de felicidade e zuera), a Ray (radiante sempre com o seu sorriso encantador), a Liane (uma pessoa maravilhosa e engraçadíssima), a Fabiana (uma alma linda e acolhedora), a Isabel (simpatia em pessoa), o Luís Otávio (um amigão, quase um pai), a Jane (uma pessoa mega especial para mim, que me adoto como muito carinho, zelo e amor) Iane Maria (um dos meu amores, que me acolheu na amizade fora do ambiente profissional), a Léa Leão (guerreira, que transmite luz e harmonia), a Rosimar Silva (por ter me acolhido com muito amor); e a Patrícia Cruz (pelos diálogos sobre linguística textual e a narrativa, muita luz para ti)*

*Aos paulistas que como eu, se mudaram para Belém do Pará: o Fernando Rodrigues (do bem, que me auxiliou e muito na construção da tese por meio dos nossos diálogos, risadas e zueiras), a Franciele Redigolo (pelas nossas risadas, conversas e apoio), a Ester Silva (por se conhecida como a santa Ester, uma pessoa meiga e adorável), o Cristian Berrio - Zapata (por pegar no meu pé sempre - Colômbia - São Paulo - Belém do Pará).*

*A minha amiga e irmã Laura Maria, pelas nossas conversas incansáveis de 1h, 2h e quantas precisarem por telefone, um auxiliando o outro. A Andrielli Pachu, Isadora Evangelista e Gisnai Carlos amigas lindas e especiais para mim.*

*PS: gosto para Ca\*\*\*\*\* de todos!*

*A Universidade Federal do Pará - Faculdade de Arquivologia: por me proporciona a vivência da docência, bem como aos alunos que ali hoje estão ou passaram por me permitir além de ensinar, apreender! Aos colegas de trabalho.*

*Ao Pe. Paulo Joanil da Silva responsável pelo arquivo da Comissão da Pastoral da Terra (CPT – Norte 2) Belém do Pará, por ter-me permitido a utilização dos documentos.*

*Ao meu orientador João Batista Morais (UNESP) pelas conversas e risadas (bazinga), por ser um excelente profissional com quem apreendi muito, a Minha gratidão!*

*Ao meu coorientado Thiago Henrique Barros pelos diálogos.*

*A Participação da banca: Renato Tarciso (UNB) por ter contribuído e muito para com essa pesquisa na qualificação e defesa, ao apontar pontos que poderiam ser mais explorado e indagados; a Deise Sabbag (USP) pela participação na qualificação e defesa, que cooperou com indagações pontuais e com quem apreendi fazer quadros que pudessem sintetizar de forma coesa e coerente o conteúdo explorado. Obrigado ainda, a Natália Tognoli (UFF) e a*

*Márcia Pazin (UNESP) por terem aceitado a compor a banca de defesa desta pesquisa. Ademais, o meu muito obrigado a todos que me acompanharam em mais essa fase da Minha Vida e aos que irão me acompanhar em outras conquistas daqui para frente.*

*Desejo a todos, sucesso sempre regado com muita Harmonia!*

*Se você tem um sonho, tenha vontade suficiente para busca-lo, Perseverança para conquista-lo, capacidade suficiente para administra-lo e humildade bastante para conserva-lo.*

***Autor: Leandro Marques***

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **O ATO NARRATIVO E A ÉTICA NA DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO**. Orientador: João Batista Ernesto de Moraes. 2020. 157f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2020.

## RESUMO

A Descrição do Documento de Arquivo, como uma das funções de procedimento Arquivístico, é elaborada de modo a permitir a difusão e o acesso aos usuários; tal método procura proporcionar elementos/caracteres do conteúdo formal do documento de forma a se elaborar instrumentos de pesquisa. Assim sendo, a Descrição é um processo de representação dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao Documento de Arquivo e deve ser fidedigna. Com isto, objetivou-se conhecer e como ocorrem o Ato Narrativo e a Ética na representação do documento de arquivo, demonstrando que tal ato representativo não é objetivo, mas sim subjetivo advindo de interpretações, de modo a contribuir para discussões e aprofundamento na área de Representação, bem como apresentar subsídios para compreensão da subjetividade sobre o processo de representação por meio da descrição do documento de arquivo, com intuito de descrever os procedimentos metodológicos; reproduzir interlocuções metodológicas e ilustrar a aplicação do processo de descrição sobre os dossiês da Comissão Pastoral da Terra, da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Norte 2 com reflexões dos procedimentos metodológicos e filosóficos apresentados. Assim, identificou-se como resultados que os processos descritivos são interpretativos e podem vir a atribuir juízos críticos valorativos e categóricos por meio da visão de mundo do profissional arquivista durante a representação. Dado que o procedimento de descrição aplicado pelo arquivista em sua atuação profissional utiliza-se dos seus aspectos cognitivos, ao se basear nas suas interpretações, em que se busca identificar e extrair os elementos/caracteres fidedigno ao conteúdo e ao contexto do documento de arquivo. Posto isto, considera-se, assim, que a representação por meio do processo de descrição não é neutra nem tampouco objetiva, já que se utiliza de percepções cognitivas no decorrer do processo, ou seja, é subjetiva. Assim o ato narrativo na descrição pode ser observado como um ato de contar uma história ou (re)contar, em razão disso a Ética busca nortear o fazer profissional do arquivista no que concerne a Descrição do Documento de Arquivo, em virtude de que esse processo pode ser percebido como ato de poder por meio da interpretação realizada sobre o documento de arquivo. Posto isto Arquivista em sua atuação, tem que se lembrar que a informação em seu âmbito tanto institucional quanto social é para todos os usuários e não para si mesmo, ou classes de grupos dominantes, e que ato de poder na utilização dos processos de representações ocorrem, visto que, quem decide o que e como será representado é o Arquivista.

**Palavras - Chave:** Descrição. Ato Narrativo. Ética. Arquivologia. Linguística Textual. Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.



## ABSTRACT

The Archive Document description, as one of the Archival Procedure Functions, is elaborated to allow the diffusion and user's access; this method seeks to provide elements/characters of documents formal contents in order to elaborate research tools. Therefore, description is a representation process of intrinsic and extrinsic of Archive Document elements should be trustworthy. With this, it was aimed to know about and how Narrative Act and Ethic occurs in archive document representation, demonstrating that such representative act is not objective, but subjective from interpretations, in order to contribute to discussions and deepening of representation area, well with presenting subsidies to subjective comprehension about de representation process by the archive document description, in order to describe methodological procedures; reproduce metodological interlocutions and ilustrate this process application to description about the Comissão Pastoral da Terra dossiers, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Norte 2, with reflections about methodological and filosophical procedures presented. Thus, was identified as results that descriptive process are interpretative and may atribute valuable and categorical critical judgments, through archivist professional worldview during the representation. The description procedure applied by the in his professional performance uses cognitive aspects, based on his interpretations, which seeks to identify and extract the elements/characters trustworthy to the content and contexto of archive document. Therefore, it's considered that the representation made by description process is neither neutral nor objective, it's subjective. Thus, the description narrative act might be observed as a storytelling act or (re)telling act, for this reason, ethics seeks to guide the archivist professional doing, which concerns the Archive Document Description, due to this process can be perceived as the act which can be performed through interpretation about the archival document. Therefore, the archivist in his performance must remember that the information both institutional and social scopes is for all users and not only to himself, or for dominat groups, and that the processes of representations is an act of power, and who decides what will be and how it will be represented is the Archivist.

**Keywords:** Description. Narrative act. Ethics. Archival science. Textual Linguistics. International General Standard for Archival Description.

## RESUMEN

La representación descriptiva en archivología pasa por algunos procesos de creación de archivos correlacionados con sus funciones, tales como la evaluación y la clasificación, entre otros. En esta investigación, la función explorada fue la descripción del documento de archivo, conciliando teóricamente la práctica del “hacer” y del “cómo hacer”, desde el proceso de descripción hasta la representación del documento de archivo, siguiendo los estándares internacionales de descripción desde la concepción posmoderna. La investigación buscó comprender los aspectos del acto narrativo y la ética sobre el proceso de descripción, con el fin de contribuir a la comprensión de estos aspectos en el proceso. Con esto se enfatizó que los procesos descriptivos son interpretativos y atribuyen juicios críticos, valorativos y categorías fundamentados en la cosmovisión del archivista durante el acto de representación. El procedimiento de descripción aplicado por el archivero en su práctica profesional se apoya en aspectos cognitivos interpretativos, que buscan identificar y extraer los elementos y actores del contenido y el contexto del documento de archivo, de forma confiable. Por lo tanto, la representación surgida del proceso de descripción no es neutral ni objetiva, ya que usa percepciones cognitivas, es decir, es subjetiva. Por lo tanto, el acto narrativo en la descripción puede considerarse como el acto de contar o (re)contar una historia. La ética busca guiar la actuación profesional del archivista en lo que respecta a la descripción del documento de archivo, ya que este proceso es un acto de poder fundamentado en la interpretación del documento de archivo. El archivista debe recordar en su quehacer profesional que la información en su ámbito institucional y social es para todos los usuarios, y no para él mismo, o para grupos dominantes, y que los procesos de representación son un acto de poder, ya que es el archivista quien decide qué será y cómo se representará.

**Palabras clave:** Descripción. Acto narrativo. Ética Archivología Lingüística textual. Norma general internacional para la descripción de archivos.

## ZUSAMMENFASSUNG

Die Beschreibung Vorstellung in der Archiv Arbeit gibt es Funktionen Z.B: Bewertung, Einordnung. Diese Recherche ist auf die Beschreibung von Archiv Dokumentation zwischen die Frage Warum muss man etwas machen und Wie kann man das machen. In dem Prozess gibt es Theorie und Praxis zu verstehen wie ein Archiv bekommt ein Dokument Zwischen Internationale Normen von Beschreibung bis das modern Konzeption darauf. Dabei wurde auch betont, dass die deskriptiven Prozesse interpretativ sind und durch die Weltanschauung des Archivars während der Repräsentation zu kritischen, geschätzten und kategorialen Urteilen führen können. Da das Beschreibungsverfahren, das der Archivar in seiner beruflichen Praxis anwendet, seine kognitiven Aspekte verwendet, wenn es auf seinen Interpretationen basiert, bei denen versucht wird, die Elemente / Zeichen zu identifizieren und zu extrahieren, die für den Inhalt und den Kontext des Archivierungsdokuments vertrauenswürdig sind. Daher ist die Darstellung durch den Beschreibungsprozess weder neutral noch objektiv, da sie während des Prozesses kognitive Wahrnehmungen verwendet, dh subjektiv ist. Somit kann der erzählende Akt in der Beschreibung als ein Akt des Erzählens einer Geschichte oder (erneuten) Erzählens betrachtet werden, weshalb die Ethik versucht, die berufliche Praxis des Archivars in Bezug auf die Beschreibung des Archivierungsdokuments als diesen Prozess zu leiten es kann durch die auf dem Archivdokument vorgenommene Interpretation als ein Akt der Macht wahrgenommen werden. Nachdem er diesen Archivar in seiner Performance erwähnt hat, muss er sich daran erinnern, dass Informationen in ihrem institutionellen und sozialen Umfang für alle Benutzer und nicht für sich selbst oder für Klassen dominanter Gruppen bestimmt sind und dass ein Akt der Macht im Gebrauch der Repräsentationsprozesse stattfindet Seitdem entscheidet der Archivar, was sein wird und wie es dargestellt wird.

**Schlüsselwörter:** Beschreibung Erzählakt. Ethik. Archivologie. Textlinguistik; Internazionaler allgemeiner standard für Archivierungsbeschreibung

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - La Trahison des Images .....	32
<b>Figura 02</b> - Entrada de dados pelos modelos de estrutura de metadados .....	75
<b>Figura 03</b> - Descrição por meio do ICA - AtoM .....	78
<b>Figura 04</b> - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição Institucional. ....	135
<b>Figura 05</b> - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Fundo. ....	136
<b>Figura 06</b> - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Subfundo. .....	137
<b>Figura 07</b> - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Série... ..	137
<b>Figura 08</b> - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Item. ....	138

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Descrição e a suas características no decorrer dos Séculos XII ao XVIII .....	35
<b>Quadro 02</b> - Conceitos identificados no Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo. ....	36
<b>Quadro 03</b> - Perspectivas cronológicas sobre a Descrição Arquivística nos Séculos XIX e XX.....	38
<b>Quadro 04</b> - A Normalização da Descrição no Canadá entre as décadas de 1990 e 1980. ....	46
<b>Quadro 05</b> - Quatro aspectos da Descrição do Documento. ....	47
<b>Quadro 06</b> - Os aspectos conceituais de descrição .....	48
<b>Quadro 07</b> - Edições das Normas Internacional de Descrição Arquivística.....	50
<b>Quadro 08</b> - Etapas da Elaboração da Norma de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G) .....	51
<b>Quadro 09</b> - Etapas da elaboração da Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF). ....	54
<b>Quadro 10</b> - Etapas da elaboração da Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF). ....	58
<b>Quadro 11</b> - Etapas da elaboração da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH).....	60
<b>Quadro 12</b> - Propósito e os valores do projeto ICA - AtoM.....	73
<b>Quadro 13</b> - Dados para Registro de autoridade; Instituição e Função Arquivística	75
<b>Quadro 14</b> - Conceitos de Metadados no âmbito da Arquivologia.....	76
<b>Quadro 15</b> - A Linguística Textual e suas vertentes .....	82
<b>Quadro 16</b> - Definição de texto como unidade Comunicativa.....	84
<b>Quadro 17</b> - Produção textual de natureza social e pragmática .....	88
<b>Quadro 18</b> - As particularidades dos tipos e gêneros textuais .....	91
<b>Quadro 19</b> - O gênero, traços e dominância associado a um tipo.....	92
<b>Quadro 20</b> - As Estruturas narrativas e os seus aspectos.....	94
<b>Quadro 21</b> - Código de Ética da atuação do Arquivista.....	111
<b>Quadro 22</b> - Tipos textuais e a sua relação para com o Documento de Arquivo como gênero. ....	119
<b>Quadro 23</b> - Aspectos terminológicos dos termos: gênero; tipo e espécie para Arquivologia.....	121
<b>Quadro 24</b> - Aspectos de interlocução entre os gêneros e as tipologias textuais, para com a estrutura do documento de arquivo textual.....	122
<b>Quadro 25</b> - Interlocução do ato narrativo para com a Descrição do Documento de Arquivo. ....	125
<b>Quadro 26</b> - Intersecção entre a Ética e a Descrição do Documento de Arquivo...	130
<b>Quadro 27</b> - Nível da unidade de Descrição.....	132
<b>Quadro 28</b> - O processo de Descrição e os aspectos do Ato Narrativo e da Ética. ....	138

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>CAP</b>	Campo de Autuação Profissional
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>ISAD (G)</b>	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
<b>ISAAR (CPF)</b>	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
<b>ISDF</b>	Norma Internacional para Descrição de Funções
<b>ISDIAH</b>	Norma internacional para descrição de Conselho Internacional de Arquivos Instituições com Acervo Arquivístico
<b>NOBRADE</b>	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
<b>RDDA/RAD</b>	Norma dos Arquivistas Canadense
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>ICA</b>	Conselho Internacional de Arquivos
<b>ICA-AtoM</b>	Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à memória; ou ( <i>International Council Archives – Access to memory</i> ),

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1. DELINEAMENTO DO PROBLEMA .....	20
1.2. HIPÓTESES.....	21
1.3. OBJETIVOS .....	24
1.4. METODOLOGIA .....	25
1.5. JUSTIFICATIVA.....	25
1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA.....	26
<b>2. O DOCUMENTO DE ARQUIVO E O PROCESSO DE DESCRIÇÃO</b> .....	<b>28</b>
2.1. DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO: ACESSO E DIFUSÃO.....	32
2.1.1. AS NORMALIZAÇÕES DE DESCRIÇÃO SOBRE O DOCUMENTO DE ARQUIVO ISAD (G); ISAAR (CPF). ISDF E ISDIAH.....	49
2.1.2. A DESCRIÇÃO PÓS-MODERNA E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	63
2.1.3. A DESCRIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE E A DIFUSÃO POR MEIO DO ICA – ATOM...	71
<b>3. PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO</b> .....	<b>80</b>
<b>3.1 A LINGÜÍSTICA TEXTUAL E O TEXTO</b> .....	<b>81</b>
3.1.2. GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS.....	90
3.1.3. O TEXTO NARRATIVO: ESTRUTURA E O ATO NARRATIVO.....	94
<b>3.2. ÉTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	<b>101</b>
3.2.1. OS ASPECTOS ÉTICOS NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO SOBRE A DESCRIÇÃO.....	110
<b>4. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO NA DESCRIÇÃO</b> .....	<b>117</b>
4.1. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO TEXTO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO .....	118
4.2. INTERLOCUÇÃO ENTRE O ATO NARRATIVO A DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO .....	124
4.3. INTERSECÇÃO ENTRE A ÉTICA E A DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO.....	128
4.4. APLICAÇÃO DA DESCRIÇÃO POR MEIO DO ICA - ATOM: E A SUA CORRELAÇÃO PARA COM O ATO NARRATIVO E A ÉTICA.....	131
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIA</b> .....	<b>148</b>
<b>APÊNDICE A -</b> .....	<b>160</b>

## 1. INTRODUÇÃO

---

A área de Ciência da Informação (CI), no decorrer de sua trajetória, vem atuando sobre estudos voltados à Produção, Organização e Uso das Informações registradas.

Essa área do conhecimento abarca em seu núcleo duas subáreas com quem estabelecem relações podendo ser denominadas de Campos de Atuação Profissional (CAP)<sup>1</sup>, sendo elas: Arquivologia e Biblioteconomia, cada qual com seu objeto de estudo dentro do contexto em que está inserido.

A CI permite fazer interlocuções de suas metodologias para com outras áreas do conhecimento, bem como, utilizar-se daquelas que se encontram ou pertencem à grande área da Ciências Sociais Aplicadas, ou com outras com as quais dialoga, tais como: Direito, Filosofia, Linguística, Sociologia.

Esse processo de inter-relação identifica-se com o que Piaget (1972) denominou de processo de transdisciplinaridade em que ocorre a interação das disciplinas por meio de uma dinâmica gerada com base em uma ação, apresentando-se de forma organizada e complexa que ao se articularem permitem uma nova visão da realidade.

No âmbito da CI, pode-se observar essa correlação com a transdisciplinaridade no artigo *Information Science: What is it?* escrito por Borko, em 1968. O autor evidencia que o pesquisador da CI tem um campo amplo para a pesquisa, apresentando assim as possibilidades como base nove categorias que perpassam pela: Necessidades e usos da informação, Criação de Documentos e Cópia, Análise de linguagem, Tradução, Resumo, Arquitetura de sistemas, Análise e avaliação, Reconhecimento de padrões e Sistema adaptativos.

Outros autores também trazem em seus trabalhos tais aspectos da transdisciplinaridade como: Brookes (1980); Foskett, (1973); Le Coadic, (1996); e Saracevic, (1996). Desta forma há de entender que o objeto de estudo da CI, a informação registrada e seus fenômenos estão inseridos na sociedade.

---

<sup>1</sup>GUIMARÃES, J. A. C. Elementos para organização do conhecimento: Biblioteconomia, 31 de outubro de 2013. Nota de Aula.



Logo, a Informação não é algo estático, pelo contrário encontra-se em constante movimento gerando mudanças que se refletem na CI do mesmo modo que acontece em outras áreas do conhecimento (GONZALEZ de GOMEZ, M. N, 1990).

Esta pesquisa se desenvolveu no CAP Arquivologia e buscou na transdisciplinaridade que a CI possibilita fazer com outras áreas do conhecimento, métodos que possam auxiliar na compreensão dos fenômenos decorrentes da Organização e Representação do Conhecimento do *Documento de Arquivo* no que tange a: *O processo de Descrição aplicado pelo Arquivista sobre o Documento de Arquivo de gênero Textual para representar e dar acesso à informação.*

O alinhamento desta pesquisa para com a transdisciplinaridade dar-se-á devido a sua ligação com a Filosofia e as Ciências Sociais ao trabalhar a Ética, bem como se relaciona também com a Linguística ao se dedicar ao Ato Narrativo. Posto isto, ambos foram estudados sobre o processo de Descrição do Documento de Arquivo Textual onde se encontra a tese/proposição dessa pesquisa *buscando argumentar e demonstrar os aspectos do Ato Narrativo e da Ética no processo de Descrição do Documento de Arquivo de gênero textual.*

Por ser tratar de uma pesquisa arquivística o objeto de estudo é o documento de arquivo independentemente de sua “fase documental” (corrente; intermediária e permanente) e suporte. Ressalva-se que, a Descrição do Documento de Arquivo a partir da concepção da Arquivística Contemporânea<sup>2</sup> pelas abordagens *Records Continuum* (Corrente Teórica Australiana) e Arquivista Pós-moderna (Corrente teórica Canadense) ocorrem a partir dos níveis documentais tanto de Função quanto de Contexto, além disso ambas compreende a informação contida no documento de arquivo como sendo elaborada a partir de seus processos, fazendo assim com que a descrição seja algo recorrente em todas essas “fases documentais”.

Porém, como nestas fases documentais as quais são Corrente, Intermediária e Permanente, ainda contêm documentos que podem apresentar características de “sigilo” advindo de leis por meio do seu valor primário administrativo/probatório, optou-se por utilizar documentos permanentes nos quais lhe são permitidos atribuir outra significação que é o valor histórico de forma secundária permitindo que alguns desses sejam divulgados nesta tese.

---

<sup>2</sup>SCHMIDT, Clarissa Moreira. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)–Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tal decisão ocorreu para que houvesse uma melhor compreensão da pesquisa em questão e dos processos metodológicos que foram aplicados sobre o documento de arquivo. Ressalta-se ainda que, por se tratar de documentos de fase permanente dentre as décadas 1960 e 1990 a sua maioria encontra-se ainda em suporte de papel.

Na Arquivologia os métodos de Descrição e o Acesso/Difusão, são partes de um conjunto de sete funções que partem da corrente teórica Canadense, onde estão elencados: produção, classificação, avaliação, conservação e aquisição (transferência e recolhimento) (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), cujo objetivo é auxiliar nos fazeres laborais Arquivísticos no que se refere à Gestão Documentos dos Arquivos.

A Descrição do Documento de Arquivo tem como base normas internacionais, tais como: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G) 1994); Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF) 1995); Norma Internacional para descrição de Funções (ISDF, 2007), e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) (2008), bem como as nacionais que variam de acordo com cada país; no âmbito Brasileiro temos como norma a (*NOBRADE*<sup>3</sup> 2006): a Norma Brasileira de Descrição Arquivística se constituiu com alguns fundamentos das normas internacionais principalmente com a (ISAD (G) 1992) e (ISAAR (CPF) 1995), no entanto, elas não são análogas.

Em 2016 é publicado a *Records in Context* (registro em contexto) que buscou a compilação de modelos conceituais das normas internacionais citadas em um só, onde se levou em consideração os aspectos tecnológicos de comunicação.

Tais normas habitualmente são utilizadas em documentos de arquivo permanente, cujo intuito é permitir o acesso e a difusão da informação. Elas se estabeleceram acerca de funções genéricas na descrição do documento visando a sua padronização e se conduzem por meio de elementos comuns que são indicados em seus níveis para a aplicação do processo.

No entanto, por mais que a usabilidade das normas se dê com relação ao documento de arquivo permanente, essas apresentam em seu corpus que a

---

<sup>3</sup>O Brasil responde a esse fato, em 2001, ao fundar uma Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA) pela portaria n.º 56, de 30/09/2001, por meio do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) cuja finalidade foi propor normas de acordo com ISAD(G) e ISAAR (CPF), que após serem discutidas pelos profissionais fossem aprovadas no Conarq e adotadas como normas brasileiras (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS NOBRADE, 2006 apud CÂNDIDO, G.G. 2014, p. 54)

Descrição do Documento de Arquivo pode ocorrer independente de sua fase documental, de modo a contribuir para com o acesso e o controle do trâmite documental.

A Descrição do Documento de Arquivo permite ainda que se elabore alguns instrumentos de pesquisa tendo como base esse procedimento, tais como: Guia, Inventário e Catálogo.

O Guia permite que os usuários tenham um panorama do acervo custodiado trazendo consigo algumas informações básicas, como horários de funcionamento, telefones, dentre outros elementos. Esse instrumento em súmula apresenta-se com característica de cartão de visita ou convite, com intuito de divulgar os serviços da instituição em questão e do acervo. O Inventário ilustra as séries documentais que constituem o(s) o fundo(s) do acervo, sua elaboração segue ordem estabelecida por esse, de modo a refletir a estrutura. Já no Catálogo a descrição ocorre de forma unitária e pormenorizada sobre os documentos individualizados ou unidade de arquivo séries ou conjunto.

Deste modo, o processo de Descrição do Documento de Arquivo tem como desígnio possibilitar a interação entre o instrumento de pesquisa e o usuário dando a oportunidade que este tenha acesso à informação. Entretanto, para que isso ocorra o Arquivista em seu CAP tem de reconhecer que essa atividade, bem como as outras funções do seu fazer laboral não é “neutra/imparcial” pois são atos interpretativos que atribuem juízos críticos avaliativos expressos pelo profissional sobre o Documento de Arquivo no decorrer de sua representação, revelando-se assim também ações de poderes envolvidos nesse processo.

Ao acontecer a representação do Documento de Arquivo, o Arquivista está fazendo uma interpretação cognitiva de modo a extrair os elementos/caracteres que melhor expressem o conteúdo do documento elaborando-se assim a Descrição do Documento analisado.

Observa-se que é neste procedimento que decorre o problema desta pesquisa, ao se ter a necessidade de deixar expresso e argumentado para os Arquivistas que o *processo de Descrição trabalha com o Ato Narrativo na construção da representação por meio da Descrição do Documento textual e que esta deve vislumbrar a Ética em sua elaboração.*

Assim delinea-se o problema dessa pesquisa com a finalidade de responder as seguintes indagações: *Por que e como ocorre o Ato Narrativo na Descrição do*

*Documento de Arquivo? E por qual motivo há necessidade da Ética nesse processo de representação da informação por meio da descrição?*

### 1.1. DELINEAMENTO DO PROBLEMA

Como ponderado até o momento, a Descrição do Documento de Arquivo ocorre por meio das ações realizadas pelo processo mental do Profissional Arquivista sobre o Documento, deixando em evidência que *não há representação sem a intenção de interpretação*.

Como exposto, a Descrição do Documento de Arquivo passa de certa forma impressões de aspectos “tecnicista”, visto que segue diretrizes preestabelecidas para elaborar a representação e que, por se tratar de um processo contínuo muitas vezes acaba não sendo um ato pensado, mas sim automático, no sentido de que não se tem a percepção da ocorrência do processo mental.

Ressalta-se ainda que, a atuação do arquivista não deve-se restringir somente aplicabilidade “tecnicista” das regras preestabelecidas, uma vez que, *cada arquivo é peculiar um para com outro*, e esses padrões não podem anteparar a opinião da atuação do arquivista sobre a sua aplicabilidade no arquivo, tampouco o arquivista em sua atuação deve-se mascarar por detrás dessas para justificar o seu fazer profissional.

Por conseguinte, o ato de não se atentar a esse processo mental transcorrido durante a aplicação da Descrição sobre o Documento de Arquivo pelo Arquivista, acaba não se percebendo que tal processo descritivo, por se tratar de um ato interpretativo, carrega consigo aspectos de *valores morais e princípios éticos* que advém da “*visão de mundo*” e da *subjetividade* do Arquivista ao analisar e representar a informação.

Isso ocorre, uma vez que, o método de Descrição do Documento de Arquivo busca condensar a informação elaborando uma “*nova percepção narrativa*” sobre o conteúdo analisado, por meio dos processos de desconstrução e reconstrução textual que busca ser fidedigna ao conteúdo analisado e interpretado.

Assim sendo, a desconstrução e reconstrução textual é decorrente do processo analítico/interpretativo que procura identificar elementos/caracteres no conteúdo

Documento de Arquivo e os elegem para representar, logo esses são utilizados para elaborar instrumentos de pesquisa que promovem o acesso e difusão da informação

*A Descrição do Documento de Arquivo vista como método, ocorre por meio do ato interpretativo desempenhado pela atuação cognitiva do Arquivista sobre o texto do Documento de Arquivo, cujas técnicas descritivas buscam identificar como mencionado os caracteres/elementos considerados seus atributos com o intuito de representá-lo em instrumentos e produtos de pesquisa, no qual a finalidade é permitir o acesso aos usuários.*

Por conseguinte, a Descrição deve manter as qualidades inerentes ao documento de arquivo identificado na literatura da área, como sendo: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relação/organicidade e unicidade. Faz-se ainda, uma reflexão sobre mais uma qualidade relacionada ao documento de arquivo, que seria a intencionalidade desse a partir de um contexto/ a atividade/ a função que o elaborou, aspecto esse que deve ser ponderado na sua descrição.

*Ao se eleger elementos/caracteres para representação da informação do Documento de Arquivo, observa-se de forma recorrente o Ato Narrativo que, nos remete a (re)contar a história, conduta que, fragmenta os elementos/caracteres do conteúdo do Documento de Arquivo textual com a finalidade de tentar reconstruí-los. Além disso, o Arquivista desempenha um ato de poder ao fazer interpretações sobre os registros em sua custódia, esse fazer deve ser respaldado pela Ética que norteia o seu fazer profissional ao representar para dar acesso à informação.*

Ressalta-se assim a necessidade de resposta sobre o que esta problemática apresenta, visando a compreender a ocorrência do Ato Narrativo e da Ética na representação da informação do Documento de Arquivo por meio da descrição.

Como consequência, levantam-se algumas hipóteses que podem colaborar para resolução e explicação da problemática.

## 1.2. HIPÓTESES

As hipóteses apresentadas têm como função responder à pergunta ensejada que dá início a essa pesquisa e que se evidencia no problema apresentado, que é: *o porquê e como ocorre o Ato Narrativo na Descrição do Documento de Arquivo textual*

*realizado pelo Arquivista? e por qual motivo há necessidade dos aspectos Éticos nesse procedimento de representação da informação por meio da descrição?* Tais hipóteses poderão vir, ou não, a servir a problemática em questão.

Parte-se do seguinte pressuposto para responder as indagações expostas nessa pesquisa. A primeira é buscar compreender como ocorre a elaboração textual do documento de arquivo e a sua leitura, logo para isso tem-se na Linguística Textual elementos que abrangem tanto a construção textual quanto da leitura do texto em si, de modo a se obter informações coesas de como funciona o ato narrativo, uma vez que essa metodologia leva em conta três aspectos: o autor, o leitor e o texto.

Tais aspectos são levados em conta dado que para a construção de um determinado texto implica-se o conhecimento e visão de mundo/social do falante/leitor, de modo a visualizar que o texto é um ato informativo em que se agrega significações do domínio das ações humana.

Dentro da Linguística Textual buscou-se aspectos que possibilitassem contribuir para com o Arquivista na compreensão do texto porque eles contêm estruturas munidas de sentidos socioculturais; contudo ainda nesta metodologia tem-se a tipologia textual narrativa e ato narrativo que ocorrem por meio da interpretação, visto que o texto não se elucida apenas por meio da língua, mas sim pelos elementos cognitivos (mente humana) e sociais (contexto). De modo a contribuir para uma representação com base na descrição documental a qual se reflita o seu contexto.

Ao se ter a ação cognitiva sobre o texto, recuperam-se impressões sociais e visão de mundo; por isso, procurou-se na Ética argumentações e perspectivas sobre o fazer do profissional Arquivista na descrições do documento de arquivo, demonstrando a necessidade de se estar alerta, como pessoa e profissional, de modo a evitar que os seus conceitos e preconceitos não interfiram no seu fazer profissional, posto que a linguagem é uma representação da visão de mundo que expressa e representa uma determinada cultura.

Vale ressaltar que nos aspectos Éticos pesquisados não se buscaram elementos que pudessem “controlar” o ato cognitivo do Arquivista, até porque isso seria impossível. Visto que o ato cognitivo não acontece por meio de uma máquina eletrônica em que se fosse possível programá-lo, esse ato resulta do comportamento individual de cada ser humano nos quais se envolvem alguns fatores tais como: o pensamento, a linguagem, a percepção, a memória, o raciocínio, o juízo, a imaginação e ação, dentre outros.

À vista disso, pode entender o ato cognitivo como sendo um modo de percepção e interpretação, em que não se segue um padrão por se tratar de aspectos subjetivos.

Portanto, os procedimentos metodológicos exibidos como hipóteses têm como objeto de estudo: o texto, o Ato Narrativo e a Ética. Sendo esses considerados métodos colaboradores na resolução do problema apresentado, ajudando o Arquivista a representar a informação do documento de arquivo ao refletir o seu fazer profissional.

Para que haja visualização de tais procedimentos metodológicos, indica-se que, após as apresentações das interlocuções, seja exercido a aplicação destes procedimentos metodológicos sobre o documento de arquivo, o que torna esta pesquisa exploratória e aplicada, cujo intuito é comprovar a eficácia ou não destes procedimentos metodológicos no entendimento da representação do conteúdo do documento de arquivo na descrição desse.

Por consequência disso, utilizou-se dossiês<sup>4</sup> documentais que se encontram em fase permanente e que são pertencentes ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>5</sup> localizada na Sede da Conferência Nacional dos Bispo do Brasil – Norte 2 (CNBB) na Travessa Barão do Triunfo, Nº 3151, Bairro do Marco, Belém do Pará<sup>6</sup>.

A utilização desses documentos, se deu para com intuito de divulgar o Arquivo da Patoral que contêm documentos que revelam o dia a dia dos conflitos dos pequenos agricultores para com os grandes agropecuários do interior do Estado do Pará, bem como o desmatamento que vem ocorrendo na região Amazônica.

---

<sup>4</sup>Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto) (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 80) ” DOSSIÊ. “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica.” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996.)

<sup>5</sup>Vale ressaltar que alguns documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) se encontram disponíveis no ICA - Atom, que podem ser acessados por meio do link: [www.acervocpt.org.br/index.php/](http://www.acervocpt.org.br/index.php/), que o remete a um catálogo de conjuntos e itens documentais dos Centros de Documentação da Coordenação Nacional, das Regionais e das Equipes locais da CPT que já foram tratados. O portal é mantido pela Secretaria Nacional da CPT por meio do Comitê de Boas Práticas de Acesso e Preservação de Documentos de Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Goiânia/GO). O tratamento documental da CPT ocorre por meio de um acordo com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Ressalva-se que, o tratamento documental foi realizado nos documento mantido pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Goiânia/GO), logo o arquivo da CPT de Belém do Pará ainda não foi contemplado com esse tratamento, no entanto, o mesmo está sendo tratado pela Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, por meio do projeto Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: o acervo documental da comissão pastoral da terra (1975-2018) coordenado pela Professora Dra. Iane Maria da Silva Batista (mais informações: [lane@ufpa.br](mailto:lane@ufpa.br)).

<sup>6</sup> Autorização em Apêndice A.

Além disso, contribuir para com a visibilidade do projeto intitulado: *Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: o acervo documental da comissão pastoral da terra (1975-2018)* coordenado pela Professora Dra. Iane Maria da Silva Batista, vinculada a Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, que busca restar essa memória e a história por meio dos dossiês que ali se encontram.

### 1.3. OBJETIVOS

Geral:

Conhecer-se e como ocorrem o Ato Narrativo e a Ética na representação da informação do documento de arquivo, demonstrando que tal ato representativo não é objetivo, mas sim subjetivo advindo de interpretações, de modo a contribuir para discussões e aprofundamento na área de Representação, bem como apresentar subsídios para compreensão da subjetividade sobre o processo de representação por meio da Descrição do Documento de Arquivo.

Específico:

Deriva-se assim do objetivo geral os objetivos específicos, que são apresentados de modo pontual, sendo eles os seguintes:

- Descrever os procedimentos metodológicos da Representação da Informação do Documento de Arquivo por meio do processo de Descrições Documentais
- Reproduzir as interlocuções entre as metodologias: Descrição e Linguística, bem como Ética como ramo da Filosofia cujo elementos em comuns são atos cognitivos de interpretação;
- Colaborar para a visualização das etapas do processo de representação da informação do documento de arquivo por meio da descrição dos dossiês da Comissão Pastoral da Terra, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Norte 2 com reflexões dos procedimentos metodológicos e filosófico apresentados.



#### 1.4. METODOLOGIA

Assim sendo para que os objetivos tanto geral quanto específica fossem atingidos, se perpassou pelos seguintes procedimentos: Identificar, sistematizar e analisar os referências teóricos nacionais e internacionais recuperados sobre a Descrição do Documento de Arquivo, caracterizando assim a pesquisa como bibliográfica e exploratória cujo intuito é demonstrar os aspectos da Descrição do Documento de Arquivo e explanar sobre o Ato Narrativo e a Ética no decorrer desse processo.

Com o respaldo teórico já selecionado, buscou-se elementos explicativos que viessem correlaciona a metodologia Linguística e a Ética como ramo da Filosofia, para com o processo de Descrição do Documento de Arquivo, elaborando-se assim perspectivas de interlocuções entre esses.

De modo a permitir a visualização do processo de Descrição do Documento de Arquivo, utilizou o *Software* AtoM versão 2.9.0 que foi posto em uso pelo Grupo do Diretório Acadêmico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Federal Fluminense - Gestão Eletrônica de Documentos Arquivístico (GED/A) coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Flores, onde se descreveu os Dossiês da Comissão Pastoral da Terra, da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Norte 2.

#### 1.5. JUSTIFICATIVA

Logo, esta pesquisa busca contribuir com a temática representação da informação do documento de arquivo por meio de discussões teóricas e práticas, devido a necessidade que se tem de recuperação do seu conteúdo.

Dessa maneira, carece de averiguação o Ato Narrativo e a Ética na Descrição do Documento de Arquivo, para que o arquivista possa conhecer tal manifestação ao representá-lo.

Além disso, a temática pesquisada dá sequência sobre o trabalho do autor no âmbito da Ciência da Informação e a Arquivologia, ao correlacioná-las com a Linguística<sup>7</sup>.

Expõe-se, ainda, que a temática abordada subsidia a necessidade que os arquivistas têm em conhecer métodos que auxiliem na representação da informação do documento de arquivo.

Ressalta-se, também, que o presente estudo está inserido na linha Produção e Organização da Informação do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília/SP, que tem abordado a Descrição do Documento de Arquivo no âmbito teórico e metodológico da Produção e Organização da Informação.

#### 1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta tese se apresenta dividida do seguinte modo:

Na segunda seção exibe o que é o Documento de Arquivo e seus elementos textuais, bem como a sua descrição e a normalização utilizada para tal procedimento, dentro dessa perspectiva discorreu-se sobre as características do documento de arquivo e as qualidades que o diferenciam do documento não Arquivístico, e a sua estruturação textual; já na Descrição buscou-se demonstrar as normas de descrição de âmbito internacional que abarcam também *software* livre *International Council on Archives Access to Memory*<sup>8</sup> - ICA - *Atom* como instrumento de descrição de Documento de Arquivo Permanente. Contudo deixa em evidencia que a denominação do *Software* a partir do dia 07 de outubro de 2013, passa ser apenas por *AtoM* (*Access*

---

<sup>7</sup> CÂNDIDO, G. G; LIMA, L. M. ; MORAES, J. B. E. Aspectos teóricos da análise da estrutura narrativa e a sua contribuição para a organização da informação. 2013; CÂNDIDO, G. G; MORAES, J. B. E. ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO DE ARTIGO CIENTIFICO: A utilização do percurso gerativo de sentido para identificação da temática. 2013; CÂNDIDO, G.G; MORAES, J. B. E. ; SABBAG, D. Análise documental de conteúdo e o percurso gerativo de sentido: na representação do documento de arquivo, 2015. CÂNDIDO, G.G; MORAES, J. B. E. Perspectivas metodológicas para a representação da informação do documento de arquivo. 2015.

<sup>8</sup>Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à memória.

to Memory<sup>9</sup>) retirando-se assim a sigla ICA que remetia ao *Intenational Council on Archive*<sup>10</sup>.

Na terceira seção explanou-se sobre o método linguístico e a ética como ramo da filosofia, buscando elementos que pudessem auxiliar na representação da informação do conteúdo do documento de arquivo. Trazendo a Linguística Textual e Ética no âmbito da Ciência da Informação, dentro da Linguística Textual apresentam alguns elementos que buscam explicar o ato narrativo no texto do documento de arquivo com perspectiva no Arquivista, e a Ética como reflexão desse ato de representar o conteúdo.

Na quarta seção teve-se como objetivo evidenciar um diálogo entre a Descrição do Documento de Arquivo, o Ato Narrativo e a Ética. Além de demonstrar com aplicação desses métodos expostos sobre o *software* livre *ICA - Atom*.

Para concluir são apresentadas as considerações finais deste trabalho, seguido das referências utilizadas que apresentam os lastros teóricos percorridos.

---

<sup>9</sup> Acesso à memória.

<sup>10</sup> Conselho Internacional de Arquivos.

## 2. O DOCUMENTO DE ARQUIVO E O PROCESSO DE DESCRIÇÃO

---

*“É evidente que não se pode descrever exaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época”.*

*Michael Foucault (1972, p. 130)*

Neste capítulo, em um primeiro momento apresenta-se o que é o Documento de Arquivo e duas especificações, como o valor que o permeia sendo esse o conceito de “prova”, além das qualidades, sendo elas: Imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relação/organicidade e unicidade, atribuídas o Documento de Arquivo, uma vez que, esse espelha a estrutura onde foi elaborado, de modo a refletir suas *biases*<sup>11</sup> e idiossincrasias.

Pode-se compreender o Documento de Arquivo, como uma: informação registrada em um determinado suporte, que ao ser elaborado reflete uma função/atividade dentro do seu contexto de elaboração, seja por intuições pública ou privada, e/ou por pessoas físicas ou jurídicas, de modo a tornar a informação socializada dentro de um espaço e tempo. Além disso, o reflexo do contexto da elaboração do Documento de Arquivo torna perceptível a estrutura onde esse foi produzido.

Desta forma, entende-se que o Documento de Arquivo mantém ainda na contemporaneidade o conceito de prova inerente a ele, advindo da etimologia do termo em Latim *Documentum*, mais que no início do século XIX se agrega a esse também o cunho de testemunho histórico, como explanados pelos autores: Nunez-Contreras, (1981); Le Goff, (1992); Heredia Herrera, (1991); Elio Lodolini, (1993); Cruz Mundet, (1996); Bellotto, (2002).

---

<sup>11</sup>“biases figuram como problemas éticos (aqui entendidos como situações - problema que devem ser objeto de reflexões e de estudos éticos) que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área (Milani et al., 2009) na medida em que, como destaca Olson (2002), podem sinalizar para uma perda de “autonomia cultural”, o que causará danos ao acesso e recuperação da informação (MILANI; GUIMARAES, 2011, sem pagina)

Complementando tal explanação, Duranti (1994a; 1994b) expõe que, o entendimento que se tem na época atual sobre o termo prova no âmbito do Documento de Arquivo decorre da associação desse para com a ideia de memória perpétua e de fé pública procedentes do Direito Romano.

De acordo ainda com Duranti (1994a; 1994b), isso advém das características que eram até então aferidas aos documentos, uma vez que, a:

memória perpétua demonstrava à relação entre os documentos de arquivo e os fatos que esse atestava, possibilitando observar a sua continuidade ou a ausência de interrupções, e que a fé pública expressava à relação entre os arquivos e a sociedade a que servem (DURANTI, 1994, p. 331, tradução nossa).

Duranti (1994a; 1994b; 1996) constata ainda que termo “fé pública” foi inter-relacionado com outros dois conceitos jurídicos, sendo esses: “Evidência (prova) e Documento antigo”. Isso ocorreu pelos legisladores e juristas da época, em que a Evidência (prova) está relacionada a competência probatória dos documentos originais ou cópias autenticadas dos mesmos; já o Documento Antigo está para com aptidão probatória que esse tem sobre os documentos mantidos em custódia segura, confiável e continua/interrupta por um longo tempo (CÂNDIDO, 2014).

Observa-se assim que, os conceitos jurídicos de prova e evidência sobre existem ainda na contemporaneidade nos Documentos de Arquivos devido ao Direito Romano. No que tange o *status* de prova ao Documento de Arquivo no âmbito da sociedade, se dá por meio da fé pública aplicada sobre esse pelo Notários ou Tabeliães, agentes públicos que reconhecem o documento com sendo fidedigno e autentico ao seu contexto administrativo/jurídico, decorrente de pessoas física ou jurídica que utilizam esse serviço para dar autenticidade a algumas espécies, como: procuração, cópias autenticadas, escritura dentre outros, que incidem sobre o conceito de evidência (prova) (CÂNDIDO, 2014).

No que se refere às instituições, tanto públicas quanto privadas, o que lhes conferem o valor de prova é o vínculo que há entres os documentos de arquivos por essas elaborados para com a memória perpétua, de modo que, uma vez elaborados esses retêm para a instituição aspectos que validam as funções e a atividades ocorridas, abarcando assim o conceito de Documento Antigo (CÂNDIDO, 2014).

Tendo como base estes aspectos apresentados por Duranti (1994; 1996) sobre o Documento de Arquivo se identificam alguns autores que compartilham desse

entendimento ao conceituar: o que é Documento de Arquivo. Por mas, que os mesmos estejam datados em épocas anterior a ela, tais como: JENKINSON, (1922); MULLER, FEITH, FRUIN, (1973); ROUSSEAU, COUTURE (1998); SCHELLENBERG, (2002), subentende-se que, esse partem do Direito Romano ao trazerem consigo em suas definição sobre o que o Documento de Arquivo o aspecto de prova a esse intrínseco.

Jenkinson (1922) e Duranti (1994a; 1994b) dialogam ainda ao contribuírem na identificação de cinco qualidades relacionada ao Documento de Arquivo que o qualifica com o valor de prova.

Jenkinson (1922) apresenta duas das cinco qualidades: Imparcialidade e Autenticidade. A Imparcialidade de acordo com Jenkinson (1992) estaria para com o propósito da elaboração do Documento de Arquivo que reflete os atos administrativos, em virtude que esse deriva de funções desempenhadas pelas seções das instituições, repercutindo assim suas particularidades. Assim sendo, entendesse que a imparcialidade agora colocada por Jenkinson (1922) ao documento de arquivo em si pode ser observado como imparcial devido a intencionalidade da ação, no entanto, a sua elaboração e o seu posterior uso serão parcial, pois terão consigo intensões interpretativas advindo da mente humana.

Autenticidade está relacionada com o Documento de Arquivo, por esse ser o reflexo das funções exercidas pelas instituições efetivando as atividades por essa praticada, ao conservar o passado e ao propiciar o entendimento da estrutura de sua elaboração (JENKINSON, 1922, p. 12-13).

As outras três qualidades são: Naturalidade, Inter-relação/Organicidade e Unicidade. A Naturalidade transcorre da elaboração contínua do documento de arquivo como aparato das funções desenvolvidas pelas instituições, de maneira a evidenciar as atividades correlatas, no que tange Inter-relação/Organicidade. Essa ocorre em razão dos vínculos do Documentos de Arquivo entre si no ato de sua elaboração, em que se fornece o elo desse junto as funções que o geraram. Por último e tão relevante quanto os primeiros, a Unicidade, que apresenta que cada documento é ímpar, único na estrutura documental ao qual pertence (DURANTI, 1994a, p. 335; 1994b, p. 50-52).

De modo a complementar as qualidades em relação ao documento de arquivo, que são: Imparcialidade, Autenticidade, Naturalidade, Inter-relação/Organicidade e Unicidade. Pôde-se observar uma outra qualidade que está para com uma reflexão sobre a elaboração do documento de arquivo, que seria a Intencionalidade desse, a

partir do contexto de sua elaboração que apresenta uma intenção com relação a cumprir uma função/atividade, seja no âmbito institucional público ou privado, bem como no âmbito social, seja pessoa física ou jurídica.

Pode-se emprestar do filósofo e psicólogo Franz Brentano (1838-1917) a perspectiva de intencionalidade, uma vez que os documentos de arquivos são elaborados tendo como base os fenômenos mentais.

Brentano (1935) expõe que a intencionalidade está para com fenômenos psíquicos propenso a perspicácia humana. Por consequência, Brentano (1935, p. 82) demonstra que os fenômenos psíquicos podem ser apresentados como sendo aqueles que “contêm um objeto intencionalmente dentro de si”, isto é, o direcionamento da consciência a partir da associação sujeito - objeto.

De modo a complementar tais aspectos, mais tarde o estudo da fenomenologia proposto pelo filósofo Husserl (2008) recupera o termo intencionalidade utilizado por Brentano (1935), apresentando a sua correlação para com a consciência e que essa é sempre intencional, preocupando-se assim em entender a fenômeno e a sua manifestação na realidade.

De acordo com Sadala (2004, p. 03) “não existe consciência sem o mundo, e nem o mundo sem a consciência”, assim sendo, o ato de elaborar o documento de arquivo parte da intencionalidade da consciência para com uma determinada manifestação da ação humana a partir de um contexto, que está relacionado a um significado.

Ressalta-se que, o Arquivo (infraestrutura) como lugar também deriva dos aspectos do Direito Romano, isto ocorre, uma vez que o lugar era visto como um espaço público onde eram depositados os documentos, com intuito que esses forneçam evidências confiáveis para a memória que poderia vir atestar (DURANTI, 1996).

Desta maneira, o Documento de Arquivo é o objeto sobre qual o Arquivista se debruça para realiza suas atividades profissionais cotidianas. Portanto, se não existissem os documentos, não haveria o porquê da necessidade dos Arquivistas, ou sequer existiria essa profissão (NUNEZ-CONTRERAS, 1981, p. 30 traduções livre).

À vista disso, as atividades técnicas/intelectuais desempenhadas pelo profissional Arquivista são sete, sendo essa: produção, avaliação, descrição, aquisição (transferência e Recolhimento), conservação, classificação, Acesso/Difusão (ROUSSEAU; COUTURE, 1994).

Entretanto, nessa pesquisa iremos abordar somente a Descrição e Acesso/Difusão que serão percorridas no tópico a seguir.

## 2.1. DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO: ACESSO E DIFUSÃO

A Descrição do Documento de Arquivo como uma das funções de procedimento Arquivístico é realizada de forma a permitir a difusão e o acesso ao mesmo por seus usuários, tal método busca apresentar os elementos/caracteres do conteúdo formal do documento de modo a se elaborar instrumentos de pesquisa que permitam o acesso e a difusão da informação registrada. Ressalta-se que, o processo de Descrição é proveniente do processo da Gestão Documental.

Entende-se assim que, a Descrição é um processo de representação dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao Documento de Arquivo e que deve ser fidedigna a esse, no entanto, essa representação não é o documento em si.

De acordo com pintor surrealista René Magritte (1898-1967) em uma de suas pinturas denominada de A Traição das Imagens (*La Trahison des Images*), uma delas apresenta pela Figura 01.

**Figura 01** - La Trahison des Images



**Fonte:** Los Angeles County Museum of Art (LACMA)

O pintor ao reproduzir a figura/imagem de um cachimbo com os seguintes dizeres: *Ceci n'est pas une Pipe*, que se traduz por "isto não é um cachimbo", mas apenas a representação dele.



Entende-se assim, que as representações são elaboradas com intuito de aproximar objeto/coisa<sup>12</sup> por meio da representação, no âmbito da Arquivologia isto ocorre de modo a possibilitar a difusão e o acesso à informação por meio de seus produtos que derivam dos métodos aplicados, e que ao serem socializados serão instrumentos de pesquisa facilitador entre o usuários e o documento de arquivo.

Desta maneira, os aspectos de representação sobre o Documento de Arquivo podem ser observados, como a título de exemplo: sobre Carteira de Identidade, na qual se descreve de forma pormenorizada a existência de um ser humano e algumas de suas características de modo a torná-lo único no âmbito social o qual está inserido, esse documento contém alguns campos, como: Registro Geral, onde é colocado um número atribuído de forma única para cada ser humano dentro da sociedade, bem como Data de Expedição, Nome, Filiação, Naturalidade, Documento de Origem e Data de Nascimento, além da Foto e Assinatura.

Ao se refletir sobre carteira de identidade, entende-se que esse é uma representação Civil do ser humano na sociedade na qual está inserido, por meio de suas características física e o seu contexto de seu nascimento. Concluindo, pode-se ter a Carteira de Identidade como documento de representação de um ser humano na sociedade por elementos/caracteres que o representam, logo essa é a representação do ser humano e não o ser humano em si.

Desta maneira Jacob; Debora (1998, p. 146) contribuem para com esse entendimento sobre o termo Representação, ao enfatizarem que o mesmo é utilizado tanto para *processo* quanto para a *tarefa de representar* um objeto (s) de acordo com a instância que essa atividade estiver. Infere-se assim que a Representação abarca o processo ou um produto, logo a Representação são os *produtos* de um *processo* de representação.

Na Arquivologia, as representações estão correlacionadas aos processos de arranjos e descrição, quanto ainda para elaboração de instrumentos de acesso, como: guias, inventários, catálogos, índices etc., ou sistemas, como bancos de dados (YAKEL, 2003, p. 02).

Posto isto, tem-se a Descrição do Documento de Arquivo como procedimentos/métodos visam a elaboração de produtos que podem vir a ser

---

<sup>12</sup>O Termo “Coisa”, tem como significação apresentar tudo o que existe ou possa existir, por meio de natureza corpórea ou incorpórea.

utilizados como instrumento de pesquisa, de modo a proporcionar o acesso e a difusão da informação.

Em uma contextualização da Descrição documental no decorrer dos séculos, se adentra em alguns aspectos históricos e contextuais dessa referida prática/método. De acordo com Duranti (1993) o indício mais antigo que se tem sobre registro, e que se pode dirigir ao conceito de Descrição Arquivística remonta-se por meio dos repertórios<sup>13</sup> de documentos registrado em tabletes de argila, encontrados em arquivos privados de *Nuzi (Yorgan Tepe)* na *Assíria*<sup>14</sup>, datados de 1.500 Antes de Cristo.

Duranti (1992) entende com esse relato que a preservação desses documentos ocorreu tendo como base o uso desses pela administração, e quem os conservavam eram os próprios elaboradores dos documentos. Relata ainda que, a sua recuperação em dado momento se dava por meio do arranjo físico, sobretudo por assunto, e que em um segundo momento por meio da datação.

Contudo, enfatiza-se que, nesta ocasião a utilização da Descrição do Documento em si, não tinha como função instruir os usuários em suas pesquisas ou muito menos auxiliar os Arquivistas na recuperação do Documento de Arquivo. A usabilidade para o qual os repertórios se constituíram é que a sua utilização afastava a necessidade de consulta direta aos Documentos de Arquivo de modo a favorecer a organização do acervo em questão, uma vez que, quando houvesse a imposição de sua remoção repentina advindo de guerra, o acervo estaria organizado e pronto para ser retirado daquela região (DURANTI, 1992).

No que diz respeito a Grécia e a Roma antiga, o termo Descrição era visto na percepção de cópia, dado que os Documentos eram reproduzidos tanto por usuários quanto por escribas<sup>15</sup> que visavam o Documento para instruir consultas interna e externa, onde a sua busca ocorria por meio do arranjo e da sua disposição física dentro do acervo (DURANTI, 1992).

Portanto, a Descrição apresenta variadas características no decorrer dos séculos, como pode ser observado no **Quadro 01**:

---

<sup>13</sup> “[...]documentos que atendam a critérios temáticos, independentemente de sua posição do plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos (LOPEZ, 2002, p. 33)”. Sendo hoje reconhecido como catálogo.

<sup>14</sup> A cidade de Nuzi é conhecida como Yorgan Tepe, e situa-se na Mesopotâmia.

<sup>15</sup> O escriba era aquele que na antiguidade dominava a escrita e a usava para copiar, redigir leis dentre outros.

**Quadro 01** - Descrição e a suas características no decorrer dos Séculos XII ao XVIII

Séculos	Características
XII	Antes deste respectivo século <i>a descrição era compreendida como ato de escrever sobre o registro, e não era vista como função de arquivo</i> . Entretanto, com o surgimento da autonomia municipal neste século devido a necessidade de documentar direitos e defender as cidades frente ao poder central, os inventários começam a ser compilados, no qual esse tinham como objetivos provar a existência dos conselhos gerais da cidade de forma primária, e de modo secundário eram preservado para apresentar benefício a quem o custodiar além de ser prova da existência dos atos, os documentos eram listados item por item, seguindo o arranjo físico. Logo esses repositórios foram compilados na península italiana (Duranti, 1992).
XIII ao XIV	Já, no reino de Nápoles <sup>16</sup> no século XIII, e no Ducado de Saboia <sup>17</sup> , do século XIV, <i>a estruturação do inventário por meio da descrição tornou-se um dos deveres atribuído e regulamentado ao Archivanus</i> (termo em Latim emprestado pelo vocábulo Holandês para designar o Arquivista), contudo, esse mais se assemelhava a forma que hoje conhecemos como guia, posto que, os documentos eram numerados de acordo com o seu arranjo físico, uma vez que esses eram transferidos por quem o produzia para um outro espaço onde os mesmos seriam mantidos para guarda. O guia tinha como desígnio fornecer aspectos tanto jurídico (que era fornecer evidência da existência do documento) quanto administrativo (ao demonstrar controle das propriedades para realização de negócios). (Duranti, 1992).
XVI ao XVIII	Logo, neste respectivo séculos os arquivos se tornaram elementos para a pesquisa históricas sendo comumente utilizados e evidenciados nas obras desse período onde haviam referências ao documento de arquivo, bem como também por meio do registro das presenças dos estudiosos que visitavam os arquivos para consultar os documentos, <i>posto isto a descrição se modifica devido ao desenvolvimento da história científica e a crescente utilização de arquivos para fins culturais</i> (Duranti, 1992).

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de DURANTI (1992, 49-50, tradução livre).

Com o decorrer do Século XVIII o termo Descrição passa a ter acepção de instrumento de controle de acervo, bem como o Documento de Arquivo ao manter a sua significação relacionada a noções de fé pública e memória perpétua, efetivando assim o pretexto de sua preservação e guarda (DURANTI, 1992).

Ainda de acordo com Duranti (1992) na segunda metade desse mesmo século, ocorre o incremento da bibliografia científica, que acaba implicando na ampliação da utilização dos arquivos como fontes de identidades culturais. Como reflexo deste movimento, o método de Descrição sobre o Documento passa-o descrevê-lo item por

<sup>16</sup>O Reino de Nápoles foi criado na segunda metade do século XIII por Carlos de Anjou, os seus territórios correspondiam ao Sul de Itália.

<sup>17</sup>O Ducado de Saboia, que em francês é *Savoie*; em italiano *Savoia* era um antigo Estado cujo território compreendia os atuais territórios franceses de Saboia, Alta Saboia e arredores da cidade de Nice, bem como partes da atual região italiana do Piemonte.

item, em que muitas das vezes, esta descrição cabia como “substituto” para os documentos em si.

Observa-se que, conceituação da Descrição do Documento de Arquivo exposta por Duranti (1992) buscava em um primeiro momento servir como método de preservação do Documento de Arquivo, e em um segundo momento possibilita a comunicação do Documento de Arquivo com prova das ações sociais e transições de governos no decorrer do tempo.

Com os aspectos evidenciados no século XVIII sobre o Documento de Arquivo sendo utilizado para fins culturais, no século XIX isso se confirma no âmbito da Arquivologia por meio da elaboração do primeiro Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, organizado pelos Holandeses: S. Muller; J. A. Feith; R. Fruin, e publicado em 1898.

De acordo com Horsman; Ketelaar; Thomassen, T. (2003) a construção do Manual contou com o auxílio da “administração holandesa, quando essa começa a considerar os arquivos como fonte de conhecimento histórico de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados (p. 249, tradução nossa)”. Segundo, ainda Horsman; Ketelaar; Thomassen, T. (2003) o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo é usualmente referenciado como o prenúncio da teoria Arquivística e de sua metodologia.

Logo, a Descrição abordada no Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo (1973) proposto pelos Holandeses tem como intuito a utilização de métodos que buscam auxiliar na elaboração de instrumento de pesquisa que permite a recuperação e o acesso ao documento de arquivo para consulta.

Este Manual apresenta em seu capítulo III como descrever um Documento de Arquivo, neste trecho há uma indicação em que o termo descrição tem consigo dois significados, onde pode-se interpretar o mesmo em descrição como *processo*; e a descrição como *produto*, apresentado no **Quadro 02**.

**Quadro 02** - Conceitos identificados no Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo.

O processo (descrição):	O produto (instrumentos de pesquisas e acesso):
Ocorre de modo a descrever o documento de arquivo de forma minuciosa, onde-se evidencia aos caracteres/elementos internos e externos a esse.	São resultados dos métodos utilizados para realizar a Descrição do Documento de Arquivo, podem variar entre: Guia, Catálogo e Inventário.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado pelo autor, do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo da Associação dos Arquivista Holandeses (1973<sup>18</sup>)

Entende-se então que o processo de Descrição tem como intuito auxiliar na extração de elementos/caracteres que sejam fidedignos ao Documento de Arquivo para sua representação, tal processo tem como resultado alguns produtos (inventário, catálogo, sumário dentre outros). Esses são instrumentos de pesquisa que ao serem socializados permitem facilitar o acesso à informação tanto para os profissionais quando para os usuários.

Os instrumentos de pesquisas podem variar de acordo com seu processo de elaboração e sua finalidade no âmbito institucional, como por exemplo o guia, que pode ser reconhecido como a porta de entrada dos usuários ao arquivo, proporcionado a esse informações um tanto quanto genéricas e com uma linguagem simples, além de se constituir de tais campo, como: histórico da instituição e de sua conservação, nível de descrição, nomes dos produtores, datas, extensão do acervo, condições de acesso, serviços complementares, endereço, telefone, horário de funcionamento, localidade, dentre outros escolhidos pela instituição (BELLOTTO, 2006; CRUZ MUNDET, 1994; HEREDIA HERRERA, 1991; LOPES, 2002; PAES, 2004; CÂNDIDO, 2014).

Já segundo Heredia Herrera (1991, p. 360), o catálogo é um “instrumento que descreve ordenadamente e de forma individualizada as peças documentais, ou as unidades arquivísticas de uma série, ou um conjunto de documentos que guardam entre si uma relação à unidade tipológica, assunto ou institucional”.

No que se refere ao inventário, Bellotto (2006) e Heredia Herrera (1991) coadunam que esse é um instrumento de pesquisa, cujo propósito é descrever as séries documentais que arranjam o fundo e que sua construção precisa acompanhar a ordem exibida pelo arranjo, expondo assim a sua estrutura.

Sendo assim, os aspectos que diferenciam os produtos são os processos que são utilizados para sua elaboração, com isto a estruturação desses produtos seguem elementos lógicos que os tornam ímpar, um para com o outro.

No que concerne ao Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos dos holandeses (1973) o processo por esse abordado para elaboração do produto como

---

<sup>18</sup>O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo da Associação dos Arquivista Holandeses foi publicado em 1898, no entanto, a sua tradução para português ocorre somente em 1973.

instrumento é o inventário, em que os mesmos apresentam alguns elementos que devem ser levados em consideração na sua elaboração por meio da Descrição do Documento, sendo os seguintes pontos, como:

- a) o título antigo do item (se houver);
  - b) a descrição geral do conteúdo;
  - c) o ano ou anos abarcados pelo documento;
  - d) a indicação de que o item consiste de um ou mais volumes, pacotes, envelopes, maços, documentos ou cartas diplomáticas;
  - e) a indicação de documentos adicionais que se encontrem no mesmo
- (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 93).

Desta forma, ao se elaborar o Inventário de acordo com os elementos acima apresentados pelo Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo dos holandeses (1973), esse instrumento iria possibilitar conhecer o conteúdo do documento de arquivo custodiado pela instituição, e a sua elaboração deveria obedecer e respeitar a ordem da organização acervo.

Observa-se assim que o termo Descrição com o perpassar dos séculos ganham algumas significações e perde outras, pois o termo que era até então compreendido de modo literal como “cópia”, passa a ser entendido no patamar científico como método de análise, onde se tem um processo, que gera um produto, que se faz utilizado como instrumento de pesquisa, de modo a assessorar na recuperação e na difusão do conteúdo documental.

Com esses aspectos de atos normativos acerca da Descrição do Documento de Arquivo, no **Quadro 03** a seguir uma cronologia que remonta os aspectos da descrição durante o século XIX no âmbito da Arquivologia.

**Quadro 03** - Perspectivas cronológicas sobre a Descrição Arquivística nos Séculos XIX e XX.

Ano	Desenvolvimento
1888	O historiador <i>Justin Winsor</i> <sup>19</sup> [1831-1897] (foi eleito primeiro presidente da associação americana de bibliotecas em 1876 e serviu como bibliotecário em <i>Harvard</i> ) desenvolve as primeiras regras de catalogação documentadas para manuscritos na sociedade histórica de Massachusetts. Vale evidenciar que, este fato remonta ao século XIX.

<sup>19</sup>Era bibliotecário e historiador, e suas obras históricas tiveram fortes elementos bibliográficos e cartográficos

Ano	Desenvolvimento
1900	Os primeiros inventários de arquivos estaduais e locais patrocinados pela <i>Comissão Pública de Arquivo</i> são publicados pela Associação Histórica Americana relatórios anuais
1904	É apresentada a Regras para catalogação de manuscritos, desenvolvida por um dos membros da equipe Divisão de manuscritos Biblioteca do Congresso, sendo incluída em <i>Cutter</i> <sup>20</sup> Regras para um catálogo de dicionário.
1906	Ocorre a primeira publicação de um guia de repositório de manuscritos publicados pela sociedade histórica de Wisconsin <sup>21</sup> .
1912	A Associação Histórica Americana publica o Relatório anual onde recomenda -se a compilação de um " <i>Manual de Archival Economia</i> "
1914	O primeiro guia de repositório para registros públicos publicado pelo departamento de <i>Mississippi</i> de arquivos e história.
1931	Sob a proteção da Liga das Nações, o Instituto de Cooperação Intelectual cria uma Comissão Consultiva sobre Arquivo Permanente para elaboração de um Guia.
1934	O Comitê da Comissão Consultiva sobre Arquivo Permanente publica o primeiro Guia Internacional sobre Arquivos.
1936	Schellenberg, T.L. prepara instruções para inventário arquivos estaduais e locais para uso na pesquisa de registros históricos das Agências de Serviços Federais dos Estados Unidos.
1938	A Biblioteca Estadual de <i>Illinois</i> (EUA), por meio do trabalho da então arquivista <i>Margaret Cross Norton</i> <sup>22</sup> , que submeteu suas regras de catalogação de arquivos ao Comitê de catalogação e classificação da Sociedade Arquivística Americana como "um código provisoriamente aprovado;" as regras de descrições produzidas pelo arquivo se assemelhavam aos cartões da biblioteca "que algum usuário mal saberia a sua diferença".
1939	Associação Histórica Americana estabelece um comitê especial sobre manuscritos para planejar controle bibliográfico da fonte histórica desses materiais.
1940	Comitê Nacional de Arquivos em ferramentas de busca recomenda um sistema de descrição baseado em listas de verificação preliminares, inventários preliminares e inventários finais.
1946	Associação Histórica Americana [publica o] Relatório Anual contém um esboço de especificações para o Catálogo da União Nacional de Coleções de Manuscritos.
1949	Juntam-se os Comitês de Manuscritos Históricos da Sociedade de Arquivistas Americanos e da Associação Americanados estados e História Local) e começa a explorar a criação de um <i>catálogo</i> nacional de manuscritos históricos; apresenta plano em 1951

<sup>20</sup>Charles Ammi Cutter (1837-1903), espelhado na classificação decimal desenvolvida por Melvil Dewey, seu contemporâneo, elaborou o seu próprio sistema de classificação para coleção de biblioteca.

<sup>21</sup>O Wisconsin é um do 50 estados dos Estados Unidos, localizado na região norte do país.

<sup>22</sup>Segundo BRICHFORD (1984) *Margaret Cross Norton* trabalho como a primeira Arquivista do estado de Illinois de 1922 a 1957, além disso foi cofundadora da Sociedade dos Arquivistas Americanos em 1936, onde atuou como a primeira vice-presidente de 1936-1937 e presidente de 1943-1945, bem como também foi editora do *American Archivist* de 1946-1949.

Ano	Desenvolvimento
1950	O Conselho Internacional de Arquivo realiza sua primeira assembleia, bem como o seu primeiro Congresso e Arquivo, além de estrutura o primeiro periódico oficial do Conselho Internacional de Arquivo. Durante a Guerra Fria, o Conselho Internacional de Arquivo persistiu em abrir o acesso aos arquivos históricos, independentemente das fronteiras políticas, com o apoio financeiro e intelectual da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Onde o Conselho Internacional de Arquivo buscou promover o compartilhamento de registros microfilmados com países que não tinham tais registros e a publicação de Guia de 60 volumes sobre as Fontes da História das Nações, entre 1958 e 198.
1951	A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos <sup>23</sup> se oferece para abrigar e administrar o Catálogo Nacional dos Estados Unidos.
1951	O Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América emite algumas questões sobre a elaboração de inventários preliminares, conduzidos por <i>Schellenberg, T. R.</i>
1951	A Comissão Nacional de Publicações Históricas começa a acumular material para um guia sobre a localização de arquivos e manuscritos nos Estados Unidos da América publicado como o <i>Guia Hamer</i> <sup>24</sup> em 1961.  <b>Mais cedo 1950:</b> <i>Katherine Brand</i> <sup>25</sup> desenvolve procedimentos para preparar registros de manuscritos dentro da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, oriundos dos procedimentos do Arquivo Nacional para inventários arquivísticos.
1954	A Divisão de Catalogação Descritiva da Biblioteca do Congresso publica uma pré-impressão de regras para catalogação de manuscritos, em parte para apoiar a compilação de um catálogo da união nacional.
1957	A Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso começa a microfilmar os documentos presidenciais e utilizando-se de cartões perfurados para criar índices por data, autor e destinatário.  <b>Mais tarde em 1964:</b> os cartões perfurados são substituídos pela entrada direta de dados no computador.
1958	A Biblioteca do Congresso recebe uma doação de US\$ 200.000 do Conselho de Recursos da Biblioteca para financiar o Catálogo de Coleções de Manuscritos da União Nacional. Logo, o Catálogo da União Nacional de Coleções de Manuscritos imprime seu primeiro cartão em junho de 1959.
1961	Um Guia de Arquivos e Manuscritos nos Estados Unidos (Guia Hamer), compilado por <i>Philip M. Hamer</i> na Comissão Nacional de Publicação Histórica é publicado, onde se apresenta entradas descrevendo os acervos de 1.300 repositórios e mais de 8.000 coleções; mais da metade das

<sup>23</sup> “conhecida também como Biblioteca Nacional é uma instituição cultural antiga deste país, sendo localizada em Washington, o teu acervo custódia cerca de 155 milhões de itens, além de ser considerada a maior Biblioteca do mundo em questão de armazenamento e números de livros.

<sup>24</sup>De acordo com BOYD (1971, tradução nossa) Hamer, P. M. nasceu em 10 de novembro de 1911 e faleceu em 10 de abril de 1971 aos 59 anos, foi um Arquivista e historiador americano, trabalhou como diretor executivo da Comissão Nacional de Publicação Histórica do Estados Unidos da de 1951 a 1961.

<sup>25</sup>Foi chefe da Seção de Manuscritos Recentes da Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso.



Ano	Desenvolvimento
	coleções listadas estão alojadas em bibliotecas. (vide nota de rodapé número 20)
1962	O Catálogo da União Nacional de Coleções de Manuscritos publica seu primeiro volume com 3.688 entradas.  <b>Ainda, nos meados dos anos 1960:</b> A <i>Hoover Institution</i> <sup>26</sup> usa o programa KWIC "key-word in context" (palavra-chave no contexto) para fornecer índice aos registros que pudesse auxiliar a Administração Americana  <b>Os Arquivos Públicos do Canadá da metade da década de 1960</b> usam cartões perfurados para produzir índices de sujeito e nome para os documentos dos primeiros-ministros.
1964	Divisão de manuscritos é a primeira a usar o computador para controle físico e administrativo dos arquivos, por meio do desenvolvimento de registro.
1967	Conselho de Recursos da Biblioteca, concede doações a nove instituições para o desenvolvimento do <i>SPINDEX I</i> <sup>27</sup> , incluindo o Arquivo Nacional, a Biblioteca do Congresso, a Universidade de Cornell, ao Instituto de <i>Smithsonian</i> , a Sociedade Histórica de Minnesota e a Sociedade e Sociedade Histórica do Estado de <i>Wisconsin</i> .
1967	A primeira edição das Regras de Catalogação Anglo-Americanas é publicada; O capítulo 10, foi dedicado à catalogação de manuscritos, sendo um resultado direto da pré-impressão de regras de Biblioteca do Congresso de 1954.
1970	Início dos anos 70 o Arquivo Nacional usa o <i>SPINDEX</i> para produzir índices de itens para os Documentos do Congresso Continental.
1973	A Biblioteca do Congresso publica o formato Machine Readable Cataloging <sup>28</sup> (MARC) para Manuscritos, que recebe uso muito limitado na próxima década; o Online Computer Library Center <sup>29</sup> (OCLC) é o único sistema principal a implementar o formato.
1973	Na Conferência de Usuários do SPINDEX, o Arquivo Nacional anuncia que não tentará usar o SPINDEX II para suas próprias propriedades porque esse controle detalhado e em profundidade "não era viável". Alguns conferencistas de outras instituições expressaram preocupação sobre as implicações dessa decisão sobre a capacidade ou disposição do Serviço Nacional de Arquivos e Registro em fornecer os serviços de suporte

<sup>26</sup>A Instituição *Hoover* é reconhecida como um *think tank*, podendo ser entendida como: "fabricas das ideias ou círculo de reflexões" de políticas públicas, sendo uma instituição de pesquisa americana, localizada na *Universidade de Stanford*.

<sup>27</sup>De acordo com BARTH, C. D. (1997, tradução nossa) [A partir de 1964] "a Biblioteca do Congresso desenvolveu dois sistemas separados, o primeiro Registro Mestre de Coleções de Manuscritos (MRMC) que buscava colaborar para com o controle administrativo sobre as propriedades, e o SPINDEX (emergindo do projeto anterior de cartões perfurados) para fornecer formas automatizadas de acesso para materiais de arquivo. O Arquivo Nacional juntou-se ao esforço de automação em 1967 e desenvolveu um sistema derivado da SPINDEX voltado mais especificamente para coleções de arquivamento no Arquivos Nacionais e Administração de Registros (NARA) chamado SPINDEX II. O SPINDEX II se concentrou em fornecer acesso a coleções de arquivos, automatizando ferramentas de busca previamente preparadas e publicadas. Além disso, o SPINDEX é derivado da INDEXAÇÃO de Permutação Seletiva.

<sup>28</sup>Catalogação Legível por Computador Máquinas.

<sup>29</sup>É uma empresa sem fins lucrativos, que busca cooperar com Bibliotecas, Museus e Arquivo.

Ano	Desenvolvimento
	necessários. Contudo, o Serviço Nacional de Arquivos e Registro garantiu em fazer o SPINDEX II funcionar e disponibilizá-lo a um custo razoável o sistema de documentação.
1974	A Comissão Nacional de Publicação Histórica inicia um projeto para fazer a atualização o Guia <i>Hamer</i> de 1961.
1975	Com a publicação do décimo volume, o Catálogo da União Nacional de Coleções de Manuscritos. Cobre 29.356 coleções e 850 repositórios; a tensão financeira criou um acúmulo significativo no suprimento de cartões de catálogo submetidos no qual resultou em criticismo.
1976	O Comitê da Sociedade dos Arquivistas Americanos que busca ajuda pública para <i>Inventários</i> e Registros: Um manual de Técnicas e Exemplos, compilado de uma remessa de mais de 400 arquivos e manuscritos repositórios; Enquanto Frank G. Burke, presidente do comitê durante o projeto afirma que "não representa mais do que uma compilação de exemplos", o prefácio demonstra que, depois de extrair comentários da profissão, "o Conselho considerará a publicação do manual como Padrão da Sociedade.
1976	A Comissão Nacional de Publicações e Registros Históricos começa a usar o SPINDEX para o projeto de atualização de guia iniciado em 1974 e anuncia sua intenção de construir uma Inventário de registros históricos por meio de seu banco de dados.
1976	Ocorre a primeira avaliação de modo geral em Arquivo sobre os usos da automação, sendo publicado a Spindex II <sup>30</sup> de <i>Hickerson</i> na Universidade de <i>Ornell</i> e um Revisão da Automação Arquivística nos Estados Unidos.
1977	A Sociedade dos Arquivistas Americanos elabora uma Força-Tarefa Nacional de Sistemas de Informação <sup>31</sup> para resolver a competição percebida entre o Catálogo da União Nacional de Coleções de Manuscritos e o novo projeto de banco de dados da Comissão Nacional de Publicações e Registros Históricos. O Força-Tarefa Nacional de Sistemas de Informação relata que não prevê nenhum sistema nacional que domine o futuro da <i>informação arquivística</i> , mas vê vários sistemas trabalhando em conjunto.
	A Sociedade América Arquivista publica o manual básico de <i>David Gracy</i> <sup>32</sup> sobre arranjo e descrição, que se refere à "luta de longa data para

<sup>30</sup>De acordo com Hickerson (1981, p. 29, Tradução nossa) "Os programas básicos do SPINDEX II fornecem a impressão de um registro (uma descrição ou resumo de coleção narrativa formatada) e um índice. O índice fornece um tipo primário de palavras-chave, alfabeticamente ou cronologicamente, e um tipo secundário por título ou data. Depois que a equipe da Comissão Nacional de Publicações e Registros Históricos decidiu-se usar o SPINDEX na criação de uma base de dados nacional de informações sobre arquivos e manuscritos nos Estados Unidos, eles solicitaram que o Serviço Nacional de Arquivos e Registros fez alterações significativas no pacote de *software* do SPINDEX II. A realização dessas modificações resultou na criação do SPINDEX III".

<sup>31</sup>De acordo com Weber (1990) Era um comitê da Sociedade dos Arquivistas Americanos, que pendurou durante 1977 a 1983, onde se investigava sistemas para compartilhar informações sobre a posse de arquivos e repositórios de manuscritos.

<sup>32</sup>O primeiro Manual básico sobre arranjo e Descrição Arquivística publicado nos Estados Unidos da Américas, foi elaborado por *David Gracy* (1977, p. 29) adotou uma visão ampla, onde delineou os componentes de um programa descritivo eficaz, cujo propósito fundamental buscava estabelecer "controle físico, administrativo e/ou intelectual sobre arquivos e manuscritos". Definiu ainda o *controle* como tendo em mãos, quando necessário: informações essenciais sobre os registros, conhecimento das informações nos registros e as próprias propriedades".

Ano	Desenvolvimento
1977	alcançar a padronização da metodologia de arquivamento", entretanto demonstra-se diferentes necessidades e recursos entre repositórios fundamentam a atual "variedade caleidoscópica de sistemas".
1977	A Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso revisa o esboço referente ao Código de catalogação Anglo-Americano <sup>33</sup> , 2ª ed. (AACR 2), Capítulo 4, sobre manuscritos, e levanta objeções consideráveis; surgindo assim a preparação de um conjunto alternativo de regras.
1978	A publicação do Código de catalogação Anglo-Americano, 2ª ed. (AACR) é recebida com decepção <sup>34</sup> geral entre Arquivistas e Curadores de Manuscritos.
1978	Comissão Nacional de Publicações e Registros Históricos publica o Diretório de Repositórios de Arquivos e Manuscritos nos Estados Unidos, a primeira publicação proveniente de seu projeto de banco de dados, com entradas para 3.250 repositórios.
1979 - 1980	Comité Misto de Catalogação Especializada, convida o Conselho de Bibliotecas Nacionais e Associações de Informação, identificar vários capítulos da Código de catalogação Anglo-Americano (AACR2) que precisam de expansão ou interpretação para bibliotecas e arquivos especializados; tal processo ocorre tendo como subsídio o fundo de Doação Nacional da Humanidade, para elaboração de três manuais sobre manuscritos, materiais visuais e filmes, - no qual, os primeiros rascunhos seriam elaborado pelos funcionários da Biblioteca do Congresso.
1981	O manual básico de <i>H. Thomas Hickerson</i> sobre acesso automatizado <sup>35</sup> , publicado pela Sociedade América Arquivista, reconhece que a automação de arquivamento ainda está em um estágio experimental e prevê um rápido crescimento no uso de automação pelos Arquivistas nos próximos cinco anos.
1982	Biblioteca do Congresso publica o primeiro dos manuais interpretativos de catalogação Código de catalogação Anglo-Americano (AACR2) Materiais Gráficos: Regras para Descrever Itens Originais e Coleções Históricas, por <i>Elisabeth Detz Parker</i> .
1982	O Conselho da Sociedade dos Arquivistas Americanos se comprometeu para com a sociedade, a manter e atualizar dois padrões de descrição: Sendo esses: o "Dicionário de Elementos de Dados" da Força-Tarefa Nacional de Sistemas de Informação (1977-1983) (NISTF) e o formato

<sup>33</sup>É manual de regras para a descrições bibliográficas, que auxilia na identifica e atribuição dos pontos de acesso (cabecinhos) representando por pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, bem como para títulos uniformes representando obras e expressões.

<sup>34</sup>De acordo HANSEN (1988, p. 554) a publicação da AACR2 proporcionou uma reação nacional e geral de desapontamento, uma vez que, não havia elementos para manuscritos e outros materiais especiais "não- - livros". Atuando sob as recomendações do Conselho de Bibliotecas Nacionais e Associações de Informação, um grupo de catalogadores de materiais especiais reuniu-se como o Comitê Conjunto sobre AACR2 (posteriormente renomeado como Comitê Conjunto de Catalogação Especializada) para discutir tal aspectos em questão dos "não - livros".

<sup>35</sup>HICKERSON (1981, sem paginação) enfatiza que, à medida que os Arquivistas dominarem e aproveitarem do poder do computador, de modo a auxiliá-los no controle de seus materiais, um grande obstáculo se torna aparente. Como muitos outros grupos em nossa sociedade, os Arquivistas apresentam uma ampla gama de habilidades com relação ao uso de computadores, e esse alcance está se tornando cada vez maior. No qual, na ponta temos alguns indivíduos inovadores que estão ativamente envolvidos no desenvolvimento de sistemas de computador para uso Arquivístico.

Ano	Desenvolvimento
	MARC agora usado mais amplamente nos Estados Unidos da América nos arquivos de Controle de Manuscritos.
1983	O Formato para Controle de Arquivamento de Manuscritos é aprovado pela Comissão de Representação o formato MARC.
1984	A Biblioteca do Congresso publica um Manual de Catalogação para Arquivo de imagem em movimento, elaborado por <i>Wendy White-Hensen</i>
1984	O Grupo de Pesquisa de Bibliotecas, disponibiliza uma melhoria em sua rede bibliográfica, com isto a Rede de Pesquisa de Informação de Bibliotecas evidenciam que suportam as funções e o <i>design</i> do formato MARC. Logo, o Manual de Catalogação para Repositórios de Arquivo, Sociedades Históricas e Bibliotecas de Manuscritos, 2ª ed. (Chicago: <i>Society of American Archivists</i> , 1989) buscava abarcar arquivos de documentos pessoais e manuscritos, elaborado por <i>Steven Hensen</i> , continha regras para preparar entradas de catálogos para arquivos e manuscritos na Rede de informação de bibliotecas de pesquisa.
1984	Centro de Biblioteca de Computadores Online implementa o Formato para Controle de Arquivamento e Manuscritos para substituir o antigo formato MARC para Manuscrito.
1984	Formato para Controle de Arquivamento e Manuscritos, é publicado pela Biblioteca do Congresso como parte de atualização do Formato para dados bibliográficos.
1985	O Escritório dos Arquivistas Canadenses publica <i>padrões descritivos</i> por meio de um Relatório com recomendações do Grupo <i>Canadense de Trabalho</i> .
1987	A seção de descrição da Sociedade dos Arquivistas Americanos solicita ao conselho desta (uma ação para designar uma força-tarefa e/ou obter fundos de subsídios para estudar padrões para a Descrição Arquivística.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de DOWLER, L. et al. (1989, p. 431- 537, Tradução nossa) e complementado com fatos do ICA – *International Council on Archives* (Conselho Nacional de Arquivo)

Observa-se no **Quadro 03** que, os instrumentos de pesquisa no âmbito dos Arquivos em um primeiro momento se faziam elaborados por meio dos métodos descritivos da Biblioteconomia no que tange: o Guia, o Inventário e o Catálogo.

Segundo Schellenberg (1980), a expansão dos métodos no âmbito da Biblioteconomia, cooperaram de forma significativa para com as técnicas Arquivísticas. Isto possibilitou ao Autor apresentar alguns pontos que cunham o desfecho alcançado pela Biblioteconomia, que permite reproduzir às atividades Arquivísticas como Arranjo e Descrição, os correlacionar da seguinte maneira: “O primeiro, na biblioteconomia, constitui a classificação, e [o] segundo a catalogação. Também como descrição há que considerar-se a indexação, ainda que os índices das bibliotecas, tanto quanto dos arquivos, venham, de ordinário, a carecer de informação descritiva (SCHELLENBERG, 1980, p. 08)”.

Pelo que foi apresentado entende-se que Ato Descritivo como método/atividade tem como intuito a elaboração de produtos tais como: Guia, Inventário e Catálogo dentre outros, por meio do processo descritivo que busca identificar os elementos/caracteres intrínseco e extrínseco ao conteúdo analisado de modo a representá-lo.

Schellenberg (1980) enfatiza ainda de forma pontual que a técnica de representação idealizada na Biblioteconomia no século XIX, neste caso o método de indexação, tinham como propósito assegurar e controlar alguns tipos de publicações.

Ainda neste mesmo século, aparece no âmbito da Arquivologia o termo Indexação, que segundo Schellenberg (1980, p. 58), advém da “Sociedade Histórica de Massachusetts [que] desenvolveu [o] processos de indexação, a par dos de catalogação”. Podendo assim, indicar esse século como surgimento de tal técnica na Arquivologia para representação do conteúdo documental.

Schellenberg (1980) também aborda o método de Indexação apresentada pela Sociedade Histórica de Massachusetts, a qual provocou um estímulo na sociedade para o seu estudo dos processos descritivo para representação.

Contudo, Schellenberg (1980) relata que, por mais que tivesse uma quantidade razoável de trabalho sobre a temática de representação descritiva no “século XX, em particular no tocante a documentos genealógicos, os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados” (SCHELLENBERG, 1980 p. 59).

Ressaltar-se que o método de indexação está correlacionado ao ato descritivo por meio da análise do conteúdo documental, tal processo descritivo visa permitir a elaboração de instrumentos de pesquisa que visam facilitar o acesso à informação, por meio dos termos elegidos na análise para recuperação da informação.

Evidencia-se ainda de acordo com Bonal Zazo (2002, p. 155) que, alguns aspectos utilizados por alguns autores relativo à representação descritiva do documento de arquivo antes do processo de normalização tinham amparo de três subsídios básicos, que foi apresentado no Manual dos Holandeses (1973), como sendo: “a atividade (conferência de caracteres/elementos internos e externos dos documentos); o resultado da atividade (instrumentos de descrição); o objetivo da descrição (proporcionar acesso ao conteúdo dos documentos) ”.

Somente na década de 1980 no Canadá que se apresentaram os primeiros indícios sobre Normalização da Descrição do Documento de Arquivo, tal fato foi

influenciado pelas bibliotecas como pode ser observado no **Quadro 03**, uma vez que, essas já continham normalização que auxiliavam os Bibliotecários em seus fazeres Profissionais, com relação ao acesso e a difusão da informação.

Desta forma, no **Quadro 04** demonstra-se de forma organizada os fatos ocorridos que proporcionaram a primeira Normalização Descritiva do Documento de Arquivo elaborada pelos canadenses.

**Quadro 04** - A Normalização da Descrição no Canadá entre as décadas de 1990 e 1980.

ANO	FATOS OCORRIDOS
1980	Ainda nessa década a eclosão da automação <sup>36</sup> impulsiona ainda mais a necessidade de se ter uma norma de descrição de documento de arquivo, pois, o que era até então controlado por mecanismo humano passa a ser executado por técnicas computadorizadas.
1987	O processo de normalização desenvolvido no Canadá sucedeu com o início do Bureau Canadien des Archivistes (BCA) Planning Committee on Descriptive Standards (Departamento de Arquivistas Canadenses - Comitê de Planejamento de Normas de Descrição). A sua formação se realizou com a força tarefa entre as duas associações de arquivistas canadenses, sendo elas: Association des archivistes du Québec – AAQ (Associação de Arquivistas Quebec), Association of Canadian Archivists – ACA (Associação de Arquivistas Canadenses).
1986	É apresentado o primeiro livro técnico intitulado de Les normes de description en archivistique: une nécessité (As normas de descrição em arquivística: uma necessidade) que fornecia padrões nacionais para a descrição de documentos de arquivo, e que segundo eles se aplicam a todos os materiais documentais.
1990	O grupo faz apresentação da Norma para os arquivistas canadenses, nomeada como Règles pour la description des documents d'archives – RDDA/RAD (Normas para a Descrição do Documento de Arquivo – RDDA/RAD) no qual sua revisão mais recente é datada de 2008.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES (2008, tradução nossa; CÂNDIDO, 2014).

Com isto, a normalização Canadense no que concerne ao Processo Descritivo do Documento de Arquivo, indica que tal método consiste em “identificar, explicar o *contexto* e o conteúdo do documento de arquivo, a fim de facilitar o acesso a ele (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008, p. 24, tradução nossa; CÂNDIDO, 2014) ”.

<sup>36</sup> “Automação é a aplicação de técnicas computadorizadas ou mecânicas para diminuir o uso de mão-de-obra em qualquer processo, especialmente o uso de robôs nas linhas de produção. A automação diminui os custos e aumenta a velocidade da produção (LACOMBE, 2004, p.55)”.

Antes a Descrição do Documento de Arquivo não abarcava em seu método de análise a relação do Documento de Arquivo com seu contexto, como apresentado pela Norma para a Descrição do Documento de Arquivo - RDDA/RAD, ou seja, com sua proveniência<sup>37</sup>, demonstrando assim, o vínculo que o documento tem com o arquivo e com o seu produtor. (CÂNDIDO, 2014; CÂNDIDO; MORAIS, 2015).

Observa-se ainda que o termo Descrição neste momento passa a ter conexão com quatro aspectos no âmbito da Arquivologia, indicado assim, o conceito de descrição, como sendo: contexto, atividade, resultado e objetivo, exposto no **Quadro 05**. (CÂNDIDO, 2014; CÂNDIDO; MORAIS, 2015).

**Quadro 05 - Quatro aspectos da Descrição do Documento.**

Elemento da Análise	Aspectos dos procedimentos
<b>Atividade</b>	Processo de análise dos caracteres/elementos internos e externos ao documento de arquivo.
<b>Contexto</b>	Onde foi elaborado, quem é o produtor do documento de arquivo.
<b>Resultado</b>	Instrumento de pesquisa que foi elaborado com base no processo de análise realizado, sendo esses produtos: guias, inventários, catálogos.
<b>Objetivo</b>	Promover o acesso ao documento de arquivo, tanto para o usuário quanto para o arquivista.

**Fonte:** Elaborado pelo Autor, adaptado de BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008 e CÂNDIDO, 2014; CÂNDIDO; MORAIS, 2015.

Atenta-se para contribuição que a Norma dos Arquivistas Canadenses (2008) teve para com o Conceito de Descrição na Arquivística, de modo complementar aquilo que foi indicado anteriormente pelo Manual dos Holandeses (1973) (CÂNDIDO, 2014).

No entanto, a necessidade de uma Normalização da Descrição sobre o Documento de Arquivo se encontrava ainda em desenvolvimento, uma vez que se fazia necessário Normas Internacionais que pudessem demonstrar os procedimentos de tal método, essas articulações foram incentivadas por meio Norma dos Arquivistas Canadense - RDDA/RAD e automação crescente desta época. (CÂNDIDO, 2014; CÂNDIDO; MORAIS, 2015).

<sup>37</sup> Princípio da proveniência apresenta duas vertentes que a define-se como o “[...] princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outras proveniências e devem ser conservados segundo sua ordem primitiva, caso exista “ou o princípio segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo donde provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem”. Tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência garante, por um lado, a ordem estritamente administrativa que preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro, o valor de testemunho que alguns deles têm (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 82) ”.

Como base em tais aspectos expostos pode-se compreender a Descrição como um processo de análise do conteúdo, que busca desconstruir para se reconstruir o conteúdo do documento de arquivo de forma condensada, utilizando-se de elementos/caracteres internos e externos a esse, que são destacados por meio da aplicação da análise de leitura realizada sobre esse, cujo intuito é ser o mais fidedigno possível ao seu conteúdo.

A vista disto, a Descrição ao ser observada na perspectiva de método de análise em âmbito científico, começou a ser estudada por alguns teóricos da área do conhecimento em questão, no **Quadro 06** apresenta-se algumas conceitualizações desses sobre a Descrição do Documento de Arquivo:

**Quadro 06** - Os aspectos conceituais de descrição

Autores	Conceitos
<b>Evans et al. (1974, tradução nossa)</b>	Descrição [é] o processo de estabelecer controle intelectual sobre as explorações por meio da elaboração de instrumentos de pesquisa (p. 421, tradução nossa)
<b>Schellenberg (1980)</b>	“termo <i>Descrição</i> compreende todas as atividades exigidas para a preparação de instrumentos e meios de busca. <i>Descrição</i> , de acordo com o dicionário, e a enumeração das qualidades essenciais de um objeto. Esta definição aplica-se tanto aos documentos como aos demais objetos. Duas operações fundamentais envolvem a descrição: a primeira consiste em identificar a unidade documentaria a ser descrita; a segunda, em enumerar as qualidades ou atributos essenciais” [do documento de arquivo]
<b>Dowler, L. et al. (1989, tradução nossa)</b>	O Grupo de Trabalho preparou uma definição de descrição arquivística que reflete essa compreensão ampliada das funções relacionadas à descrição e às inter-relações dessas funções com outras atividades de arquivamento: Descrição arquivística é o processo de captura, coleta, análise e a organização de qualquer informação que sirva para identificar, gerenciar, localizar e interpretar as propriedades de instituições arquivísticas e explicar os sistemas de contextos e registros. A partir do qual, essas explorações foram selecionadas.
<b>Heredia Herrera (1991, tradução nossa)</b>	[...] é a enumeração das qualidades e de elementos fundamentais de uma pessoa ou de um objeto, de tal forma que a pessoa que realizou, vos leva ao conhecimento das características determinantes que identificam o que é descrito. <i>A descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos de documentos arquivos agrupados natural ou artificialmente</i> , a fim de sintetizar e condensar a informação neles contidos para oferecê-la aos interessados. Isso equivale a dar ao documento de arquivo ou grupos a sua identidade, ou seja, características que os definem como precisão (selecionando os elementos que o melhor



Autores	Conceitos
	identifica), que permitem e facilitam a comunicação (acesso e recuperação). (p. 300, Tradução nossa)
<b>Bellotto (1991)</b>	A descrição é a “maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais possam ser alcançados pelos pesquisadores”, bem como [...] “consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem identificar, rastrear, localizar dados, seja pela via sumária, seja pela analítica” (p. 108)
<b>Cruz Mundet (1994, tradução nossa)</b>	[a Descrição do Documento de Arquivo se] "constitui a parte culminante do trabalho arquivístico, que coincide exatamente a sua finalidade com a própria documentação que é: informar (p. 255, tradução nossa)”

**Fonte:** Elaborado pelo autor, tendo como base os artigos e livros dos referidos autores.

No **Quadro 06**, percebe-se que a Descrição se faz necessária no fazer arquivístico, visto que com base nos autores citados, entende-se que essa proporciona e possibilita o acesso à informação por meio de elementos que permitem rastrear e localizar a mesma.

Desta maneira, para continuidade sobre a temática Descrição do Documento de Arquivo, buscou-se no próximo subcapítulo recapitular os diálogos utilizados para a elaboração das normalizações de tal técnica no âmbito dos arquivos.

### 2.1.1. AS NORMALIZAÇÕES DE DESCRIÇÃO SOBRE O DOCUMENTO DE ARQUIVO ISAD (G); ISAAR (CPF). ISDF E ISDIAH.

As normalizações Internacionais no que se refere sobre a Descrição do Documento de Arquivo foram elaboradas tendo como respaldo *International Council on Archives*<sup>38</sup> – ICA uma organização profissional internacional da comunidade mundial Arquivística.

Esta organização busca promover a preservação, o desenvolvimento e o uso do patrimônio Arquivístico mundial. Tal organização tem característica não governamental, sendo financiada pelos seus membros que a mantém independência do processo político, cujo seus membros abrangem instituições públicas e privadas de arquivos.

---

<sup>38</sup> Conselho Internacional de Arquivos

Posto isto, as normalizações apresentadas pelo Conselho Internacional de Arquivos estão dispostas no **Quadro 07**, com as seguintes datas de elaboração destas:

**Quadro 07** - Edições das Normas Internacional de Descrição Arquivística.

Normas	Edição	Ano de elaboração	Data de publicação
<b>Início dos diálogos sobre a Normalização da Descrição do Documento de Arquivo.</b>		(1988) 1989 – 1992	1992
<b>ISAD (G)</b>	Primeira	1990 - 1993	1994
<b>ISAAR (CPF)</b>	Primeira	1993 - 1995	1996
<b>ISAD (G)</b>	Segunda	1996 - 2000	2000
<b>ISAAR (CPF)</b>	Segunda	2000 - 2004	2004
<b>ISDF</b>	Primeira	2005 - 2007	2007
<b>ISDIAH</b>	Primeira	2005 - 2008	2008

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptados das normas: ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDF e ISDIAH.

Tendo como base o **Quadro 07** buscou-se contextualizar neste subcapítulo os percursos que auxiliaram na elaboração das normas em questão.

Após a pesquisa dos Arquivistas Canadenses pela padronização da Descrição do Documento de Arquivo em 1987 como exposto no subcapítulo anterior por meio da Norma dos Arquivistas Canadense – RDDA/RAD. Em 1988 o Conselho Internacional de Arquivos envia alguns especialistas para Ottawa - Canadá, que lá estiveram dentre os dias 04 a 07 de outubro com intuito de estudar e vivenciar, as experiências proporcionadas por meio dos estudos realizados pelos canadenses em seus arquivos (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2013, tradução nossa; CÂNDIDO, 2014).

Como consequência do estudo em questão e com a publicação da *Normas para a Descrição do Documento de Arquivo* – RDDA/RDA no Canadá em 1990, neste mesmo ano na Polónia é instituída uma comissão de cunho permanente, que procura desenrolar um padrão de Norma Geral de Descrição Arquivística Internacional (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000).

Desta forma, apresenta-se no **Quadro 08** as etapas que ocorreram durante a elaboração da norma na década 90, sendo apresentado em forma de síntese no respectivo **Quadro 08**.

**Quadro 08** - Etapas da Elaboração da Norma de Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G))

Ano	Etapas de Elaboração
1990	A primeira reunião desta comissão se deu na cidade de Horh - Grenzhausen na Alemanha, onde um projeto relacionado à <i>Declaração de princípios</i> , apresentado por <i>Hugo Stibbe</i> foi debatido e alterado, e posteriormente enviado para revisão.
1992	A segunda reunião da Comissão se realizou em Madrid - Espanha, em que se analisou o projeto que já havia sido apresentado, tendo como ponto de pauta os comentários recebidos após a revisão, alterando basicamente o documento ao rever a primeira versão da <i>Declaração de Princípios Arquivísticos</i> .
1992	Após este processo de revisão da <i>Declaração de Princípios</i> , ainda no mesmo ano em Montreal - Canadá, é declarada oficialmente adotada pela assembleia geral da ICA, aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos.
1993	Em Estocolmo – Suécia, a comissão se reuniu e por meio dos comentários realizados durante o XII congresso internacional de arquivo em Montreal, utilizando-se das anotações ali cunhadas, revisaram novamente o projeto que iria servir como norma de descrição arquivista.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de CÂNDIDO, 2014; STIBBE, 1998; CONSELHO INTERNACIONAL DE AQUIVOS. ISAD(G); INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013.

Após as revisões realizadas, a CIA faz a publicação da respectiva norma com o título adaptado em Madrid - Espanha como *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*, em que posteriormente essa também foi ajustada pelo comitê de *Norma de Descrição* apresentada em 1994 como versão final autorizada pela CIA em Ottawa – Canadá. Além disso, ela traz em seu prefácio que aconteceria uma revisão após 5 anos, uma vez que essa em sua fase de teste poderia apresentar manifestação que seria usual para a sua revisão (STIBBE, 1998; CÂNDIDO, 2014).

Com a término da ISAD(G) e a sua divulgação, pode-se verificar que a norma foi composta com influência de alguns objetivos:

- Assegurar a criação de descrições uniformes, relevantes e explícitas.
- Facilitar a investigação e o intercâmbio de informações sobre arquivos.
- Permitir o uso de autoridades de registros públicos.
- Possibilitar a integração de descrições de diferentes arquivos em um sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, P.11).

Diante disso, para que esses objetivos demonstrados pela ISAD(G) pudessem ser alcançados, esses se subdividiram em multinível de descrição contendo 7 áreas e 26 elementos, sendo expressa da seguinte forma:

- 3. ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
  - 3.1 *ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO*
    - 3.1.1 Código(s) de referência
    - 3.1.2 Título
    - 3.1.3 Data(s)
    - 3.1.4 Nível de descrição
    - 3.1.5 Dimensão e suporte
  - 3.2 *ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO*
    - 3.2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
    - 3.2.2 História administrativa/Biografia
    - 3.2.3 História arquivística
    - 3.2.4 Procedência
  - 3.3 *ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA*
    - 3.3.1 Âmbito e conteúdo
    - 3.3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade
    - 3.3.3 Incorporações
    - 3.3.4 Sistema de arranjo
  - 3.4 *ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO*
    - 3.4.1 Condições de acesso
    - 3.4.2 Condições de reprodução
    - 3.4.3 Idioma
    - 3.4.4 Características físicas e requisitos técnicos
    - 3.4.5 Instrumentos de pesquisa
  - 3.5 *ÁREA DE FONTES RELACIONADAS*
    - 3.5.1 Existência e localização dos originais
    - 3.5.2 Existência e localização de cópias
    - 3.5.3 Unidades de descrição relacionadas
    - 3.5.4 Nota sobre publicação
  - 3.6 *ÁREA DE NOTAS*
    - 3.6.1 Notas
  - 3.7 *ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO*
    - 3.7.1 Nota do arquivista
    - 3.7.2 Regras ou convenções
    - 3.7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, P.06-07).

A Descrição abordada pela a ISAD(G) exhibe que a sua utilização ocorre por meio da Descrição Multinível, que visa à representação do contexto e da estrutura hierárquica do fundo e de suas partes. De acordo com ISAD(G) o fundo poderia ser “descrito como um todo numa única descrição ou representado como um todo e em suas partes em vários níveis de descrição”, iniciando do nível de informação mais elevada ao nível mais detalhado (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000, P. 12; CÂNDIDO, 2014).

Logo, a ISAD(G) explana que a Descrição do Documento de Arquivo se institui pela:

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000, p.14-15).

Perante isto, dispondo de tais subsídios, o discurso apresentado sobre a Descrição pela ISAD (G), indica-se algumas ponderações a respeito dos caracteres/elementos descritivos que essa recomenda, ao submeter a Descrição do Documento de Arquivo:

- A ordem e a numeração da ISAD (G) são indicativas e não prescritivas: indicativas, no sentido que permitem identificarem alguns caracteres/elementos, que poderão servir de auxílio aos arquivistas na descrição.
- Em seus níveis de descrição nem um é considerado obrigatório devido à peculiaridade de cada arquivo.
- Todavia, seis elementos formam o núcleo essencial para o intercâmbio internacional de informação como apresenta a norma: “código de referência; título; produtor; data(s); e) dimensão da unidade de descrição e nível de descrição, sendo eles: Fundo (um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, Série (documentos relativos a uma mesma função) etc. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G) 2000p. 15; CÂNDIDO, 2014).

Entretanto, quando a ISAD (G) encontrava-se em elaboração ocorre uma reflexão, no que tange o processo de Descrição Arquivística ao correlacionar não somente ao Documento de Arquivo, mais também com quem o produziu. Ao se ter este pensamento, atentou-se a necessidade de que os “pontos de acesso” estivessem relacionados aos produtores dos documentos (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; STIBBE, 1998; CÂNDIDO, 2014).

Além do que, por mais que a ISAD (G) deixasse em evidência em seu conteúdo na área de contextualização, no nível de nome(s) do(s) produtor(es), elementos para elaboração de “pontos de acesso”. Concordou-se que, os pontos de acesso se faziam de suma relevância para o controle, bem como cooperariam posteriormente como termo de pesquisa, ao propiciar o acesso à Descrição executada sobre o Documento

de Arquivo (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G) 2000, p. 24; CÂNDIDO, 2014).

Diante disto, tal indagação se fez presente no prefácio do ISAD (G), em que se menciona que, a comissão encontrar-se há desenvolver uma Norma de Descrição Padronizada voltada para os Registros de Autoridades, visto que, a considerava relevante para controlar a forma autorizada de nome e o conteúdo dos pontos de acesso, os levando ao desenvolvimento de um padrão para o controle em Sistemas de Informação de Arquivo (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CÂNDIDO, 2014).

Perante isto, os Pontos de Acesso inicialmente por meio da visão dos pesquisadores eram entendidos no sentido que poderiam ter aspectos em comum com os padrões usados por Bibliotecários ao fazer o Controle de Autoridade, porém, compreendeu-se que esses padrões eram diferentes, uma vez que o Documento de Arquivo traz consigo informações em seu conteúdo que estabelecem a sua relação com o Título Registro de Autoridade, bem como os objetos de estudos são diferentes entre as áreas do conhecimento, na Biblioteconomia o Livro na Arquivologia o Documento de arquivo, ambos com aspectos que os aproximam, mas com outros que os diferenciam, como por exemplo: o contexto de elaboração, na Biblioteca o livro é adquirido com a informação registrada, já o Documento de Arquivo são reflexo da ação pessoal ou institucional, que registram a informação. (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCIVES, 2013; NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. ISAD(G), 2000; CÂNDIDO, 2014).

Com isto, na década 90 tiveram-se movimentações no que diz respeito a elaboração de uma Norma de Descrição de Controle de Autoridade, que pudesse cooperar com a elaboração e controle dos pontos de acesso, como pode ser observado no **Quadro 09**.

**Quadro 09** - Etapas da elaboração da Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)).

Ano	Etapas de elaboração
1992	A criação de um subgrupo que tinha como função investigar meios que viessem a auxiliar na elaboração de registros de autoridade. A determinação deles teve com inspiração cursos sobre o registro de autoridade ministrados no Canadá e nos Estados Unidos, bem como o registro de autoridade internacional que tinha sido elaborado pela <i>International Federation of Library Associations (IFLA)</i> entre as

	décadas de 70 e 80, como diretrizes para a autoridade e entradas de referência.
<b>1994</b>	O subgrupo apresenta um projeto no plenário da comissão de normas em uma reunião ocorrida em Haia-Holanda. Após a apresentação do projeto, ele foi divulgado a comunidade arquivística internacional para que houvesse comentários sobre o assunto, e para que assim se fizesse a sua revisão.
<b>1995</b>	Posterior à revisão, em Ottawa-Canadá, é apresentada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF), em sua versão final aprovada

**Fonte:** adaptado de CÂNDIDO, 2014; STIBBE, 1998; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G); INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013.

Como exposto no **Quadro 09**, ao finalizar a Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)), que ocorreu de forma simultaneamente com a segunda revisão da ISAD(G) ambas financiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo essas apresentadas no XIII Congresso Internacional de Arquivo em Pequim-China em 1996 (CÂNDIDO, 2014).

Ainda neste Congresso, houve uma assembleia onde se elegeu uma Comissão de Norma denominada de Comitê de Normas de Descrição, que permaneceu encarregada pela manutenção das normas que aconteceriam de 5 em 5 anos (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004; CÂNDIDO, 2014).

A ISAAR(CPF) é apresenta contendo em sua estrutura 4 áreas e 27 elementos, sendo elas:

#### 5 ELEMENTOS DE UM REGISTRO DE AUTORIDADE

##### 5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

5.1.1 Tipo de entidade

5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

5.1.3 Formas paralelas do nome

5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras

5.1.5 Outras formas do nome

5.1.6 Identificadores para entidades coletivas

##### 5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO

5.2.1 Datas de existência

5.2.2 História

5.2.3 Locais

5.2.4 Status legal

5.2.5 Funções, ocupações e atividades

5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade

5.2.7 Estruturas internas/Genealogia

- 5.2.8 Contexto geral
  - 5.3 *ÁREA DE RELACIONAMENTOS*
    - 5.3.1 Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas
    - 5.3.2 Categoria do relacionamento
    - 5.3.3 Descrição do relacionamento
    - 5.3.4 Datas do relacionamento
  - 5.4 *ÁREA DE CONTROLE*
    - 5.4.1 Identificador do registro de autoridade
    - 5.4.2 Identificadores da instituição
    - 5.4.3 Regras e/ou convenções
    - 5.4.4 Status
    - 5.4.5 Nível de detalhamento
    - 5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência
    - 5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita
    - 5.4.8 Fontes
    - 5.4.9 Notas de manutenção
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004, p. 06).

Desta maneira, a Descrição do Documento de Arquivo mediante a estrutura da ISAAR(CPF) procura auxiliar na “representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar [...] contexto e sistemas de documentos que os produziram (CONSELHO (INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p. 14)”.

Assim, a ISAAR(CPF) tendo como base em seu procedimento de Descrição sobre o Documento de Arquivo, compreende o fornecimento de informações sobre as condições de sua produção, uma vez que, os Registros de Autoridade baseiam-se na “forma autorizada do nome combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e pode remeter para outros registros de autoridade relacionados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004; CÂNDIDO, 2014).

A elaboração do ISAAR(CPF) tinha como intuito oferecer regras gerais que ajudassem a Normalização da Descrição Arquivística, com relação aos seus produtores e o contexto de produção do documento, consistindo assim que fosse possível:

- Fornecer identificação precisa dos produtores do documento.
- Proporcionar aos usuários o entendimento do contexto da produção e uso do documento de arquivo.
- Padronização dos termos utilizados como *pontos de acesso* em descrições arquivísticas com a finalidade de promover o acesso a eles.



Promover o intercâmbio desses dados entre instituições por meio de sistemas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004).

Destaque-se ainda que, bem como a ISAD(G) a disposição e a enumeração da ISAAR(CPF) são indicativas, cujo desígnio é auxiliar na identificação de alguns caracteres/elementos que possam vir auxiliar na representação da informação do documento.

A ISAAR (CPF) ainda abarca um núcleo essencial para a descrição que pudessem ser executada com essa, sendo efetuada por meio do: “tipo de entidade (pessoa jurídica, pessoa ou família), forma(s) autorizada(s) do nome, datas de existência, Identificador do registro de autoridade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004, p. 15; CÂNDIDO, 2014)”.

Ao se utilizar do ISAAR (CPF) pode-se descrever: a entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades em um Sistema de Descrição Arquivística, de modo a cooperar para fins de controle na elaboração e na utilização de *pontos de acesso*, propiciando além disso o vínculo entre diferentes produtores de documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004; CÂNDIDO, 2014).

Conseqüentemente, outra Norma de Descrição que vem complementar a Descrição apresenta pela normalização ISAD (G) e ISAAR (CPF), é a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF).

Assim, a ISDF busca auxiliar na Descrição da Função apresentada pelo conteúdo do documento na qual esse pertence, deste modo a ISDF (2008, p.13) considera função como sendo:

Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato. Funções podem ser decompostas em conjuntos de operações coordenadas, tais como subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações.

À vista disso, pode-se entender a Função no âmbito do Documento de Arquivo como sendo uma atividade imediata para o qual o documento foi elaborado por meio do seu vínculo para com a seção/departamento onde esse foi concebido. Duranti (1998, p. 90) relata ainda que a Função é “o conjunto das atividades voltadas para uma finalidade, considerada abstratamente”.

Evidencia-se que o termo abstratamente utilizado no parágrafo anterior pela autora Duranti (1998) se dá no sentido de que tal operação intelectual a Descrição tende a buscar isolar um determinado conceito<sup>39</sup> com intuito de identificar a informação por meio da propriedade do termo em questão, neste caso a relação do documento para com a atividade que o elaborou, em que o termo função o remete.

Desta maneira, ressalta-se no **Quadro 10** a denotação das fases no qual a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) percorreu para sua elaboração:

**Quadro 10** - Etapas da elaboração da Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF).

Ano	Etapas de elaboração
2005	<p>O Conselho Internacional de Arquivo (ICA) por meio do grupo do Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPN) elaborou um documento de trabalho, no qual o grupo foi estabelecido em uma reunião da Seção Provisória de Normas Profissionais e Boas Práticas, que ocorria em Berna na Suíça em junho de 2005.</p> <p>Devido a relevância das funções no contexto de produção dos documentos de arquivo, conduziu o Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPN) a sugerir a elaboração de uma norma para a descrição de funções em sistemas arquivísticos de informação. Para desenvolver esta norma, o grupo recorreu a modelos de descrição e análise de funções correntemente aplicados em arquivos e gestão de documentos na Austrália, Canadá, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América, bem como ao trabalho internacional realizado pela <i>International Organization for Standardization (ISO)</i>, como a ISO 15489 – <i>International Standard on Records Management (2001)</i> e a ISO 23081 – <i>International Standard on Records Management Processes – Metadata for Records (2006- 2007)</i>.</p>
2006	<p>O Grupo do Comitê de Boas Práticas e Normas da (CBPN) integrou o documento de trabalho o que foi debatido, emendado e ampliado na reunião plenária do Comitê em Paris na França em maio de 2006. No qual essa versão preliminar veio a ser divulgada junto à comunidade Arquivística Internacional para análise e cooperação.</p>
2007	<p>As contribuições recebidas durante essa revisão em âmbito mundial foram levadas em conta na reunião durante a plenária do Comitê de Boas Práticas e Normas ocorrida em Dresden na Alemanha, em maio de 2007, no qual o atual documento foi o resultado deste processo.</p>

**Fonte:** adaptado pelo autor do CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma internacional para descrição de funções (2008).

<sup>39</sup> DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. DAHLBERG, Ingetraut. 1974b. "Why This Journal?" *International Classification 1*, no. 1: 1-2. De acordo com DALBERG, I. se entende que "A concept is a unit of knowledge that is made by making substantial and verifiable statements about a reference object that summarize them in a short and descriptive denomination (name or code) for the purpose of communicability" (2014, p.37)

A ISDF como um modelo de conteúdo tem como objetivo complementar os padrões de Registro de Autoridade Arquivística Padrão Internacional para Órgãos Corporativos, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)) e Descrição Arquivística Padrão Internacional Geral (ISAD (G)).

Por conseguinte, a ISDF apresenta diretrizes para a elaboração de Descrições de Funções produtoras de registros, cujos seus aspectos se estendem aos modelos ISAD (G) e ISAAR (CPF), para descrever e contextualizar o Documento de Arquivo. Expõe em sua estrutura 23 elementos que estão divididos em quatro áreas de registro de função, sendo esses: Identidade, Contexto, Relações e Controle, bem como abrange diretrizes genéricas de conteúdo.

A ISDF inclui também informações sobre como vincular tais registros aos registros descritivos ISAD (G) e de autoridade ISAAR (CPF), logo a divisão da ISDF ocorre do seguinte modo:

#### *5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO*

##### *5.1.1 Tipo*

##### *5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome*

##### *5.1.3 Forma(s) paralela(s) do nome*

##### *5.1.4 Outra(s) forma(s) do nome*

##### *5.1.5 Classificação*

#### *5.2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO*

##### *5.2.1 Datas*

##### *5.2.2 Descrição*

##### *5.2.3 História*

##### *5.2.4 Legislação*

#### *5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS*

##### *5.3.1 Forma(s) autorizada(s) do nome/Identificador da função relacionada*

##### *5.3.2 Tipo*

##### *5.3.3 Categoria do relacionamento*

##### *5.3.4 Descrição do relacionamento*

##### *5.3.5 Datas do relacionamento*

#### *5.4 ÁREA DE CONTROLE*

##### *5.4.1 Identificador da descrição da função*

##### *5.4.2 Identificadores da instituição*

##### *5.4.3 Regras e/ou convenções utilizadas*

##### *5.4.4 Status*

##### *5.4.5 Nível de detalhamento*

##### *5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência*

##### *5.4.7 Idioma(s) e forma(s) de escrita*

##### *5.4.8 Fontes*

##### *5.4.9 Notas de manutenção*

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ISDF) (2007, p. 07)

Desta maneira, a ISDF busca demonstrar instruções no que tange a Descrição das funções das entidades coletivas relacionadas a produção e manutenção de arquivos. Além disto, a ISDF procura abarcar não somente as funções, mas também as subdivisões de uma determinada função, como: Subfunção, Procedimento operacional, Atividade e Tarefa dentre outros. De modo que, pudesse ser utilizada para descrever uma função ou as suas subdivisões seja qual for (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF, 2008, p. 11).

Evidencia-se que a função do documento no âmbito do arquivo contribui em várias frentes no que se refere as atividades do fazer do profissional Arquivista, como Avaliação, Classificação, Descrições entre outros. Essa colabora para com a segurança da informação do Documento de Arquivo ao demonstrar o rastro do contexto de sua produção e uso, assim como promove a elucidação de como e o porquê de sua elaboração (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF, 2008, p. 11).

Outra norma que veio contribuir para com os parâmetros de descrição apresentado pela: ISAD (G); ISAAR (CPF) e ISDF, foi a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) que buscou relata “regras gerais para a normalização de descrições de instituições com acervos arquivísticos” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH, 2008, p. 11). A elaboração da ISDIAH ocorreu do seguinte modo, como pode ser observado nos fatos evidenciados no **Quadro 11**.

**Quadro 11** - Etapas da elaboração da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)

Ano	Etapas de elaboração
2004	O Comitê de Boas Práticas e Normas anteriormente denominado Seção Provisória de Boas Práticas e Normas, foi instituído depois do Congresso do Conselho Internacional de Arquivo em Viena na Áustria em 2004, para desenvolver e manter normas e diretrizes de boas práticas para todas as áreas do trabalho arquivístico.
2005	Na primeira reunião da Seção Provisória em Berna na Suíça, em junho de 2005, foi tomada a decisão de continuar com as questões identificadas anteriormente pelo Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivo. Deste modo, se estabeleceu um grupo de trabalho que buscou esboçar uma norma com relação as instituições que custodiam materiais arquivísticos e dos serviços que oferecem aos usuários, de acordo com o que foi proposto por alguns membros da sociedade arquivística internacional.

<b>Ano</b>	<b>Etapas de elaboração</b>
<b>2006</b>	É apresentada uma versão preliminar, que foi preparada em Milão na Espanha, em janeiro de 2006.
<b>2007</b>	A versão preliminar que havia sido apresentada, volta a ser discutida, retificada e ampliada em Madri na Espanha, em maio de 2007. No qual, esta versão preliminar circulou de julho a novembro de 2007 entre a comunidade internacional arquivística para análise.
<b>2008</b>	Logo, na reunião em Londres na Inglaterra em março de 2008, o grupo de trabalho avaliou que os comentários enviados no decurso da revisão mundial tinham valia, sendo assim alterou-se a versão preliminar.
<b>2008</b>	A versão final da norma foi apresentada no Congresso do Conselho Internacional de Arquivo em Kuala Lumpur na Malásia em 2008.

**Fonte:** Adaptado pelo autor do CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: (2008, p. 09).

A ISDIAH tem como intuito auxiliar na descrição das instituições mantenedoras de materiais arquivísticos de forma que seus serviços sejam fornecidos aos usuários. Esta norma busca relacionar as descrições realizadas pelas instituições para com os registros descritos por essa, cujo propósito é permitir a identificação da instituição que o descreveu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: 2008, p. 11).

Com isto, a ISDIAH apresenta em sua estruturação 31 elementos que estão divididos em seis áreas de registro de Instituições com Acervo Arquivístico, sendo esses: Identificação, Contato, Descrição, Acesso, Serviços e Controle (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: 2008, p. 11).

Sendo assim, a divisão da ISDIAH sucede da seguinte maneira:

#### 5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

##### 5.1.1 Identificador

##### 5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

##### 5.1.3 Forma(s) paralela(s) do nome

##### 5.1.4 Outra(s) forma(s) do nome

##### 5.1.5 Tipo da instituição com acervo arquivístico

#### 5.2 ÁREA DE CONTATO

##### 5.2.1 Endereço(s)

##### 5.2.2 Telefone, fax, correio eletrônico

##### 5.2.3 Responsáveis para contato

#### 5.3 ÁREA DE DESCRIÇÃO

##### 5.3.1 História da instituição com acervo arquivístico

##### 5.3.2 Contexto geográfico e cultural

##### 5.3.3 Mandatos/Fontes de autoridade

##### 5.3.4 Estrutura administrativa

##### 5.3.5 Políticas de gestão e de entrada de documentos

##### 5.3.6 Prédio(s)

##### 5.3.7 Acervo arquivístico e outros acervos

- 5.3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações
  - 5.4 ÁREA DE ACESSO
    - 5.4.1 Horário de funcionamento
    - 5.4.2 Condições e requisitos para acesso e uso
    - 5.4.3 Acessibilidade
  - 5.5 ÁREA DE SERVIÇOS
    - 5.5.1 Serviços de pesquisa
    - 5.5.2 Serviços de reprodução
    - 5.5.3 Áreas públicas
  - 5.6 ÁREA DE CONTROLE
    - 5.6.1 Identificador da descrição
    - 5.6.2 Identificador da instituição
    - 5.6.3 Regras e/ou convenções utilizadas
    - 5.6.4 Status
    - 5.6.5 Nível de detalhamento
    - 5.6.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência
    - 5.6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita
    - 5.6.8 Fontes
    - 5.6.9 Notas de manutenção
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de funções (2008, p. 09).

Observa-se que a ISDIAH em sua estrutura procura abarcar e assegurar de forma coesa os aspectos que identifiquem a instituição arquivística durante o processo de Descrição do Documento de Arquivo, de maneira que esse possa ser relacionado a quem o descreve (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: 2008, p. 11)

Além disso, a ISDIAH busca subsidiar elementos que possam auxiliar na pesquisa dos usuários por meio de sítio eletrônicos, onde neste seria hospedado os instrumentos de pesquisas como a título de exemplo o catálogo, fazendo assim que os sistemas de informação arquivística tivessem interoperabilidade com outras instituições, de modo a conectar a “descrições de registros com [as] informações sobre [os] criadores e titulares, [de modo] a fornecer aos usuários uma compreensão abrangente do arquivo” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: 2008, p. 12).

Posto isto, buscou-se demonstrar neste subcapítulo que a ISAD (G) apresenta instrução para descrição do fundo e das partes que o compõem. Já o ISAAR (CPF) busca auxiliar na elaboração de registros de autoridade a respeito dos produtores de materiais Arquivísticos. Logo ISDF procura guiar a descrição das funções dos produtores de documentos. Agora, para se elaborar um sistema de informação arquivística funcional, é necessário se ter uma descrição distinguida e normalizada

dos custodiadores, conforme objetivo da ISDIAH (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: 2008, p. 11).

Em continuidade sobre o assunto Descrição do Documento de Arquivo, procurou no próximo subcapítulo sistematizar interlocuções dos autores sobre uma visão pós-moderna da Descrição do Documento de Arquivo para além das normalizações e os novos aspectos que estão sendo remetido ao Documento de Arquivo.

### 2.1.2. A DESCRIÇÃO PÓS-MODERNA E SUAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS.

O termo “Arquivística Pós-moderna” advém dos estudos teóricos de Terry Cook (1994: 1997; 1998) apresentado durante a década de 1990, cujo intuito buscava proporcionar ponderações sobre os aspectos positivistas, onde se evidenciava a concepção de neutralidade e passividade sobre a técnica empregada.

Terry Cook (2001a) é enfático ao evidenciar que a arquivística em seu aspecto pós-modernista instiga todos os Arquivistas a refletir o lugar tanto da disciplina quanto das práticas desta área do conhecimento. Isso ocorre uma vez que Verne Harris (1997, Tradução nossa) descreve que está área do conhecimento continha alguns aspectos ligado ao positivismo no século XIX. Tanto que o autor utiliza o conceito de Auguste Conte (1798 - 1857) ao explicar que positivismo requer um universo governado por leis naturais e uma realidade que é cognoscível.

De modo a deixar em evidência o positivismo no âmbito do arquivo, Verne Harris (1997) apresenta alguns pontos que considera como sendo o reflexo desta teoria no arquivo, como:

- O significado da palavra "arquivos" é simples, **estável e incontestável**. Os arquivos são documentos ou registros, em quaisquer meios identificados de preservação em custódia arquivística; um arquivo é o lugar onde tais registros são preservados ou uma instituição que fornece tal lugar. Os mesmos atributos aplicam-se a uma série de palavras relacionadas - arquivo, arquivista, registro, documento, cópia, original, único e assim por diante.
- Os arquivos, no sentido de registros arquivísticos, são produtos orgânicos e **inocente dos processos exteriores** aos arquivistas e refletem [isto] ao fornecem uma imagem de que são evidências desses

processos. Contudo é cruel, a **ideia é que os Arquivos refletem a realidade.**

- Embora seja verdade que o discurso de transformação substituiu a noção de arquivistas como guardiões imparciais com a visão deles como formadores ativos de memória social, esse discurso: ainda define o esforço arquivístico em termos de **custódia e conceitua arquivos em termos de coisas e lugares de custódia; propõe um formato (mais estreito) do registro como portador de memória**, em vez de uma participação (mais ampla) nos processos de formação de memória: e postula o desafio primário do arquivamento como sendo a preservação de uma reflexão mais ampla e mais profunda da realidade. (1997, p. 133, tradução nossa)

Desta maneira, a visão Verne Harris (1997, p. 139 tradução nossa) busca auxiliar na reflexão das ideias que norteiam os elementos positivistas, que segundo ele se encontram-se "ultrapassadas e que mantêm estratégias inadequadas, [bem como] distorce o nosso papel como arquivista".

Isto ocorre, uma vez que Verne Harris (1997, p. 135, tradução nossa) utilizando-se dos filósofos: Jaques Derrida (1930 - 2004) e Michel Foucault (1926- 1984) enfatizam alguns conceitos sobre o termo "arquivo", para Derrida (1930-2004) o termo em questão não é confiável e nem claro, já para Foucault (1997) o termo em questão representa elementos discursivos de uma sociedade.

Com essas concepções o termo "arquivo" passa a oferecer análises do que poderia ser denominado de pós-modernista, de forma que, o entendimento que se tem do documento de arquivo como reflexão da realidade passa a abrir procedência para que haja suposições sobre o termo "realidade", trazendo assim um leque de perspectivas no que tange os documentos de arquivo (VERNE HARRIS, 1997, p.135, tradução nossa).

Verne Harris (1997, p. 136, tradução nossa) relata que os documentos de arquivo ao refletirem a realidade são cúmplices do caminho que este perpassa, além de estimular padrões de pensamentos específicos que carrega consigo tons de particularidades bem como de linguagem. Desta maneira, o documento de arquivo não fala por si mesmo, mas por meio de muitas vozes, incluindo do Arquivista que busca auxiliar na memória social.

Neste processo o Arquivista precisa se redescobrir como contextualizador em um tempo onde o contexto é mais complexo e mais fluido, visto que, o contexto se faz necessário para quem lê o documento de arquivo, até por que qualquer "leitura de texto necessita ter um contexto que o acompanha, de modo a descamar as camadas



de intervenção e interpretação, caso isso não ocorra o contexto se tornará falho” (VERNE HARRIS, 1997, Tradução nossa)

Terry Cook (1998) evidencia que a expressão “pós-moderno” carrega consigo aspectos de incredulidade que coloca em voga a ideia de verdade absoluta que se tinha até então sobre os fenômenos/objetos de estudos. Tal aspecto apresentado por Terry Cook (1998) associa-se para com os aspectos apresentado pelo Filósofo Lyotard (2013) sobre pós-modernismo.

Geoffrey Yeo (2007, n. p, tradução nossa) complementa que os pós-modernistas argumentam que, não existem interpretações/significados independente da experiência humana, uma vez que, as interpretações buscam responder as demandas sociais ou culturais específicas. Em que pontos de vistas diversos podem ser observados sobre o mesmo fenômeno sociais ou culturais, posto que esses não são engessados, e variam de acordo com tempo e contexto de investigação.

Logo, o Documento de Arquivo passa a ser observado não somente pelo contexto de produção/elaboração do seu registro, seja dos atos pessoal ou institucional, mas também pelo “contexto por trás do texto, as relações de poder que confirma a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro, nada é imparcial” (COOK, 1998, Tradução nossa).

Esta nova postura frente às funções Arquivísticas influenciam na prática profissional do Arquivista, de modo que os processos e procedimentos passam a ser visto não somente como roteiro de repetições “tecnicista” da prática em questão, mas sim aplicações de métodos que compreendem os Documentos de Arquivos como sendo reflexos das relações de poderes e logo não são guardados de forma passivas, uma vez que, os poderes são negociados dentro do âmbito social ou institucional (COOK, 1998, Tradução nossa).

Subentende-se assim que, o Documento de Arquivo no âmbito da visão pós-moderna perpassa por uma “ressignificação”, na qual se reconhece que o Documento de Arquivo não é imparcial para com o quem elaborou, posto que a sua elaboração/registo procede de relações interpessoais, tanto do contexto pessoal quanto institucional, logo esse reflete o poder das relações interpessoais, pois o “poder nada mais que uma relação de confiança [entres as partes] ” (KETELAAR, 2002, tradução nossa). Tal aspecto apresentado por Ketelaar (2002) coaduna para com a definição de poder exposta por Foucault (1979).

A abordagem Jenkinsoriana (1922) sobre a qualidade do documento de arquivo é colocada em objeção, na qual ele enfatizava a imparcialidade do documento de arquivo e objetividade do fazer Arquivístico, como este o colocava o guardião (COOK, T. 2001b)

De modo a deixar evidente tal prospecção sobre o pensamento dos pós-modernistas no âmbito da Arquivologia, Terry Cook (2001b, p. 35, Tradução nossa) utiliza-se da Descrição Arquivística a título de exemplo para demonstrar como essa reflexão ocorreria ao se fazer tal prática sobre o Documento de Arquivo, de acordo com autor o profissional Arquivista iria indagar “ o que é apresentado com intuito de encontrar auxílios como um monólito<sup>40</sup> e o que é suprimido, [buscando entender o] por que, e então [iria] agir para corrigir a situação (p. 32, tradução nossa).”

Infere-se com os dizeres de Terry Cook (2001b, Tradução nossa) que, o Arquivista ao produzir a representação da informação do Documento de Arquivo por meio da Descrição, não deve-se atentar somente sobre o documento que está a sua frente, mas também aos aspectos que o levaram a ser elaborado; o seu contexto de produção de modo a compreender o que foi proscrito.

Tal ato, de acordo com Terry Cook (2001b, p. 35, Tradução nossa) faria com que os Arquivistas se relacionassem com franqueza com seus usuários concernindo de suas demandas, ao invés de o sujeitar a receber as metanarrativas <sup>41</sup>profissionais de como os documentos são descritos.

A Descrição do Documento de Arquivo é reconstruída de forma contínua dentro de um espaço e tempo. Com isto, a descrição pós-moderna busca elencar a história da elaboração do documento de arquivo com o desígnio de ponderar as variantes do contexto, que por sua vez proporcionaria mais informações sobre o conteúdo do documento (COOK, 2001a, p. 35, Tradução nossa).

Com essas concepções pós-modernas, Nesmith (2002) enfatiza que, não há como ser neutro, posto que, somos influenciados e moldados pela compreensão de visão de mundo a nossa volta. Em vista disto, o referido autor apresenta que há “um novo lugar intelectual importante para os arquivos, conhecimento, cultura e sociedade” tendo como base está conceituação (NESMITH, T. 2002, p. 26, Tradução nossa)

---

<sup>40</sup> Monólito é: 1. Obra ou monumento feito de uma só pedra. 2. Pedra de grandes dimensões "monólito", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/monólito>. Acesso em: 09 de abr. 2019.

<sup>41</sup>Jean-François Lyotard (2013), no que tange que o pós-modernismo, não sustenta mais as: narrativas-mestras, metadiscursos ou metanarrativas, contestando assim o que era até então visto como verdade.

Tendo base tais compreensões, a função Descrição vista pelos pós-modernistas parte do pressuposto que *o Arquivista não realiza o processo de Descrição do Documento de Arquivo de “forma imparcial, neutra, ou objetiva, [pois], não há representação sem intenção de interpretação. [Sendo assim], a descrição conta uma história. A descrição é sempre o ato de contar histórias - entrelaçando fatos com narrativas, observação com a interpretação (DUFF, W.; HARRIS, V. 2002, p. 276, Tradução nossa)”*.

De acordo com Nesmith (2002) complementando a prospecção apresentada por Duff; Harris (2002, p. 278 Tradução nossa), a Descrição do Documento de Arquivo deve ser vista como uma “ação mediadora por parte dos arquivistas para a pesquisa, onde se representa e contextualiza as multifacetadas (históricas dos documentos ou narrativas do documento), que permitem conhecer os documentos de arquivo”.

Nesmith, (2002, Tradução nossa) evidencia, ainda, que essa visão deve ser trazida para a Arquivologia sobre o processo descrição, e que é preciso haver uma confluência entre o trabalho mais tradicional realizado por *meio das normas e a reconceitualização mais recente da teoria e da prática*.

Ainda no entendimento de Nesmith, (2002, Tradução nossa), o documento de arquivo pode ser considerado como uma forma de mediação evoluída da compreensão sobre um determinado fenômeno social, em que se utilizam “*técnicas de descrição, transmissão e contextualização*” (p. 262).

Terry Cook (2001, Tradução nossa), ao explicar a Descrição do Documento de Arquivo por meio da visão pós-moderna, enfatiza que, para entender o texto do documento de arquivo, é necessário observar o seu contexto, pois a relações de poder que geram o legado documental e moldam as suas estruturas mediante as convenções narrativas acabam muitas vezes sendo até mais importantes que o próprio conteúdo.

Desta forma, Terry Cook (2001) contesta a concepção de Jenkinson H. (1937) ao expor que o documento de arquivo não é apenas um subproduto da ação que surge de modo “natural”, mas sim um produto elaborado de forma:

“consciente para atender um propósito determinado, por mais que esse processo se transforme em modelos semiconscientes ou até mesmo inconscientes do comportamento social, dos processos de organização e representação da informação, eles continuam ligados a realidades externas e a relações de poderes, por mais que esses se apresentam de forma oculta” (2002, p. 07, Tradução nossa).

Neste sentido, a elaboração do documento de arquivo é realizada de forma consciente, semiconsciente ou inconsciente continua mantendo as idiossincrasias intrínsecas e extrínsecas a sua elaboração, de modo que, ao se processar o documento de arquivo por meio da descrição documental, se conheça seu contexto e o propósito de sua elaboração por meio da descrição documental.

Nesmith, (1999, Tradução nossa) demonstra que o processo de Descrição do Documento de Arquivo pode mudar o seu significado, uma vez que os arquivistas ajudam a fazer e refazer os documentos de arquivo por meio das representações, colocando-os, assim, com o *status* de documento de arquivo ou não.

Ainda segundo Nesmith, (1999, Tradução nossa), esse realinhamento do documento de arquivo ao seu contexto é o que permite compreender o seu armazenamento, tornando mais fáceis as relações contextuais entre eles e auxiliando a Descrição do Documento de Arquivos em momentos diversificados.

É por meio do método de descrição que o arquivista busca auxiliar no entendimento da extensão do contexto de elaboração do documento de arquivo, de modo a permitir a leitura desse por seus usuários, onde a informação contextual seja significativa e compreensiva por esses. Tal aspecto de delimitação do contexto pode ser percebida como um “poder considerável, que pode influenciar na leitura do documento de arquivo no agora e no decorrer do tempo” (NESMITH, T. 1999, Tradução nossa).

Complementando tal prospecção, Duff,; Harris, (2002, Tradução nossa) enfatizam, ainda, que há um *ato de poder* em descrever o documento de arquivo e de poder no fazer e refazer a sua representação, pois tal ato, de certa forma, poderia influenciar na utilização desse documento no futuro.

No entender desses autores, ao descrever os documentos de arquivos, os arquivistas estariam narrando histórias, e, ao fazer a compilação dos caracteres/elementos, poderiam, de certo modo, modificar seus significados e recriá-los.

No entender da Kaplan (2002, p. 211 Tradução nossa), a representação por meio da descrição não ocorre de forma objetiva, pois a representação exerce um *poder de nomear* ao se utilizar de observação e informação do documento de arquivo. Desta forma, quando o documento de arquivo perpassa pela interpretação realizada pelo Arquivista para a sua representação, seu ato “interpretativo se traduz em poder,

e aponta onde o poder é negociado e exercido. Esse poder sobre a evidência de representação e do poder de acesso a ele” acaba proporcionando ao arquivista certo domínio, que pode influenciar na reconstrução da história e da memória do passado.

Ketelaar (2001) afirma que a descrição não é um processo estático e que o significado do documento de arquivo se modifica de acordo com o espaço e o tempo que o documento é colocado em uso. Por exemplo: um documento do século XVII referente à cobrança de impostos terá um aspecto histórico nos dias atuais, já na época poderia remeter ao controle de cobrança.

O autor aponta que o arquivista não deve apenas reorganizar os arquivos, mas também visitar as descrições que de certa forma se apresentam “pobres”, complementando-as de forma periódica para que esses novos significados sejam acomodados.

No entender Yakel, (2003, Tradução nossa), o processo de descrição ocorre, em um primeiro momento, selecionando a informação e, depois, por meio das escolhas dos pontos de acesso, quando o arquivista decide o que será e o que não será representado.

Duff; Harris (2002, p. 276, Tradução nossa) chamam a atenção sobre a representação por meio da Descrição do Documento de Arquivo, ressaltando que “cada representação, cada modelo de descrição, é tendenciosa porque reflete uma visão de mundo particular sendo construída para atender a fins específicos”.

Por esse motivo, os autores chamam a atenção ao deixar explícito que nenhuma abordagem referente à descrição arquivística pode escapar ao fato de que é uma forma de construção do conhecimento, muito menos ignorar os *biases* de seus desenvolvedores, que privilegiam grupos ou criam desvios e preconceitos.

Duff; Harris, (2002, p. 278, Tradução nossa) destacam que os arquivistas “devem divulgar seus próprios *biases* que influenciam e moldam as descrições e, conseqüentemente, os significados dos registros que representam”; os critérios de decisão utilizados para representar.

Observa-se desta forma que a Descrição do Documento de Arquivo realizada pelo profissional arquivista ocorre de forma *subjetiva*, em que esse identifica os elementos intrínsecos e extrínsecos ao documento de arquivo com intuito de representá-lo.

Portanto, de acordo com Duff; Harris (2002, p. 282 – 283, Tradução nossa) tendo por base as ideias de Jacques Derrida (1930), busca apresentar aspectos de

desconstrução do uso da linguagem sobre o termo nomear, demonstrando que o ato de nomear o documento de arquivo busca-se trazer a ordem, logo o que se nomeia declara-se conhecível e controlável (conhecível no sentido de saber o que contêm no acervo, já controlável na percepção do uso, acesso e difusão)

A padronização descritiva utiliza-se de caixas para organização do fundo, grupo e série, seja por data de elaboração ou aquisição (Transferência e recolhimento) dentre outros elementos/caracteres, procurando assim, levar a ordem para realidade das instituições.

Entretanto, a padronização descritiva não enclausura apenas os documentos de arquivo em suas caixas, mais também os significados desses bem como a identidade de seus elaboradores. Ficando desta maneira, evidente o poder de interpretação que o Arquivista exerce sobre os documentos de arquivo que estão sob a sua custódia, controlando e moldando os significados. (DUFF; HARRIS, 2002, p. 282 - 283, Tradução nossa).

Importante relatar que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impactaram sobre os elementos/caracteres descritivos e a suas padronizações, dado que, de acordo com Brien Brothman (2001, apud Duff, W.; Harris, V, 2002, p. 283, Tradução nossa) a expansão da tecnologia de nomear espaços, bem como:

o mundo que falamos e escrevemos, este mundo sobre o qual falamos, escrevemos e nomeamos, não é plano. Nem é redondo. É uma rede curva de linhas infinitas de significados. Com a Tecnologia de Informação [e comunicação], como Derrida (1930) explicou a linguagem tem-se deslocado do territorial e nacional. A linguagem é uma fronteira final sem uma barreira e sem final.

Portanto, as TICs rompem as barreiras territoriais levando a informação a todos os continentes, e com isto a linguagem passa a ser percebida ainda mais como não limitadora de fronteira, impactando assim, de forma direta na utilização dos elementos/caracteres descritivos para nomear a informação.

Logo, no âmbito digital tal aspecto descritivo para nomear a informação é denominado de metadados. Assim sendo, no subcapítulo a seguir irá se abordar este fato por meio do *software* ICA - Atom

### 2.1.3. A DESCRIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE E A DIFUSÃO POR MEIO DO ICA - ATOM

Assim sendo, as TICs têm proporcionado o acesso e a difusão do documento de arquivo de forma mais dinâmica, onde as plataformas digitais de instrumentos de busca tentam trazer consigo uma certa interação entre usuários e os sistemas.

Por mais que a automação tenha sido evidenciada na década de 1980, na Arquivologia somente na década 1990 se observa o impulso desta, com base nas normalizações ISAD (G) (1994) e ISAAR (CPF) (1996) que procuravam instruir a utilização dos elementos/caracteres descritivos por meio de padronizações descritivas com a finalidade de acesso, bem como “ tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação”(ISAD(G), 2000, p. 11)”.

Com isto, os autores Evans, McKemmish, Bhoday (2005, n. p.) evidenciam que os Arquivistas defronte de tal acontecimento passam a ser instigados a desenvolverem sistemas de informação (SRI) para uma sociedade globalizada, onde os sistemas estão para além do “nível individual ou corporativos, buscando descrever as múltiplas realidades de registros, abrangendo as visões de mundo todas as partes das transações do documento de [arquivo], e buscando fornecer os caminhos de acesso necessário para todas as partes interessadas”.

Atenta-se assim para o fato de que os elementos descritivos no domínio tecnológico buscam agregar todos os grupos sociais pelo ato de nomear o documento de arquivo, procurando permitir que esses tenham acesso à informação para sua utilização.

Salienta-se que irá se utilizar o termo metadado para se referenciar a Descrição do Documento de Arquivo, por se tratar de um processo descritivo no ambiente digital. Ainda vale lembrar que, a denominação dos *Software* ICA-AtoM a partir do dia 07 de outubro de 2013 passa ser denominado apenas com a sigla: AtoM (*Access to Memory*<sup>42</sup>), retirando-se assim a sigla ICA. Contudo, por se tratar de um seção com reflexão histórica sobre o desenvolvimento do Software em questão, optamos por padronizar e utilizar o termo ICA-AtoM.

Portanto, o ICA-AtoM (*International Council Archives - Access to memory*) em português significa (Conselho Internacional de Arquivo – Acesso à Memória), é um

---

<sup>42</sup> Acesso à memória

*software* desenvolvido sob a direção do Conselho Internacional de Arquivo (CIA), buscando abranger padrões descritivos das normas: ISAD (G); ISAAR (CPF) e ISDF BUSCHEY, J. 2012; INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2019).

De acordo com Buschey (2012), a primeira iniciativa que se teve sobre projetos no campo de tecnologia de Informação e Comunicação ocorreu 2003 pela ICA, onde por meio de um relatório procurou se instituir diretrizes para uma "*Open Source Archival Resource Information System*" (OSARIS), entretanto, por falta de recurso OSARIS não foi adiante.

Somente em 2005 com auxílio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) advindo do projeto *Information for All Programme (IFAP)*<sup>43</sup> a ICA recebeu uma verba para elaboração de um guia *on-line* para fontes de arquivo sobre as violações de direitos humanos. Com isto houve a junção dos dois projetos aprovados pelo então secretário do ICA da época, e com isto Peter Van Garderen foi contratado para fazer o desenvolvimento do aplicativo de código aberto para Arquivo (BUSCHEY, J. 2012).

Logo, em 2006 ocorreram os primeiros testes técnicos do protótipo do *software*. De acordo com Peter Van Garderen (2009) nesta reunião de análise procurou se debater os objetivos do projeto, bem como se estabeleceu uma data para o seu lançamento, que seria em julho de 2008 em um congresso da CIA na Malásia, na cidade de Kuala Lumpur. Ainda nesta reunião, foi apresentado pelo ex-secretário da ICA Joan van Albada a sigla para o termo "Acesso à Memória" que iria denominar o *software*, além do mais, esse prosseguiu salientando que os produtos elaborado pela ICA deveriam se utilizar da sigla, como a título de exemplo: ICA – ISAD(G), desta maneira o *software* foi nomeado ICA-AtoM.

Além da verba da UNESCO, o projeto conseguiu captar recursos adicionais fornecida pelos: *Dutch Archiefschool*<sup>44</sup>; Arquivo da França; Os arquivos do grupo do banco mundial<sup>45</sup> e Centro de documentação dos Emirados Árabes Unidos (CDR), possibilitando assim sua viabilização até 2008 (GARDEREN, P. V. 2009; BUSCHEY, J. 2012).

---

<sup>43</sup> "O *Programa Information for All (IFAP)* é um programa intergovernamental exclusivo da UNESCO lançado em 2001. Por meio do IFAP, os membros e os governos parceiros se comprometem a aproveitar as novas oportunidades da era da informação para criar sociedades equitativa por meio de do acesso à informação". Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/ifap>. Acesso em: 30 de maio de 2019. (tradução Nossa)

<sup>44</sup> Faculdade de Amsterdam

<sup>45</sup> <http://www.worldbank.org/en/about/archives>



Como projeto em questão teve mais visibilidade, se formou um comitê diretor para o ICA - AtoM, com intuito de proporcionar uma governança mais regular que pudesse assegurar continuidade do *software* a longo prazo, tanto para a comunidade de usuários quanto para os desenvolvedores e patrocinadores do *software* (GARDEREN, P. V. 2009; BUSCHEY, J. 2012).

Assim que a primeira reunião do Comitê diretor do ICA - AtoM, ocorreu em maio de 2008, na escola *Dutch Archiefschool* em Amsterdã, onde buscaram redigir uma declaração que mostra-se o propósito e os valores do projeto, a fim de assegurar um *software* livre e de código aberto, bem com uma interface multilíngue, por meio dos seguintes pontos apresentados no **Quadro 12**;

**Quadro 12** - Propósito e os valores do projeto ICA - AtoM

Propósito	Valores
1. que permita que as instituições disponibilizem os seus acervos de arquivo em linha, especialmente aqueles que não poderiam se dar ao luxo de fazê-lo. 2. que gerencia as descrições arquivísticas de acordo com os padrões da ICA 3. que fornece interfaces multilíngues e recursos de tradução de conteúdo 4. que suporta vários tipos de coleção 5. que é totalmente baseado na web, fácil de usar e segue as melhores práticas de acessibilidade 6. que é flexível e personalizável 7. que é útil tanto para instituições de pequeno e grande porte 8. que suporta implementações simples ou múlti repositórios	1. compartilhar abertamente conhecimentos técnicos 2. promoção de melhores práticas profissionais 3. alimentando uma comunidade ativa de usuários e desenvolvedores 4. alavancar a tecnologia web aberta existente para fornecer o melhor <i>software</i> de arquivos 5. fornecer soluções para organizações com recursos financeiros e técnicos limitados 6. participação ativa de organizações que possuam recursos financeiros e técnicos necessários. 7. fornece um terreno comum para colaboração interdisciplinar com comunidades relacionadas 8. gerar receita para apoiar o ICA-AtoM e outras atividades da ICA por meio de um modelo de negócios que se beneficia da adoção generalizada do ICA-AtoM

**Fonte:** adaptado de GARDEREN, P. V. 2009; BUSCHEY, J. 2012 (tradução nossa).

Atenta-se assim que a intenção dos pontos redigidos como propósito e valores, buscaram permitir uma visão harmônica sobre o *software* ICA - AtoM no domínio arquivístico, convalidando instruções para os desenvolvimentos vindouros.

Posto isto, o lançamento do *software* ICA - AtoM ocorre em junho de 2008, seguido por sua apresentação, além de oficinas para os usuários e *workshop* de administrador, sua versão 1.0 beta “foi seguida pela primeira rodada de testes por

trinta instituições em todo o mundo em sites hospedados pela *Artefactual Systems*<sup>46</sup>” (BUSCHEY, J. 2012, tradução nossa).

Garderen, (2009) assevera que a arquitetura técnica do ICA - AtoM teve como preocupação os materiais de arquivos e sua descrição arquivística no ambiente *World Wide Web*<sup>47</sup> por meio dos metadados, sendo este aspecto uma das motivações para o desenvolvimento do aplicativo em questão, de código aberto e gratuito.

No ano de 2011 é apresentada uma nova versão do ICA - AtoM 1.2, demonstrando o seu *design* como base em padrões, como: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)) 1994; Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)) 1995; Norma Internacional para descrição de Funções (ISDF) 2007, e Norma Internacional para Descrição de Instituição com Acervo Arquivístico (ISDIAH) 2008; Normas para a Descrição do Documento de Arquivo - RDDA/RDA (canadense) e modelos para *Dublin Core*<sup>48</sup>, Além de importar e exportar dados utilizando-se de *Encoded Archival Description* (EAD); *Dublin Core eXtensible Markup Language* (DC XML)<sup>49</sup> (para descrições arquivísticas); *Describing Archives: A Content Standard* (DACS)<sup>50</sup>; *Encoded Archival Context* (EAC)<sup>51</sup> e *Knowledge Organization System* (SKOS)<sup>52</sup>. Desta forma, a utilização desses padrões preestabelecidos no

---

<sup>46</sup>Artefactual Systems dedica-se à produção de aplicações web de código aberto baseadas em padrões para preservação, descrição e acesso digital. Somos os principais desenvolvedores do AtoM (para descrição e acesso a arquivamento) e Archivemtica (para gerenciar fluxos de trabalho de preservação digital).

<sup>47</sup>Significa em português rede de alcance mundial, também conhecida como Web ou *WWW*. *World Wide Web* é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet.

<sup>48</sup>*Dublin Core* é um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites no ambiente Web.

<sup>49</sup>*XML* é uma recomendação da W3C para gerar linguagens de marcação para necessidades especiais.

<sup>50</sup>“Descrevendo arquivos: Um Padrão de Conteúdo (*DACS*) é um conjunto de regras neutras de saída para descrever arquivos, documentos pessoais e coleções de manuscritos, e pode ser aplicado a todos os tipos de material”. Disponível em: <https://www2.archivists.org/groups/technical-subcommittee-on-describing-archives-a-content-standard-dacs/describing-archives-a-content-standard-dacs-second->

Acesso em: 30 de mar. 2019. (tradução nossa)

<sup>51</sup>“Contexto de arquivamento codificado - órgãos corporativos, pessoas e famílias (EAC-CPF) aborda principalmente a descrição de indivíduos, famílias e entidades coletivas que criam, preservam, usam e são responsáveis por e / ou associados a registros de diversas maneiras.” Disponível em: <https://www2.archivists.org/groups/technical-subcommittee-on-describing-archives-a-content-standard-dacs/describing-archives-a-content-standard-dacs-second->. Acesso em: 30 de mar. 2019. (tradução nossa)

<sup>52</sup>“incluem esquemas de classificação e categorização que organizam materiais em um nível geral, cabeçalhos de assunto que fornecem acesso mais detalhado e arquivos de autoridade que controlam versões variantes de informações importantes, como nomes geográficos e nomes pessoais” (HODGE, G. 2000, p. 09, tradução nossa).

*software* ICA - AtoM ocorrem para que se obtenham dados consistente, com intuito de aprimorar o trabalho realizado (GARDEREN, P. V. 2009; BUSCHEY, J. 2012).

O ICA - AtoM de acordo com Garderen, (2009) utilizou de *softwares* livres e de código aberto, que são denominados de LAMP, sendo um acrônimo ao se referir as iniciais das letras de: Linux, Apache, MariaDB ou MySQL e PHP ou Python. *Softwares* esses, que permitem que quaisquer aprimoramentos sejam realizados caso se julgar necessário. Em vista disso, a entrada de dados do documento de arquivo como objeto digital no aplicativo ICA - AtoM, ocorre tendo como base tais metadados descritivos, como demonstrado na **Figura 02**.

**Figura 02** - Entrada de dados pelos modelos de estrutura de metadados

Modelos de dados de Descrição Arquivística				
ISAD (G)	RAD	DACS	Dublin Core	MODS
Área de identidade	Título e instrução da área	Elementos de identidade	Título	<b>Área de elementos:</b>
Área de contexto	responsabilidade	Elementos de conteúdo	Autor ou Criador	Identificador
Área de conteúdo e estrutura	Área de edição	estrutura	Palavras-chave	Título
Condições de acesso e uso da área	Classe da área de material de específicos	Condições de acesso e utilização de elementos	Categoria;	Nomes e informações de origem
Área de materiais aliadas	Campos de registro de autoridade	Aquisição e avaliação	Descrição;	Tipo de recurso
Área de notas	Datas da área de criação	elementos	Publicador;	Níveis de infantis
Pontos de acesso	Área de descrição física	Elementos relacionados	Colaborador;	Língua
Área de controle da descrição	Área de série do editor	mate	Data;	Assunto
Área de direitos	Área de descrição arquivística	Elementos de notas	Tipo;	Lugares
Área de administração	Área de notas	Elementos de controle	Formato;	Nomes
	Área do número padrão	descrição	Acesso;	Condições de acesso
	Pontos de acesso	Pontos de acesso	Identificador de recurso;	Repositório
	Área de controle	Área de administração	Fonte;	Descrição
	Área de direitos		Idioma;	<b>Área de administração:</b>
	Área de administração		Relação	Padrão de exibição
			Cobertura	Status de publicação
			Direito Autoral	
			Contato	

**Fonte:** Adapto pelo autor de *AtoM documentation*, 2019.

Esses são os modelos que buscam auxiliar nas escolhas dos metadados descritivos na representação da informação do documento de arquivo sobre o objeto digital que está sendo retratado no aplicativo ICA - AtoM.

Além desses aspectos normativos para os metadados há outros, que são específicos para descrição deste, como: Registro de Autoridade (ISAAR-CPF); Instituição Arquivística (ISDIAH) e Função Arquivística (ISDF), como podem ser constatadas no **Quadro 13**.

**Quadro 13** - Dados para Registro de autoridade; Instituição e Função Arquivística

Modelo de dados para: Registro de Autoridade; Instituição Arquivística e Função Arquivística		
Registro de Autoridade (ISAAR-CPF)	Instituição Arquivística (ISDIAH)	Função Arquivística (ISDF)

Área de identidade Área de descrição Área de relacionamentos Área de controle	Área de identidade Área de contato Área de descrição Área de acesso Área de serviços Área de controle	Área de identidade Área de contexto Área de relacionamentos Área de controle
--	--	---

**Fonte:** Adapto pelo autor de *AtoM documentation*, 2019.

Entende-se assim que, os primeiros metadados descritivos os Modelos de Descrição Arquivística são mais abrangentes sobre os elementos/caracteres do conteúdo do documento de arquivo. Já, os que se referem a Registro de Autoridade; Instituição e Função Arquivística procuram ser mais específico para o que se deve ser apresentado como metadado.

Com isto, os metadados descritivos tem como intuito proporcionar a difusão e o acesso à informação para os usuários, de modo que esse possa vir a utilizar a informação ao seu favor, uma vez que, o documento de arquivo é a identidade da sociedade que o elaborou, relatando e narrando fatos ocorrentes.

É em razão disso que o arquivista tem que saber e entender o que são os metadados, posto que o aplicativo ICA - AtoM trabalhada com a descrição de documento de arquivos permanente na contemporaneidade no ambiente digital, que busca difundir a memória do patrimônio documental, se aproximando assim da visão pós - moderna sobre a Descrição do Documento de Arquivo.

Portanto, em uma conceitualização literal, o metadado é comumente reconhecido como sendo: dados sobre dados no ambiente digital. Segundo Gilliland, (2016) os metadados são compreendidos de forma diferente nos domínios das áreas dos conhecimentos, mas para a CI do ponto de vista da Arquivologia, esse está relacionado ao ato de gerir e ordenar a informação, como pode ser verificado no **Quadro 14**.

**Quadro 14 - Conceitos de Metadados no âmbito da Arquivologia**

<b>Conceitos de Metadados</b>	
<b>Autores</b>	<b>Citação</b>
<b>GILLILAND-SWETLAND, A. J. (1999, p. 01)</b>	Os especialistas em informações sobre o patrimônio cultural, tais como os organizadores de Museus, Bibliotecários e Arquivistas, têm usado os metadados com referência a dados sobre a indexação e catalogação criados por eles mesmos para a ordenar e em geral fazer mais acessível a informação.

<b>Conceitos de Metadados</b>	
<b>Autores</b>	<b>Citação</b>
<b>WALLACE, D. A (2000, p. 255)</b>	Os metadados de registros [são] Informações estruturadas ou semiestruturadas que permitem a elaboração, o gerenciamento e o uso de registros ao longo do tempo, dentro e entre domínios nos quais são elaborados. [logo], [os] metadados de manutenção de registros podem ser usados para identificar, autenticar e contextualizar [documento de arquivo] [...]
<b>BERGERON, B. P. (2001, p. 9, tradução nossa)</b>	Os metadados incluem resumos descritivos e categorização de alto nível de dados e informações. Conhecimento é informação que é organizada, sintetizada ou resumida para melhorar a compreensão, conscientização ou compreensão. Ou seja, o conhecimento é uma combinação e uma consciência do contexto no qual os dados podem ser aplicados com sucesso. Embora o conceito de dados seja aproximadamente equivalente a metadados, diferentemente de dados, informações ou metadados, o conhecimento implica um ser humano – em vez de um computador.
<b>PUGLIA, S.; REED, J.:RHODES E (2004, p. 6, tradução nossa)</b>	Os metadados possibilitam várias funções importantes; [no que tange] a identificação, [o] gerenciamento, [o] acesso, [o] uso e preservação de um recurso digital, portanto, estão diretamente associados à maioria das etapas do fluxo de trabalho de um projeto de imagem digital: nomeação, captura, processamento, controle de qualidade e rastreamento de produção, design de busca e recuperação, armazenamento e gerenciamento de longo prazo.

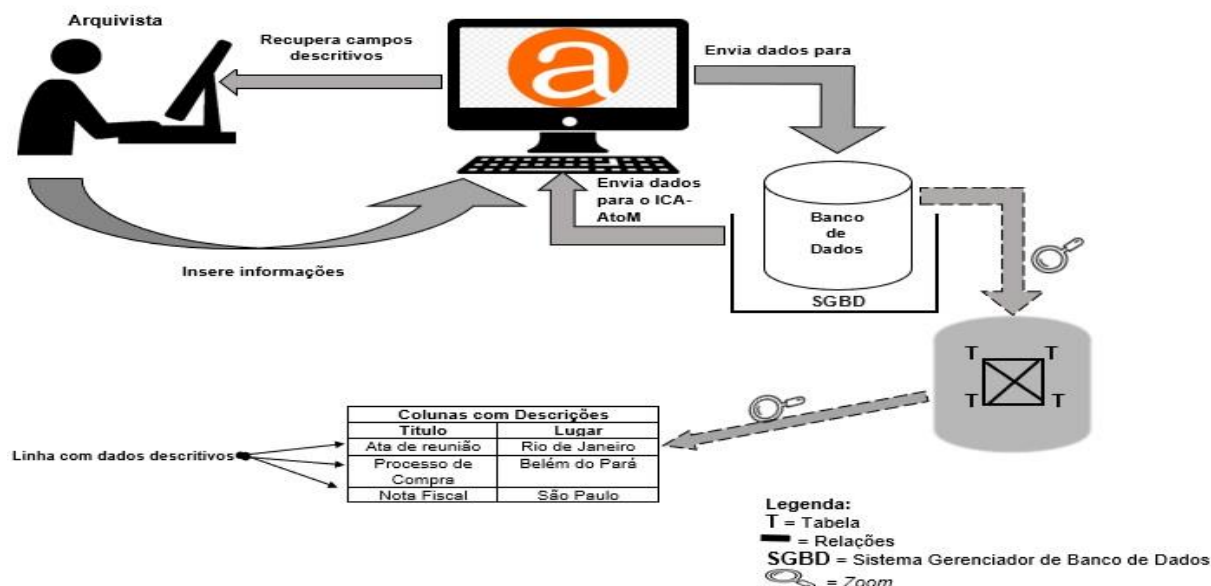
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Pelos dados entende-se que, os metadados são elementos/caracteres descritivos que auxiliam na Descrição do Documento de Arquivo para ambiente digital, cujo intuito é permitir que tanto o Arquivista quanto o usuário possam localizar e selecionar as informações desejadas por meio de um conjunto descritivos de metadados utilizados para a representação do mesmo.

De acordo com Evans; McKemish; Bhoday, (2004, n. p, tradução nossa) “os metadados são componentes chaves na elaboração do registro digital, seja para o gerenciamento ou preservação do [documento de arquivo], bem como o seu uso inovador com os arquivos, memória e o conhecimento”.

De modo a compreender como funcionam os metadados e o que esses são de forma mais clara, buscou-se ilustrar como tal processo ocorre tendo por meio a visão do arquivista sobre *software* ICA - AtoM, elaborando-se assim uma **Figura 03** onde se demonstra o fluxo desse processo.

**Figura 03 - Descrição por meio do ICA - AtoM**



Fonte: Elaborado por CÂNDIDO, G. G; RODRIGUES, F. A. 2019<sup>53</sup>.

Tendo como base o fluxo ilustrado da **Figura 03**, ao se partir da perspectiva do Arquivista para o *software* ocorre do seguinte modo: em um primeiro momento é manifestado ao Arquivista na tela alguns campos que irão passar a ser descrição, um deles é para ser inserido o documento de arquivo em seu formato digital, logo os outros campos são metadados de entradas, cujo elementos/caracteres serão selecionados pelo Arquivista com base na sua análise sobre o conteúdo do documento de arquivos. Deste modo, os usuários ao fazerem a recuperação da informação, serão remetidos a eles aqueles metadados que foram empregados como entrada no *software*.

Ainda na **Figura 03**, pode-se observar um modo *zoom* sobre o ícone do banco de dados com intuito demonstrar o seu funcionamento, ou seja, o ICA - AtoM é *software* que precisa de um banco de dados, onde serão armazenados tanto os dados quanto os metadados descritivos, com isto serão gerados tabelas de entidade e relacionamento no banco de dados, para se ter o banco de dados utiliza-se de um aplicativo gerenciador de modelos que instância o banco de dados, ou seja, ele elabora de fato um banco de dado. (RODRIGUES, F. A. 2019)<sup>54</sup>.

<sup>53</sup>CÂNDIDO, G. G; RODRIGUES, F. A. 2019. Explicação realizada na reunião do Grupo Estudos Críticos sobre Ciência da Informação e Tecnologia (GECCIT) da Universidade Federal do Pará (UFPA), registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil em Lattes, 16 de abril de 2019.

<sup>54</sup>RODRIGUES, F. A. 2019. Explicação realizada na reunião do Grupo Estudos Críticos sobre Ciência da Informação e Tecnologia (GECCIT) da Universidade Federal do Pará (UFPA), registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil em Lattes, 16 de abril de 2019

Tornado mais compreensível tal relato, Evans; McKemmish; Bhoday (2004, n. p, tradução nossa) exemplificam expondo que, os “padrões descritivos arquivísticos e as especificações do sistema de controle podem ser consideradas como formas tradicionais de esquema de metadados”. Os padrões são apresentados na Arquivologia pelas normas: ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH; ISDF para se fazer a representação descritiva do documento de arquivo podem ser considerados como um conjunto de metadados padronizados, no qual se apresenta campos específicos para se fazer a Descrição do Documento de Arquivo.

Portanto, assim como as normas, os modelos de entrada de dados apresentam esquemas de metadados por meio de definição semânticas e estrutura (EVANS, J.; MCKEMMISH, S. BHODAY, K. 2004, n. p, tradução nossa).

De acordo ainda com Furner; Gilliland (2017, p. 610) a descrição arquivística por meio dos metadados também serão influenciadas com acréscimo descritivo para atualização que podem ocorrer de forma contínua, desta forma os metadados também passaram por novo processo tanto de interpretação como de uso.

Por esse motivo, Hedstrom (2002, n. p.) é bem enfática ao expor que as “interface das instituições modernas e sistemas tecnológicos não são naturais nem neutras, pois o que parece ser processos neutros ou objetivos, é onde os arquivistas determinam o que constitui evidência legítima do passado que moldam as memórias sociais”.

Tanto no ambiente digital quanto fora dele, o arquivista continua a exercer o poder sobre a descrição, negociando assim o que irá constituir evidência representável para o acesso e uso da informação do documento de arquivo.

Ressalta-se que no dia 08 de setembro de 2016 foi publicada a norma *Records in Context* (registro em contexto) pelo ICA, onde buscaram integrar em uma só os padrões existentes, como apresentado nas normas: ISAAR, ISAAR, ISDF e ISDIAH. O seu desenvolvimento levou em consideração os aspectos tecnológicos de comunicação. Contudo, por se tratar de uma norma recente e ainda não abarca pelo ICA - AtoM, optou-se por não a utilizar, até porque a pesquisa em questão já estava em desenvolvimento.

### 3. PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO.

---

Neste capítulo buscou-se abarcar os aspectos teóricos tanto da Linguística Textual quanto da Ética no âmbito da ciência da informação, bem como também da ética voltada para a atuação do profissional Arquivista.

Desta forma apresenta-se em um primeiro momento a Linguística Textual e seu objeto de estudo, o texto; para tanto, aborda-se o produtor, o interpretante e o contexto de sua elaboração.

Ressalta-se que no desenvolvimento desta pesquisa não se compreendeu a Linguística Textual como sendo um sinônimo de Análise do Discurso. Ao contrário buscou-se evidenciar que a Linguística textual tem como o objeto de estudo o texto, em seu produtor - o texto - o receptor - contexto, além de apresenta as três fases que contribuíram para com a elaboração teórica da mesma, bem como, se abordou a Ética no âmbito da ciência da informação e seus aspectos no que tange a organização e representação do conhecimento, em que se apresenta um quadro de teórico autores que fora elegidos devido as suas literaturas que demonstram contribuições para área em questão.

A *posteriori* evidenciou-se a Ética voltada a atuação do profissional arquivista, tendo como base o seu código de Ética internacional elaborado pelo conselho internacional de arquivo, buscando demonstrar seu ponto de condutas e alguns autores que pudessem dialogar com o mesmo.



### 3.1 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E O TEXTO.

*“A linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos”*

*Stuart Hall (2016, p.18)*

A Linguística textual (LT) é um ramo Linguístico de estudo no qual se busca compreender o texto em seu aspecto estrutural e funcional.

De acordo com Koch (2010, p. 09 -10); Bentes (2001, p. 245) os estudos sobre a Linguística Textual iniciam-se na década 1960 na Europa, mas só tomam proeminência na década de 1970. Seu âmbito iniciou-se pela apreensão em buscar retratar os “fenômenos sintáticos - semânticos presentes no meio dos enunciados”, ou seja, a sua expressão de significados das frases para o texto. Posto isto, esse aspecto foi intitulado de *análise transfrásica*, voltado à coesão e coerência do texto.

Ainda que na década de 1970 alguns Linguistas estivessem debruçados sobre a gramática estrutural, gerativa ou comumente conhecida como gramática de frase, estes passaram a ter o interesse na *gramática do texto*, que trouxe consigo elementos cujo intuito estava relacionada aos fenômenos linguísticos, nos quais o texto passava a ser reconhecido como uma unidade Linguística e não mais como sucessão de frases isoladas, no qual o objetivo é investigar e expor os princípios da composição do texto em dada língua (KOCH, 2010, p. 08 - 09; BENTES, 2001, p. 245)

No entanto, a *Teoria do Texto* ganha arcabouços teóricos somente na década de 1980, quando a sua proposta passa a ter como aspectos principais a verificação da “constituição; do funcionamento, da produção e da compreensão dos textos” (KOCH, 1997, p. 70).

Por conseguinte, a Linguística Textual perpassa por essas três fases: *fenômenos sintáticos - semânticos; análise transfrásica e teoria do texto*, adquirindo assim respaldos teóricos e metodológicos. Porém, vale relatar que essas divisões

ocorreram de forma tipológica (narração) e não cronológica no desenvolvimento da teoria em questão (CONTE, 1997 apud KOCH, 2010, p. 09)

Assim sendo, o texto começa a ser observado como colocado anteriormente em quanto uma unidade Linguística, na qual se apresenta pertencendo a um contexto pragmático que leva do *texto* ao *contexto* por meio de um conjunto de condições (produção; recepção e interpretação dos textos) externas a este (KOCH, 1997, p. 70).

Koch (2010, p. 08 - 09) apresenta ainda, alguns autores que corroboraram para desenvolvimento da Linguística Textual, apresentado no **Quadro 15**:

**Quadro 15 - A Linguística Textual e suas vertentes**

Autores	Citação
<b>Weinrich (1973)</b>	cujos trabalhos objetivam a construção de uma macrossintaxe do discurso, com base no tratamento textual de categorias gramaticais como os artigos, os verbos etc. Postula como método heurístico o da “partitura textual”, que consiste em unir a análise frasal por tipo de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo, tal como uma “partitura musical a duas vozes”. Para Weinrich, o texto é uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, de modo recíproco, constituem o contexto: texto é, pois, “um andaime de determinações onde tudo se encontra interligado”, uma “estrutura determinativa”. Para ele, toda Linguística é, necessariamente, Linguística de Texto.
<b>Beaugran &amp; Dressler (1981)</b>	que se vêm dedicando ao estudo dos principais critérios ou padrões de textualidade e do processamento cognitivo do texto. Apontam como critérios de textualidade a coesão e a coerência (centrados no texto), e a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade (centrados nos usuários). Adotam, entre outros pressupostos, os da semântica procedural, dando realce, no estudo da coerência e do processamento do texto, não só ao conhecimento declarativo (dado pelo conteúdo proposicional dos enunciados), mas também ao conhecimento construído através da vivência, condicionado socio-culturalmente, que é armazenado na memória, sob a forma de modelos cognitivos globais (“frames”, esquemas, “scripts”, planos) [...]
<b>Van Dijk (1981)</b>	cujo trabalho se tem voltado, particularmente, ao estudo das macroestruturas textuais e, em virtude disto, à produção de resumos; e ao das superestruturas ou esquemas textuais e, portanto, à questão da tipologia dos textos. Tendo dedicado, inicialmente, maior atenção às superestruturas narrativas, passou, mais tarde, a examinar outros tipos de superestruturas, especialmente as do noticiário jornalístico. Desde 1985, vem atuando na perspectiva da Análise Crítica do Discurso ( <i>Critical Discourse Analysis</i> ).
	outros estudiosos filados à linha americana da Análise do Discurso – preocupados, de um lado, com as formas de

Autores	Citação
<p><b>Gívón</b> [19--?]</p>	<p>construção Linguística do texto enquanto sequência de frases, de outro lado com a questão do processamento cognitivo do texto (isto é, com os processos de produção e compreensão) e, conseqüentemente, com o estudo dos mecanismos e modelos cognitivos envolvidos nesse processamento. Para tanto, buscam subsídios em pesquisas nas áreas da Psicologia da Cognição e da Inteligência Artificial.</p>
<p><b>Petöfi</b> [19--?]</p>	<p>empenhado, a princípio, na construção de uma teoria semiótica dos textos verbais a que denominou TeSWeST (Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do Mundo), visando ao relacionamento entre a estrutura de um texto e a interpretação extensional (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou do complexo de mundos) que é textualizado em um texto, implicando, assim, elementos contextuais (externos ao texto) e cotextuais (internos ao texto). Como decorrência, os interesses desse autor e de seu grupo voltam-se hoje, em grande parte, à questão da compreensão/produção de textos.</p>
<p><b>Schmidt</b> [19--?]</p>	<p>para quem o texto é “qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação – no âmbito de um ‘jogo de atuação comunicativa’ – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível”.</p>

**Fonte:** Elaborado pelo Autor, adaptado de KOCH (2010, p. 08 - 09)

Portanto, a Linguística Textual tem como objeto de estudo o Texto como um todo, e não mais apenas as frases ou as palavras de forma isoladas. Dessa maneira, ao considerar o texto como unidade linguística destaca-se que este é a expressão da linguagem, uma vez que é por meio desta que o indivíduo em sociedade se comunica. (KOCH, 2010; BENTES 2001)

Com isto, de acordo com Koch (2010, p. 11) “O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa”. O texto então começa a ser estudado no domínio de seu contexto pragmático por meio de um conjunto de circunstâncias externas, de modo que neste momento ocorre a observância de sua: produção, recepção e interpretação (KOCH, 2010). Observa-se ainda, que o texto passa ser a compreendido não mais como produto finalizado, mas sim como um processo contínuo.

Posto isto, Marcuschi (1993, p. 12 - 13) demonstra que a Linguística Textual;

evidencia o Texto como um ato de comunicação unificada num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico

abordado no aspecto da coesão e, por outro lado deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não-linear, portanto, dos níveis de sentidos e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas

De acordo com a citação, o texto é visto como ato de comunicação, no qual a sua elaboração deriva dos atos humanos que visam a discorrer sobre determinado assunto/temática a fim de registrar, articulando sentidos e intenções que buscam promover coerência tanto de aspecto semântico quanto de elementos pragmáticos. Para Brandão (s.d. apud MARCUSCHI, 2012, p. 21)

[...] se os fatos de linguagem têm caráter social, o processo/produto pelo qual se dá a interação entre os interlocutores é o texto. O texto está, pois, ligado a uma situação material concreta, como igualmente a um contexto mais amplo, que configura as condições de vida de uma dada comunidade linguística.

Portanto, o texto é a manifestação da linguagem em uma unidade linguística, que pode variar de acordo com comunidade linguística onde foi elaborado; considera-se uma comunidade linguística aquela que compartilha a mesma língua. No entanto, ao se observar, por meio da Sociolinguística, pode-se compreender pequenas comunidades agrupadas dentro de uma maior, isto é, os grupos que se utilizam de linguagens próprias, derivado de suas culturas, costumes e hábitos que tenham uma linguagem específica.

A definição de texto como unidade comunicativa de expressão de linguagem é evidenciada no **Quadro 16**, em que se apresenta um quadro teórico:

**Quadro 16** - Definição de texto como unidade Comunicativa

Autores	Citações
<b>Janos S. Petofi</b> [19--?]	Uma sequência de elementos linguísticos escritos ou falados organizados como um todo, como base em algum critério qualquer (geralmente extralinguístico) resulta num texto
<b>Siegfried Schmidt</b> [19--?]	Texto é qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação (no âmbito de um jogo-de-ação comunicativo), sendo tematicamente orientado
<b>Halliday, M. A. K; Hasan, R.</b> (1976, p. 01 – 02)	Um texto é uma unidade em uso. Não é unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. [...] um texto é, melhor dizendo, uma unidade semântica: não uma unidade de forma e sim de sentido.

<b>Teun Van Dijk (1978)</b>	O texto é uma estrutura superficial governada por uma estrutura semântica profunda motivada, ou seja, um conjunto ordenado de sentenças da estrutura profunda
<b>Fávero; Koch (1994, p. 25)</b>	o texto é “constituído de vários componentes estilísticos, esquemáticos, retóricos, não se limitando, assim, a componentes simplesmente gramaticais”.
<b>Antos 1997 (apud Koch (2003, p. 03)</b>	os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. E é em razão dessa capacidade que são também excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, socio-cognitivamente existente.
<b>Fávero (2009, p. 06)</b>	O texto consiste [...] em qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos princípios de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, e intertextualidade
<b>Marcuschi (2013, p. 72)</b>	O texto pode ser tido como tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo.
<b>Beaugrande (1977, p.11 apud Marcuschi, 2013, p. 72)</b>	O texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.

**Fonte:** elaborado e complementado pelo autor, adaptado de: (MARCUSCHI, L. A. 2012, p. 26 - 27 - 28; KOCH, I. G. V. 2003, p. 01; FÁVERO, L. L. 2009, p. 06; FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. 1994, p. 25; MARCUSCHI, 2013, p. 72).

Koch (2003, p. 1) manifesta que a Linguística Textual busca “refletir sobre o funcionamento da língua nas diversas situações de interação verbal, sobre o uso dos recursos que a língua lhes oferece para a concretização de suas propostas de sentido, bem como sobre a adequação dos textos a cada situação”.

Desta forma, a Linguística Textual busca abarcar o *texto*, ao se envolver com as “ações linguísticas, cognitivas e sociais, envolvidas em sua organização, produção, compreensão e funcionamento no seio social” (KOCH, 2003).

De acordo com Koch (2001, p. 12 - 13) com a ampliação da Linguística Textual sobre o conceito de coerência e com uma perspectiva pragmático - enunciativa sobre o texto:

passou-se a postular que não se trata de mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas de um fenômeno muito mais amplo: a coerência se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem linguístico, sócio-cognitiva e interacional.

Por conseguinte, nota-se que o texto está para além dos elementos linguísticos que o constituem, tanto na produção quanto na sua recepção, uma vez que, este começa a ser observado também pela perspectiva sócio-cognitivista dos usuários, ou seja, a visão de mundo deste como extensão de interação para com o texto e o contexto.

Complementando tal prospecção, Beaugrande; Dressler (1983 apud Koch. 2010, p. 02) evidenciam sete aspectos que são observados nas circunstâncias de produção textual, sendo essas: “a coerência e a coesão (de natureza linguística e conceitual); e a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade (de natureza social e pragmática)”. À vista disso, os referidos autores demonstram setes aspectos que buscam auxiliar na construção textual do sentido do texto.

Logo, a coerência Textual de acordo Koch (1998, p. 41) “diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”. Já coesão pode ser delineada como sendo “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido” (p. 35).

Desta forma, quando estes aspectos se vinculam ao sentido, tem-se como a título de exemplo de coerência e coesão, na seguinte frase:

- Ele estava doente. Não foi à aula.

Observa-se que a coerência está como elementos lógicos da estrutura do fenômeno evidenciado que seria o termo doente, já a coesão poderia ser entendida nos termos ele e não, demonstrando uma relação consequência e conclusão.

De acordo com Travaglia (1999, p. 55) os fatores que envolvem a Coerência provém de “ordem cognitiva necessária para os processamentos dos elementos do texto: os conceitos, os modelos cognitivos globais, o modelo mental de mundo que se

constitui conforme o que se estabelece sócio - histórica - ideológica - culturalmente como mundos textuais possíveis”.

São os fatores extralinguísticos e pragmáticos que proporcionam a constituição de sentido do texto, portanto o conhecimento (visão de mundo) é acionado durante a interação e se diversifica segundo a situação comunicativa evidenciada no texto, construindo, assim, significados.

Logo, a Coesão, segundo Koch (1997, apud Bentes 2001) envolve os fenômenos de como os elementos linguísticos exibidos na superfície textual estão agregados aos recursos linguísticos compostos de sequências que transportam sentidos, tem-se como exemplo a seguinte frase:

- “Hoje é aniversário da minha Tia. Ela completa 60 anos”.

Tendo como base tal frase, observa-se que o termo *ela* é a retomada por referência ao termo *Tia* sendo uma coesão anáfora, na qual o elemento textual é retomado por substituição

Já coesão Catafórica no mecanismo linguístico ocorre do seguinte modo:

- “Lucas comprou vários ingredientes: manteiga, aveia, café e ovos”.

Verifica-se que a expressão *vários ingredientes* é anterior aos que se referem a quais itens Lucas comprou: manteiga, aveia, café e ovos.

Por isso, de acordo com Travaglia (1999, p. 24) “a coesão é definida como a ligação, os nexos entre os elementos linguísticos da superfície do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam para assegurar um desenvolvimento proposicional”.

Ressalta-se que a Coesão pode ser referencial (Substituição e Reiteração) ou Sequencial (manutenção temática e os encadeamentos) (KOCH; TRAVAGLIA, 1992, p. 41). Evidencia-se, assim, que organização do texto se dá por meio das palavras que se denominam como conectivos.

Compreende-se assim que a Coesão apresenta elementos que tem como função semântica e discursiva da linguística, em que se busca proporcionar aspectos de temporalidade, causalidade, dentre outros aspectos. A Coerência é um elemento que possibilita o início da interpretação do texto, por meio do entendimento dos

elementos linguístico por meio do conhecimento (mente humana) na interação comunicativa.

A citação apresenta por Beaugrande; Dressler (1983 apud Koch. 2010, p. 02) se apresenta no **Quadro 17** quanto aos aspectos da: “a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade (de natureza social e pragmática)”.

**Quadro 17** - Produção textual de natureza social e pragmática

<b>Aspectos</b>	<b>Conceitos</b>
<b>Intencionalidade</b>	intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados. É por esta razão que o emissor procura, de modo geral, construir seu texto de modo coerente e dar pistas ao receptor que lhe permitam construir o sentido desejado.
<b>Aceitabilidade</b>	aceitabilidade constitui a contraparte da intencionalidade. Já se disse que, segundo o Princípio Cooperativo de Grice, o postulado básico que rege a comunicação humana é o da cooperação, isto é, quando duas pessoas interagem por meio da linguagem, elas se esforçam por fazer-se compreender e procuram calcular o sentido do texto do(s) interlocutores), partindo das pistas que ele contém e ativando seu conhecimento de mundo, da situação, etc...
<b>Situacionalidade</b>	<p>A situacionalidade, outro fator responsável pela coerência, pode ser vista atuando em duas direções: a) da situação para o texto; b) do texto para a situação.</p> <p>a) da situação para o texto - neste caso, trata-se de determinar em que medida a situação comunicativa interfere na produção/recepção do texto e, portanto, no estabelecimento da coerência. A situação deve ser aqui entendida quer em sentido estrito - a situação comunicativa propriamente dita, isto é, o contexto imediato da interação -, quer em sentido amplo, ou seja, o contexto sócio-político-cultural em que a interação está inserida [...]</p> <p>b) do texto para a situação - também o texto tem reflexos importantes sobre a situação comunicativa: o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao construir um texto, o produtor recria o mundo de acordo com seus objetivos, propósitos, interesses, convicções, crenças, etc. O mundo criado pelo texto não é, portanto, uma cópia fiel do mundo real, mas o mundo tal como é visto pelo produtor a partir de determinada perspectiva, de acordo com determinadas intenções.</p>
<b>Informatividade</b>	Outro fator que interfere na construção da coerência é a informatividade, que diz respeito ao grau de previsibilidade (ou expectabilidade) da informação contida no texto. Um texto será



Aspectos	Conceitos
	tanto menos informativo, quanto mais previsível ou esperada for a informação por ele trazida.
<b>Intertextualidade</b>	Outro importante fator de coerência é a intertextualidade, na medida em que, para o processamento cognitivo (produção/recepção) de um texto recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos. A intertextualidade pode ser de forma ou de conteúdo. A intertextualidade de forma ocorre quando o produtor de um texto repete expressões, enunciados ou trechos de outros textos, ou então o estilo de determinado autor ou de determinados tipos de discurso.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em: KOCH, 2010, p. 02; KOCH; TRAVAGLIA, 1992, p. 77 - 75.

Portanto, Beaugrande, Dressler (1983 apud Koch. 2010, p. 02) expõem que são os setes elementos, sendo: Coesão, Coerência, Intencionalidade, Aceitabilidade, Situacionalidade, Informatividade e Intertextualidade, que são de dominados de conjunto de textualidade, segundo os autores os elementos referenciados são quem fornece tessitura ao texto.

Compartilhando deste entendimento Koch; Travaglia (2001, p. 45) expõem que “a textualidade ou a textura é aquilo que faz de uma sequência linguística um texto e não um amontoado aleatório de palavras. A sequência é percebida como texto quando aquele que a recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global”.

Por conseguinte, nota-se alguns fatores sobre a textualidade, com elementos: lógicos - cognitivos (Semântico); linguístico (Coesão); contextual ou pragmático (texto e o contexto) (GREGOLIN, M. do R. 1993), sendo estes elementos que proporcionam o sentido do texto.

A textualidade é o que permite ao texto proporcionar uma mensagem de sentido, de modo a estabelecer um vínculo entre leitor e o produtor da manifestação linguística.

Deste modo, de acordo com Marcuschi (2012, p. 32) “[...] em suma a [Linguística textual] trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas”.

Com isto, o entendimento do texto por meio da leitura passa a ser compreendida não somente pelos elementos dentro do texto, mas também pela visão de mundo que cada leitor carrega consigo ao interpretá-lo, em que se evidencia: o produtor - o texto - o receptor - o contexto.

Observam-se em tais aspectos que a Textualidade envolve também elementos externos que são ligados à produção, recepção e interpretação do texto, assim como o Contexto no que se refere aos elementos externos à linguagem, produção, recepção e a interpretação do texto, como também a interação entre esses atores (escritor - leitor - ouvinte) (KOCH, 1997).

Por conseguinte, Bentes (2001, p. 210) apresenta que “A Linguística textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas”.

### 3.1.2. GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS.

Em vista disto e por consequência, o ato de comunicação que ocorre por meio do texto descende das relações humanas que buscam, como colocado anteriormente se manifestar de forma como “material concreto” linguístico Brandão (s.d. apud MARCUSCHI, 2012, p. 21). Complementando tal entendimento Bentes (2001, p. 270) evidencia que é por meio do “material linguístico que devemos tomar para a análise e compreensão dos processos de construção dos sentidos e do funcionamento da linguagem.

Logo, os textos são elaborados por intermédio da linguagem do falante e sua variação intercorre mediante estas condutas, fazendo assim que haja uma diversificação tanto do gênero quanto da tipologia textual. Isso sobrevém tanto do *gênero* como da *tipologia* textual que são adquiridos socialmente pela interação mediante a vida social, a qual se apresentam de modo a cumprir uma função social específica adequado ao texto proveniente de suas marcações.

Os gêneros textuais podem variar de acordo com o contexto de elaboração do texto, já a tipologia textual é limitada, visto que está na forma de como o texto se apresenta.

Koch (2009, p. 24) agrega ainda que, “O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais é aquele que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo”, ou seja, é por meio dos atributos predisposto no texto que tanto gênero quanto tipo textual é discernido pelos falantes.

Para Travaglia (1991) o tipo pode ser distinguido ao se observar a suas peculiaridades que estabelecem um modo de interação, isto é, à sua maneira de interlocução, que constitui fatores que buscam marcar tipologias diferentes. Ainda para Travaglia (1991), o gênero apresenta uma função sociocomunicativa própria, logo suas espécies se caracterizam por meio de elementos formais da estrutura do texto.

De modo a deixar os aspectos do tipo e gênero textuais com uma melhor visibilidade, Marcuschi (2002) apresenta em forma de síntese as particularidades de cada um, como pode ser evidenciado no **Quadro 18**.

**Quadro 18** - As particularidades dos tipos e gêneros textuais

<b>Tipos Textuais</b>	<b>Gêneros Textuais</b>
Constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas;
Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos	Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

**FONTE:** Elaborado pelo autor, adaptado de Marcuschi (2002)

Observa-se no **Quadro 18**, as peculiaridades tanto do tipo quanto do gênero textual, onde o tipo está correlacionado ao ponto de vista de como o texto se apresenta, por consequência o gênero é evidenciado como um conjunto de elementos que variam de acordo com âmbito sociocomunicativo, que incide sobre a espécie textual.

Desta maneira, o tipo textual pode variar de modo limitado, sendo estes: Descritivo; Dissertativo; Narrativo; Argumentativo; Preditivo; Humorístico e Lírico. Quanto ao gênero a variação é ilimitada pois se estende a uma função

sociocomunicativa, se estabelecendo por meio das espécies com base em seus aspectos formais de estruturação, como pode ver observado no **Quadro 19**.

**Quadro 19** - O gênero, traços e dominância associado a um tipo.

<b>Tipo</b>	<b>Traços dos tipos</b>	<b>Exemplo de gêneros necessariamente composto por um tipo em termos de dominância.</b>
<b>Descritivo</b>	são marcados por caracterizar o objeto;	Perfil, qualificativo e classificado
<b>Dissertativo</b>	buscam refletir, explicar, avaliar, conceituar e expor o conhecimento;	Tese, dissertação de mestrado, artigo acadêmico – científico, editorial de jornal, monografia, conferência, artigo de divulgação científica, resumo para proposição de trabalhos a eventos dentre outros.
<b>Injuntivo</b>	<i>Injuntivo</i> é dizer o que e como fazer.	Mensagem religiosa-doutrina, instruções, manuais de uso e/ou montagem de aparelhos e outros, receitas de cozinha e receitas médicas, texto de orientação comportamental (ex: como dirigir) dentre outros.
<b>Narrativo</b>	tem como parâmetro contar acontecimentos e ações.	Atas, notícias, romances, novelas (literárias, de rádio e TV), contos, contos de fadas, fábulas, apólogos, parábolas, mitos, lendas, anedotas, piadas, fofoca, caso, biografia, epopeia, poema heroico, poema burlesco dentre outros. Podem ser incluídos aqui os gêneros em que há fusão como o tipo dramáticos as peças de teatro): comedia, tragédia, drama, farsa, auto, esquete, opera, vaudeville dentre outros.
<b>Argumentativo</b>	busca convencer ou expor uma opinião sobre um determinado fato;	Textos publicitários em geral, artigos de opinião, editorias de jornal, petições da área jurídica dentre outros
<b>Preditivo</b>	tem como intuito antecipar a ocorrência de algum fato;	Boletins meteorológicos e astronômicos, profecia, programa de viagem e comemorações dentre outros.
<b>Humorístico</b>	tem como foco o entretenimento	Piada, comédia, farsa, esquete humorístico dentre outro
<b>Lírico</b>	procura demonstrar uma interação onde se reflete expressões de sentimentos e emoções subjetivas	Espécies: soneto, madrigal, ditirambo, elegia, poemas bucólicos (écloga, idílio) haicai, ode, acróstico, balada, epitalâmio, hino, vilancete, acalanto, barcarola, canto real e trova

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de Travaglia (2004; 2006; 2007; 2018).

Logo, os gêneros irão variar de acordo com a ação sociocomunicativa. sociocomunicativa.

Entretanto, destaca-se que Travaglia (1991, p. 43; 2007 p. 1300) demonstra que dificilmente não há junções entre as tipologias e que essas podem se permear nos tipos que constituem um gênero textual, tal fato é denominado pelo autor de *conjugação de tipos*.

De acordo ainda com Travaglia (1991, p. 73) é por isto que de modo habitual se enfatiza que “os tipos não são puros ou que raramente o são”. Uma vez que não há pureza tipológica, posto que ao se reportar ao texto deve-se considerar os seus enunciados e discursos, de modo a se observar os tipos de discurso que o constituí, dado que no texto os discursos se desencadeiam de forma variada. Logo, o que constrói os tipos são aqueles traços que cada um deles apresenta em sua interação e interlocução.

Assim sendo, a título de exemplo Travaglia (2007, p. 55) demonstra que as “Narrativas história podem ser compostas pelos tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo, em conjugação, e o narrativo é dominante (daí se dizer que temos um gênero narrativo) e os outros aparecem subordinados a ele”.

Desta forma, destaca-se que não há tipologia pura porque o texto em sua interação e interlocução abrangem bem mais de um tipo. Entretanto, entende-se que cada texto terá um tipo de traço textual predominante no gênero textual.

Segundo Bakhtin (1997) a língua é proferida em forma de enunciados (orais e escritas) sendo concretas e única, da atividade humana. Logo, os discursos também são diversificados, pois variam de acordo com está atividade.

Para Bakhtin (1997, p. 282) os discursos são moldados de acordo com o gênero que está em uso, e esse está no cotidiano de cada falante. Posto isto, os gêneros nos é atribuído “quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática”.

Assim sendo, Bakhtin (1997) enfatiza ainda que cada esfera reconhece seu gênero, e que esse se ajusta a está de forma específica de modo a estabelecer sua particularidade de estilo.

### 3.1.3. O TEXTO NARRATIVO: ESTRUTURA E O ATO NARRATIVO

Como apresentado no subcapítulo anterior a este, o texto com tipo narrativo tem suas marcações e traços próprios, como contar ações e fatos, seja real ou imaginário, determinado tempo e lugar por meio de um discurso de interação sociocomunicativa, seus gêneros são diversificados de acordo com o contexto de elaboração onde esse ocorre. De acordo com Fabrício e Bastos (2009, p. 41- 42) as práticas narrativas:

“[...] têm sido estudadas, por pesquisadores de diferentes disciplinas, como locus privilegiado de compreensão da relação entre discurso, identidade e sociedade, pois as formas narrativas de (re)construção da experiência organizam nossas ações, nossa percepção de mundo e nossas ficções identitárias.”

Constata-se assim, que as narrativas podem ser consideradas como um tipo inerente ao cotidiano social, no qual se relatam fatos que remontam a identidade de uma determinada sociedade advindo se suas ações, aludindo às perspectivas de mundo real quanto de ficções.

Van Dijk (1992, p. 26) de modo a completar tal prospecção evidencia que, os modos de como os homens mediam a sua descrição narrativa, como depoimentos ou declarações dentre outros, podem contribuir para estudo histórico; jurisprudência e sociologia entre outros.

Compreende - se assim que, não existe povos no mundo sem narrativas, uma vez que mundo é contextualizado por meio da narrativa, que busca retratar as questões modais de tempo e lugar (BARTHES, 1973, p. 19).

Apresenta-se no **Quadro 20** uma síntese de alguns autores sobre algumas estruturas narrativas literárias.

**Quadro 20** - As Estruturas narrativas e os seus aspectos

Autores	Modelos de estruturas narrativas
<p><b>Propp (1928)</b></p>	<p>Apresentou um conjunto de trinta e uma funções utilizáveis ou não às conexões estabelecidas dentre sujeito e objeto em uma narrativa. Apresentando sete esferas de ação, como sendo: vilão, doador, ajudante, objeto da procura, mandatário, herói, falso herói. Propp desenvolve sua teoria tomando por base nos Conto Maravilhoso</p>

Autores	Modelos de estruturas narrativas
<b>Greimas (1966)</b>	Apresenta três pares de oposições binárias que incluem seis papéis chamados actantes (sendo o par central formado por sujeito e objeto). Sincretismo actancial: o mesmo actante manifestado por vários personagens. Sincretismo atorial: mesmo personagem caracterizado por vários actantes. Reduz para vinte as trinta e uma funções de Propp, e as reagrupa em três estruturas: sintagma contratual; sintagma performativo e sintagma disjuntivo.
<b>Bremond (1966; 1973)</b>	Sugere as possibilidades lógicas da narrativa, baseadas num modelo padrão com três fases: (1) a virtualidade, ou a possibilidade de realização de um a ação; (2) a realização, ou a passagem ao ato; (3) o resultado, o melhoramento ou a degradação. A fase 1 é básica: a narrativa prepara um quadro que oferece um a possibilidade de ação. Em todas as narrativas há um a expectativa de que algo vai acontecer. Na fase 2, pode haver elementos que levam (presença) ou não levam (ausência) à ação. Se esta última opção acontece, a narrativa para; se a primeira opção é escolhida, há o desenvolvimento da narrativa. Se há o desenvolvimento da narrativa, pode haver o melhoramento ou a degradação. O novo estado servirá como um novo ponto de partida, um a nova virtualidade, especialmente se um a degradação aconteceu.
<b>Todorov (1973)</b>	Apresenta um conjunto de proposição que forma uma sequência. Esta sequência é formada por cinco proposições (equilíbrio, força, desequilíbrio, força, equilíbrio), descrevendo a violação de um estado e o restabelecimento do mesmo, embora com certas modificações. O texto é formado por sequências, organizadas por encaixamento, encadeamento ou alternância. Finalmente, as sequências formam o texto. O texto, então, é formado pelas sequências organizadas por encaixamento
<b>Genette (1972)</b>	Baseando-se no modelo formalista de estudo da narrativa, divide está em três níveis: fábula (histoire), a ordem cronológica dos eventos; o discurso (récit), os eventos da forma como são apresentados no texto; narração (narration), o próprio ato de narrar. Além disso, acrescenta cinco categorias de análise: ordem, duração, frequência, modo e perspectiva

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado pelo autor de BONNICI (2009); PROPP (2001)

Tendo como base o **Quadro 20**, observa-se que o entendimento sobre o tipo narrativo varia de acordo com o gênero textual que está sendo estudado, devido a estrutura de elaboração da espécie. Ou seja, não há um padrão para análise da estrutura narrativa, o que se têm são aspectos que proporcionam identificar tal tipo no âmbito da construção textual recorrente das particularidades sociocomunicativa dos falantes. Sendo assim, Todorov (2006, p. 103) expõem que “Toda narrativa é uma escolha e uma construção”.

O Ato narrativo (narração ou narrar,) pode ser observado de modo separado, o termo ato está para com o sentido de compartilhar, já o narrativo está para com a acepção voltada a contar histórias, que podem ser compartilhadas de modo oral entre duas ou mais pessoas, bem como escrita. Os seres humanos têm tal característica inerente (MARTINO, 2016).

A partir de tal prospecção, o ato narrativo no âmbito textual ocorre por meio da leitura dos falantes que fazem uso de suas visões de mundo para interpretar e representar tal informação, seja pela oralidade ou pela escrita, sempre estamos contando histórias, seja em: fofoca; intriga; reunião dentre outros.

Todo texto segue o que Fiorin (1999) apresenta como percurso gerativo de sentido, que deriva do trabalho linguístico de Propp [19--?] sobre a narrativa com relação de suas invariantes, elementos este que “faz com que uma narrativa seja uma narrativa”.

O percurso gerativo de sentido contém três patamares que o constitui, sendo: estruturas fundamentais (primeiro está para com categorias semânticas que buscam ordenar o conteúdo do texto, que seria oposição tal como vida versus morte, sendo vista como sendo um nível fundamental); as narrativas (é transformação de um estado, que seria de conjunção (ato ou efeito de associar uma coisa ou pessoa a outra(s)) ou disjunção (ato ou efeito de não relacionado); e as estruturas discursiva (é o que reveste as estruturas narrativas, por temas e figura que preenche a estrutura abstratas das narrativas) (FIORIN, 1999).

Contudo irá se centrar somente no percurso gerativo no que tange as narrativas e as estruturas discursivas, vale ressaltar que o aspecto discursivo apresentando está para com a estrutura do texto.

A sintaxe (a palavra como elemento de uma frase) do nível narrativo é ato de contar um fato que apresenta o seu início e o final, Fiorin (2000, p. 21) apresenta a narratividade referindo-se à “transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final”.

De acordo ainda com Fiorin (2000, p. 12) no âmbito da sintaxe há duas categorias de enunciados, sendo: o enunciado de estado e o enunciado de fazer:

a) enunciados de estado: são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto (no



enunciado “Técnico de informática” é “Contratado”, há uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato de serviço”; em o “Técnico de informática não é contratado”, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato”);

b) enunciados de fazer: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro (no enunciado “O técnico de Informática foi contratado”, há uma transformação de um estado inicial “não contratado” num estado final “contratado”).

Na narrativa, Fiorin (2000) manifesta que há duas categorias mínimas pelas quais está pode ocorrer, sendo a privação ou a liquidação de uma privação. Na privação, a condição do conjunto transita a um estado final disjunto, como, por exemplo:

- Mulher rica que fica pobre

No início da narrativa o indivíduo apresentar-se em conjunção (posse) com a riqueza, ao final em disjunção (privação) com ela, percebe-se que neste enunciado narrativo houve uma transformação entre duas situações, de ser rica e ficar pobre.

Na liquidação da privação há uma transformação associada ao estado inicial o disjunto e o final conjunto, como, por exemplo:

- Mulher pobre que fica rica

Repara-se que, no enunciado narrativo, acontece uma mudança nos dois estados: o sujeito passa a ficar em disjunção (privação) a riqueza, no final em conjunção (posse) com a riqueza, desta forma percebe-se uma alteração por meio de dois estados: ser pobre e ficar rico (CÂNDIDO, 2014).

No entanto, Fiorin (2000, p. 22) evidencia que nas funções dos papéis narrativos, não se pode delimitar o termo sujeito como pessoas ou o termo objeto como coisas, visto que estes estão nos papéis narrativos e “que podem ser representados por um nível mais superficial por coisa, pessoas ou animais”.

Exemplo, em uma narrativa de caça aos rinocerontes para serem colocados em cativeiros, são os rinocerontes o “objeto com que o ser que captura deve entrar

em conjunção”. Porém, “quando se diz o tapete voador pousou no terraço da casa”, tem-se uma transformação em que o estado final possui como sujeito o “tapete voador” e como objeto “terraço da casa” (FIORIN, 2000, p. 22 - 23; CÂNDIDO, 2014”).

À vista disso, os textos não são elaborados apenas de narrativa mínima, e sim por narrativas complexas, que remetem uma sequência de enunciados de estado (fazer e ser) que são estruturado de forma hierárquica, além de conter composição de uma sequência canônica, que se caracterizada por meio de fases esquematizada do padrão narrativo, e pode ser percebida em quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção (FIORIN, 2000; TATIT, 2003; CÂNDIDO, 2014).

Com isto, Fiorin (2000, p. 22-23-24) descreve as quatro sequências canônicas, do seguinte modo a:

**Manipulação:** um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa, ou seja, há o manipulador e o manipulado. São vários os tipos de manipulação, aqui foram identificados alguns como: tentação, intimidação, sedução e provocação.

**Competência:** o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa e dotado de um saber e/ou poder fazer.

**Performance:** e a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado - a - outro) central da narrativa. Libertar a princesa presa pelo dragão e a performance de muitos contos de fada. Encontrar o pote de ouro no fim do arco-íris, ou seja, passar de um estado de disjunção com a riqueza para um estado de conjunção com ela pode ser uma performance. O sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou em disjunção com um objeto pode ser distinto ou idêntico.

**Sanção:** Nela ocorre a constatação de que a performance se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos.

A sequência canônica pode ser ilustrada sobre o Documento de Arquivo, tendo como base a interpretação que ocorre desse, ou se realiza a sua representação mediante a descrição deste modo tem-se a Manipulação no documento de arquivo manifestada pelo ato (ideias) para o qual foi elaborado; a Competência explana o ato para o qual esse foi elaborado, ou seja, as circunstâncias que esse tem de informar a todos aqueles que dele se ocupam; para que assim haja a Performance que pode ser identificada por uma transformação que gera outros atos ao documento, podendo ser

de conjunção ou disjunção sobre esse; logo a Sanção é constatação do que houve na Performance, isto é, a ocasião em que se expressa a desejo ou julgamento do ato do documento (CÂNDIDO, 2014)

Porém, algumas destas fases podem ser apenas pressuposição ou uma delas obter mais destaque que a outra, evidenciando assim que, a sequência canônica não se faz por uma estrutura predefinida, que se manifestara da mesma forma em todos os textos (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 97).

No nível discursivo os formatos são abstratos e “são revestidas de termos que lhe dão concretude” por meio de temas e figuras. Assim, “tematização e figurativização são dois níveis de concretização do sentido. Todos os textos tematizam o nível narrativo e depois esse nível temático poderá ou não ser figurativizado (FIORIN, 2002. p. 64 - 65)”

De acordo ainda com Fiorin (2002), a figura é o termo que nos remonta algo de um mundo natural: nuvem, sol, brincar, professor, comer etc. Com isto, a figura está para qualquer língua natural ou sistema de representação que se ajuste a algo inteligível do mundo natural.

Logo o “tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural”, sendo assim, o tema são categorias que ordenam, organizam e categorizam os elementos do mundo natural, como: elegância, trabalhar, medo, raciocinar, orgulho etc. (FIORIN, 2000, p. 65).

No entanto, quando se refere-se a figura, não há restringe somente ao mundo natural em si, esse mundo natural consegue ir para além disso ao ser construído, como acontece em textos de ficção, exemplo: científica, contos de fadas, dentre outros. Como no caso, a título de exemplo, um texto de ficção científica em que surja um indivíduo que voe e dispare raios, o que seu corpo se regenere etc. Sendo assim, esse indivíduo é uma figura de um mundo natural só que construído (FIORIN, 2000).

Desta maneira, os esquemas figurativos compõem uma consequência sobre a realidade por meio de um simulacro que busca simbolizar o mundo. Logo os temáticos buscam esclarecer essa realidade, por meio da classificação e organização, instituindo uma relação e dependência (CÂNDIDO, 2014).

Fiorin (2000, p. 65) apresenta que os “discursos figurativos tem uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa”. Com isto, “quando tomamos um texto figurativo precisamos descobrir o tema subjacente às figuras, pois para que estas tenham sentido precisam ser a

concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de um esquema narrativo (FIORIN, 2000. p. 65-66)".

Entretanto, "como encontrar esse tema? Para que, um conjunto de figuras ganhe um sentido, precisa ser a concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de enunciados narrativos (FIORIN, 2000, p. 70)".

Perante o exposto, o discurso nada mais é, que a narrativa "enriquecida" "por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (BARROS, 2005, p. 53)".

Fiorin (2005) demonstra a ligação entre figura e temas, indica ao nome de percursos temáticos e figurativos, em que, ambos precisam sustentar a coerência interna do texto. Todavia, quando isso não ocorre há uma quebra na coerência, tornando esses contraditórios, mais "pode também criar determinados efeitos de sentido (FIORIN, 2005, p. 73 - 74)".

Segundo Moraes (2011) é "essa coerência entre as figuras torna-se essencial, de modo que o leitor, ao ter contato com um texto, possa através desse jogo de figuras ou conexões, entender o contexto em que se insere o mesmo, e a partir daí extrair os temas". Assim sendo, os temas permanecem nos textos envoltos pelas figuras, "a reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso denominam-se isotopia. A isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica (BARROS, 2005, p. 71)".

Fiorin (2000) enfatiza que, na análise do discurso, a isotopia é a repetição do mesmo traço semântico no decorrer de um texto. "Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina um modo de ler o texto" (FIORIN, 2000, p. 81). Logo, a "recorrência de traços semânticos estabelece a leitura que deve ser feita do texto. Essa leitura não provém da fantasia do leitor, mas está inscrita no texto (FIORIN, 2000, p. 82)".

Barros (2005, p. 71) demonstra que, há dois tipos de isotopia, no qual uma delas "a temática decorre da repetição de unidades semânticas abstratas, em um mesmo percurso temático", como por exemplo, este estudo, tem uma isotopia temática de representar.

Temos deste modo à retomada dos valores como, reproduzir ou interpretar, ou seja, o que se representa, onde se representa, ou na ação de representar, deste modo temos a isotopia temática, que nos permite conhecer o assunto que se trata o texto,

pois, a isotopia temática costura o texto para o seu entendimento em síntese (BARROS, 2005; CÂNDIDO, 2014).

Para Barros (2005, p. 71-72) a “isotopia figurativa caracteriza-se pela redundância de traços figurativos, pela associação de figuras aparentadas. A recorrência de figuras atribui ao discurso uma imagem organizada e completa da realidade”.

Assim, as figuras efetivam as temáticas, neste caso, a figura desta pesquisa é documento de arquivo, que está ligado ao tema de representar, essa isotopia permite a imagem organizada e completa da realidade.

### 3.2. ÉTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

*“In a globalized information environment, the ethical framework for knowledge representation and organization systems arises from the concept of cultural warrant, which underpins knowledge representation and organization systems of all kinds”*

*Clare Beghtol (2005, p. 904)*

A Ciência da Informação (CI) tem em seu bojo aspetos teóricos e metodológicos que visam auxiliar na Organização da Informação, no que tange a informação como registrado e a sua socialização, como bem elucida Buckland (1991).

Borko (1968) complementa tal prospecção enfatizando que, a CI está voltada aos fluxos e usos da informação, bem como adquirir, armazenar, recuperar e disseminar a informação no âmbito social.

Com isto, se evidencia o que foi exposto no tópico anterior, onde se expôs que todo texto deriva de uma interação sociocomunicativa por meio de espécie (gênero textual) de modo a refletir o seu contexto de elaboração, logo o texto é o registro na materialidade dos falantes pela escrita.

Esse registro da informação em um determinado suporte é o objeto de estudo da CI, que busca atender sobre os aspectos apresentado tanto por Buckland (1991) quanto por Borko (1968).

A Ética e Moral estão ligadas de modo intrínseco a organização e representação do conhecimento por meio da atuação do profissional seja o Arquivista, Bibliotecário dentre outros, cujo intuitos de disseminação e acesso convivem de forma simbiose, onde ambas buscam interagir com usuário na busca pela informação de modo permitir o acesso deste a informação.

Subentende-se de um modo geral que a Ética é reflexão sobre a moral. De acordo com Ricoeur (2011, p. 3 - 4):

a ética é uma vida consumada sob o signo de acções estimadas como boas, e a moral para com aspecto obrigatório, marcado por normas, obrigações e interdições caracterizadas simultaneamente por uma exigência por uma universalidade e por efeito coerção.

Ou seja, a Ética está para com uma conduta de ações que são de boas práticas, podemos observar tal aspectos nos códigos de éticas de cada profissão de acordo com sua área do conhecimento, onde suas práticas estão ligada ao modo de: *como, por que, para que fazer* no âmbito da atuação profissional, ligada também há teoria, conhecimento ou a ciência de comportamento, sendo este uma aspecto filosófico e científico, relacionado a teoria de conhecer.

O aspecto moral está para com o âmbito social, isto é um conjunto de regras que são utilizadas no cotidiano por cada cidadão em sua vida em sociedade, buscando orientar estes por meio da regulamentação de suas ações e julgamentos, demonstrando assim o que é certo ou errado. Tais elementos morais são adquiridos pela cultura, educação ou tradição dentre outros, bem como também é contemplado por valores e convenções culturais de cada sociedade, estando correlacionado a prática de agir.

Assim, a Ética no domínio da CI busca auxiliar nos métodos de representações, sendo esses: Classificação, Descrição, dentre outros, com intuito de respaldar reflexões sobre atuação profissional propícia a: disseminação, acesso e uso da informação nas esferas social e cultural da sociedade, em que todos os cidadãos tenham acesso a uma linguagem inclusiva e compreensiva da informação no momento da busca.

Compreende-se então que, alguns aspectos do processo de representação da informação por meio dos métodos de classificação, descrição dentre outros são realizados de forma subjetiva (interpretação) e logo são agregadas de valores (do eu pessoal), como bem elucida a Olson (2002, p. 02), a representação é construída, e com isso acaba agregando valores que emana de uma sociedade dominante, não de modo neutro ou objetivo, mas selecionando valores para expressões utilizadas na representação da informação.

Fica evidente que, cada um de nós carrega consigo valores, no qual esses são concebidos por meio da moral que advém de uma ordem social, que consiste em aprovar ou não certas condutas, por meio dos valores adquiridos no decorrer de nossa vida social.

Ao compreender que o profissional da CI se faz incutido de valores assim como qualquer outro profissional. No entanto, para que estes valores não sejam exteriorizados, faz necessário à utilização de um método harmônico que propicie um diálogo mediante a reflexão da moral, sendo este método denominado de ética, em que se estuda os aspectos da moral.

Por conseguinte, a Ética ao ser introduzida no espaço profissional da CI fomenta princípios (normas) que conduzem e auxiliam na conduta moral, além de integrar pontos técnicos que se elencam entre o como fazer do profissional e a sua relação social. Segundo Guimarães (2008, p. 143) a ética profissional é:

[...] o que leva à necessidade de se averiguar não apenas as questões técnicas e operacionais relativas às profissões (como fazer), mas também os objetivos e a inserção social dessas profissões (por quê e para que fazer), dando lugar à denominada ética profissional que, em última análise, reflete uma dimensão cotidiana da ética, no ambiente do desenvolvimento das relações de trabalho.

À vista disso, a Ética integralizada na atividade laboral do Profissional da CI, busca amparar seu comportamento moral no momento em que este coloca em prática o como fazer da profissão.

De acordo com Guimarães (2000, p. 10) evidenciar nesta prática do como fazer do profissional da CI a existência de “[...] cinco instâncias distintas: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o próprio profissional enquanto cidadão” (GUIMARÃES, 2000, p 10).

Isto é, o *como*, o *por que* e o *para que* fazer do profissional da CI está relacionado a tais aspectos apresentado por Guimarães (2000), uma vez que a representação é executada com o intuito de assessorar o usuário, por meio da organização da informação, que tem como base métodos, processo e procedimentos que visam a representação da informação sobre determinada temática/ contexto/ assunto, resultado assim em um produto, que virá a servir como instrumento de pesquisa.

Logo, esta informação pode ser usada como elemento de identidade social e justiça, bem como também auxiliar a profissão nas suas atividades laborais ou em sua vida pessoal.

Alguns autores como: Berman (1993), Olson (2002; 2001); Beghtol (2005); Garcia Gutierrez (2002) e Guimarães; Milani; Pinho (2008), dentre outros buscam estudar os aspectos éticos sobre a representação e a organização do conhecimento, com intuito de promover a disseminação, acesso e uso da informação pela sociedade.

Por conseguinte, os aspectos éticos tratados na CI sobre a organização e representação da informação, está para como: os catálogos, os guias, as classificações, as avaliações dentre outros.

De forma a contextualizar os autores aludidos, os estudos Berman (1993) apresentam os aspectos éticos ao observar o cabeçalho de assunto do catálogo da Biblioteca do Congresso Norte-Americano de 1968, expondo como era representado a informação, no que tange: Raça, Nacionalidade, Fé (é colocada de forma ampla para que pudesse abarcar todas as religiões) e Grupos Étnicos.

Dentre os cabeçalhos de assunto estudados por Berman (1993), a título de exemplo apresenta: o termo "perversão sexual" que era relacionado ao Homossexual e as Lésbicas, na visão do referido autor estas referências cruzadas entre os termos para representação temática eram inaceitáveis, logo este termo foi substituído por sexualidade.

Posto isto, os termos que foram evidenciados como incoerente, foram trocados, modificados ou excluídos do cabeçalho de assunto do catálogo da Biblioteca do Congresso Norte-Americano. Berman (1993) demonstra assim em sua obra uma certa disposição para ética social, e apresenta ainda que:

Não se trata de propor uma tese de "varinha mágica" que, uma vez corrigidos os "preconceitos e antipatias" [do catálogo da biblioteca do



congresso Norte-Americano], [que] o Amor e o Bom Sentimento irão irradiar-se pelo planeta. Mas a operação pode, no entanto, provar um passo definido, embora pequeno, na direção certa amizade e compreensão mútua. (p. 21, tradução nossa).

Percebe-se que, o tratamento do conhecimento e da informação pode sim vir a refletir tais preconceitos e antipatias da atuação do profissional da CI. No entanto, a explanação do Berman (1993) é bem lógica quanto a isto, ao enfatizar a compreensão mútua no âmbito social, no sentido que a informação é para um todo e não para si mesmo, ou classes de grupos dominantes.

Compartilhando de Berman (1993), observa-se que as temáticas estudadas pela autora Olson (2002) estão amplamente relacionadas a Organização do Conhecimento. Olson (2002) desenvolveu suas pesquisas, com base: na ética e *biases* na representação da informação, no que tange: “sexualidade, raça, idade, capacidade, etnia, língua e religião como sendo limite para a expressão da diversidade ao nomear a informação para recuperação” (2001, p. 639).

Logo, os aspectos identificados na representação da informação por Olson (2001) se deu por meio do método filosófico denominado de teoria do limite da filósofa Americana Drucilla Cornell's (1992), com qual buscou identificar quais eram os limites apresentado pelos sistemas ao nomear a informação e com isso tentar fazer que esses limites fossem permeáveis (2001, p. 639).

De acordo com Olson (2001), existe um certo misticismo por parte dos profissionais da informação ao acreditarem no “pretexto de neutralidade”, pois toda e qualquer intenção de interpretação é algo subjetivo, que se vale toda e qualquer experimentação realizada no decorrer da vida em sociedade (2001, p. 640)

Essa experimentação influência de forma significativa na representação da informação, em razão do profissional da informação ser um intermediário entre os usuários e a informações, devido a isso os nossos instrumentos de busca acabam se tornando “presunçosos ao tentar controlar e, construir modelos de descrição ou teorias, que apresentam uma contenção de conhecimento por meio da nomeação do documento (2001, p. 640) ”.

Além disso, o misticismo que ocorre por meio dos cientistas da informação Hope Olson (2002) apresenta que alguns acreditam que “a diversidade e a subjetividade da linguagem precisam ser padronizadas” (1994, p. [s. n.]), de modo, a

elaborar um controle de vocabulário. Logo, esse produto também impõe limite na representação ao classificar a informação por características semelhantes.

Olson (2002) deixa em evidência por meio de sua explanação que, a teoria de uma linguagem universal que atende ambos grupos sociais é uma visão utópica, pois não há como elaborar termos controlados que atendessem uma linguagem universal devido as diversidades existentes em cada cultura.

Com isto, autora relata que os instrumentos se conjeturam por meio de valores dominantes da sociedade apresentados de forma “neutra e objetiva”, entretanto, esses valores nem sempre refletem isso, pois os valores são selecionados para serem utilizados nos instrumentos de pesquisas (2002, p. 06).

Para ela, as representações da informação que são padronizadas afetam o “acesso à informação de alguns grupos sociais que não se encontram dentro do discurso cultural dominante, por esse motivo esses grupos sociais acabam sendo marginalizados em nossa sociedade (2001, p. 640)”.

Diante do exposto, Olson (2001) busca com seus estudos tendo como base Drucilla Cornell's (1992), não elaborar novos padrões para o gerenciamento da informação, mas sim, desenvolver um relacionamento ético para com o usuário por meios de técnicas que possibilitem com que os sistemas de informação existentes sejam permeáveis. Drucilla Cornell's (1992) apresenta que, é preciso deixar o outro falar, para que aja o desenvolvendo de um relacionamento ético entre as partes.

Dentre as maneiras de tornar os sistemas de informações permeáveis, Olson (2001) apresenta que se pode utilizar da tecnologia como forma inovadora e subversiva, nas adaptações dos padrões de representação e por meio disso dar voz aqueles que foram excluídos.

Visto que para Olson (2002) ato de representar a informação é considerado como um “ato de poder” em que, a neutralidade é colocada em voga advindo da subjetividade ao representar a informação. Tal ato é considerado pela autora como sendo de “Nomear” a informação, que consisti em elaborar características/elementos que sejam fidedignos a informação que está sendo representada por meio de termos, posto que são esses termos que irão “valer-se do sentido do poder de controlar a representação de assunto e, portanto, seu acesso” (2002, p. 4) servindo assim como substituto ao documento para sua recuperação.

Para Olson (2002, p. 4) o termo “nomear” expressa uma ação em que se concede: nome, rótulos, buscando originar uma identidade que estabeleça uma

estrutura da realidade, que acaba impondo “ao mundo uma padronização que seja significativa ao nomeador”. Por consequência, cada ser humano confere nome aos objetos por meio de sua visão de mundo que é construída tendo como base a sua experiência. Elaborando assim, a sua própria estrutura por meio da nomeação.

O ato de “nomear” expressa uma visão de mundo, no qual cada um tem o seu ao atribuir nomes aos objetos para que ocorra a comunicação entre os indivíduos por meio da linguagem. Ao se conferir nomes aos objetos ocorre de uma certa forma um poder de imposição sob a linguagem, que muitas vezes não se tem como base as idiossincrasias ou as necessidades individuais de uma pessoa, mas de um padrão de uma determinada comunidade dominante.

Para uma melhor compreensão, pode-se utilizar como a título de exemplo um tubérculo que há no Brasil e em outros países, porém, aqui esse mesmo recebe nome diferenciados devido a região em que se encontra, podendo ser denominado de mandioca no sudeste do país e no Sul como aipim, já na região Norte e Nordeste é denominada de macaxeira. De acordo com as reflexões apresenta por Olson (2002) seria “inapropriado” representar a informação correlacionando ao assunto somente um termo específico que atendesse apenas um grupo dominante, sem sequer relacionar os outros termos ao assunto com intuito de atender um grupo maior de usuários na busca pela informação.

Por isso Olson (2002) busca evidenciar a sua preocupação ao se utilizar do termo presunçoso sobre os instrumentos de representação. De acordo com a autora muitas vezes os profissionais da informação acreditam que uma linguagem universal seria uma opção mais correta ao representar a informação, tomando assim as linguagens como sendo verdade até que se prove ao contrário. Deste modo, a autora faz um alerta, que por muitas vezes acaba sendo ignorado pelos profissionais das informações ao representar e organizá-las, os instrumentos não podem ser vistos como não questionados.

Observa-se que autores Berman (1991) quanto Olson (2002;2001), buscam explanar sobre a Ética no âmbito da justiça social, em que cada cidadão independente de seu grupo social possa ter acesso à informação e se reconhecer nela, sem se sentir ultrajado pela representação que fosse realizada pelo atuação do profissional da CI, em relação à disseminação, acesso e uso da informação.

Olson (2002; 2001) ainda demonstra que, o ato de nomear as representações pode ser entendido como um “ato de poder”, uma vez que a representação por meio

da linguagem pode aproximar os grupos sociais ou segregar, visto que, está varia de acordo com a visão de mundo de cada um, no que concerne ao modo que se rótula, ou seja, nomear.

Ainda neste contexto de justiça social ou de reconhecimento dos usuários na representação da informação, no sentido de pertencimento e identidade, tanto cultural quanto social.

Beghtol (2005) apresenta os conceitos de garantia e hospitalidade cultura. Tais termos, de acordo com a autora poderiam atuar na estrutura teórica dos aspectos éticos, no que tange os sistemas de representação e organização do conhecimento.

Na visão de Beghtol (2005) o termo garantia cultural poder compreendido como sendo:

[...] culturas pessoais e profissionais dos pesquisadores de informação e dos profissionais da informação garantem o estabelecimento de campos, termos, categorias ou classes apropriadas em um sistema de representação e organização do conhecimento.

Verifica-se de forma eminente a inquietação da Beghtol (2005) no que tange os TICs, uma vez que apresenta que o aspecto cultural está para com o usuário do sistema de informação e que este pode ser dotado de uma cultura ampla. Logo, “Um sistema que não tenha sido estabelecido em uma garantia cultural não será adotada para pesquisa da informação e recuperação, porque o requerente da informação vai achar que não combina com a visão aceita de como o mundo funciona” (BEGHTOL, 2005, p. 904).

Quanto ao termo hospitalidade cultural, esse está para com a classificação, no sentido que essa possa interligar novos termo ou conceitos que sejam oportunos aos conceitos antigos, de modo a estabelecer uma relação coesas entre estes. Isto iria proporcionar “um sistema de apresentação e organização do conhecimento “ideal”, posto que busca acomodar as diferentes culturas e refletir de forma apropriada qualquer indivíduo, ou grupo ou comunidade” (BEGHTOL, 2005, p. 905).

Para Beghtol (2005) o profissional da CI ao representar a informação deve levar em conta os aspectos locais, como: indivíduo, grupo ou comunidade, ou seja, como autora mesmo coloca seria olhar de forma empírica as realidades culturais, saber o que há entorno daquele tratamento da informação e assim ter como base estes dois

aspectos éticos: garantia e hospitalidade cultural na organização e representação da informação.

Coadunando dos autores supracitados Garcia Gutiérrez (2002) traz para organização do conhecimento e representação da informação a abordagem dos termos multiculturalismo ou pluralismo cultural, onde o mesmo reconhece a dificuldade que se tem em conceituar o termo cultura, uma vez que o autor reconhece que “todo sujeito epistêmico é anteriormente um ator cultural” (p. 559).

Para Garcia Gutiérrez (2002) a organização da informação permanece em desvantagem, visto que busca resumir as realidades culturais, ao invés de buscar juntos uma ética transcultural que pudesse apoiar de forma legítima o construção de uma memória coletiva, em que se utiliza-se categorias transcultural admissível, bem como um conjunto de regras que possibilitaria identificar os preconceitos, seja eles: raciais, étnicos, de gêneros dentre outros.

Partindo desta perspectiva social cultural, Garcia Gutiérrez (2002) expõem que deve-se ter uma aproximação da organização do conhecimento com os elementos éticos e técnicos, cujo intuito estaria para com abordagem do quadro social de princípios epistemológicos, em que os enunciados deônticos fossem observados, como: “Nenhum discurso prevalecerá sobre os outros; nenhum processo de cognição prevalecerá sobre os outros, Nenhuma cultura prevalecerá sobre as outras, Nenhum usuário terá privilégio sobre os outros, dentre outros” (p. 521).

Com a colocação de Garcia Gutiérrez (2002) entendesse que, com estes aspectos o usuário seja de qual cultura for conseguiria ter acesso à informação por meio de representações que fizessem o sentir compreendido como indivíduo, grupo e sociedade.

Da mesma maneira que Berman (1991); Olson (2002) e Beghtol (2005) colocam a preocupação das escolhas dos termos elegidos para representação da informação, já que a visão de mundo varia de indivíduo para indivíduo, bem como não existe uma homogeneização cultural, já que está se diversifica demograficamente.

Logo, Guimarães; Milani; Pinho (2008) Guimarães; Pinho (2007) e Milani; Guimarães (2017) trazem a ética para organização e representação do conhecimento com foco na não - neutralidade do sujeito (profissional) e o seu inegável dano causado para o usuário.

Os referidos autores, apresentam ainda que organização e representação do conhecimento não se devem restringir somente a questão do conteúdo, já que a

representação no decurso de sua atividade tem como objetivo disponibilizar a informação para todos os tipos de usuários (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008).

Guimarães; Milani; Pinho (2008) bem como Beghtol (2005) destacam que, as representações devem contemplar as realidades, pois caso ocorra uma “má representação” isto irá afastar os usuários do sistema de informação, demonstrando que “além de não ter cumprido sua função, terá desrespeitado valores e direitos morais desse público” (GUIMARÃES; MILANI; PINHO, 2008, p. 132).

Compreende-se finalmente que Berman (1993); Olson (2001, 2002); Beghtol (2005); Garcia Gutierrez (2002) e Guimarães; Milani; Pinho (2008), tais autores buscam evidenciar as dificuldades que pairam sobre a organização e representação do conhecimento no que tange a ética e seus aspectos, bem como também deixam o profissional da CI cauteloso sobre os riscos eminentes da representação da informação, uma vez que está pode agregar como segregar, tanto indivíduos quanto grupos sociais.

### 3.2.1. OS ASPECTOS ÉTICOS NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO SOBRE A DESCRIÇÃO.

*"Archives constitute the memory of nations and societies, shape their identity and are a cornerstone of the information society. By providing evidence of activities and decisions they provide continuity to organizations and justification of their rights, as well as those of individuals and states. By guaranteeing citizens' right of access to official information and to knowledge of their history, archives are fundamental to democracy, accountability and good governance".*

*International Council on Archives<sup>55</sup> (2012, p. 1-2)*

A Ética no contexto da organização e representação do conhecimento arquivístico, está para com o documento de arquivo e o seu contexto. No que diz

---

<sup>55</sup> [https://www.ica.org/sites/default/files/constitution\\_2012\\_en\\_final\\_2016\\_visual\\_identity.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/constitution_2012_en_final_2016_visual_identity.pdf)

respeito a representação, esta interage de forma intrínseca com a identidade tanto cultural quanto social, levando em consideração a localização onde o arquivo estiver custodiado.

O documento de arquivo é elaborado por meio de uma determinada ação humana, dentro de um contexto específico buscando cumprir uma atividade, logo o contexto de sua elaboração permite que se observe as idiossincrasias do documento de arquivo, o tornado único para com o quem elaborou.

Para Grenne (2009), os documentos de arquivos desempenham um papel fundamental para com a sociedade democrática, pois podem ser percebidos os aspectos éticos tanto das instituições públicas quanto privadas, ou indivíduo, uma vez que “ [...] [os documentos de] arquivos são capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, localidade, história, cultura, e uma memória pessoal e coletiva” (COOK, 2001).

Segundo ainda Grenne (2009) os arquivistas preservam o documento de arquivo para torná-lo acessível como fonte de informação. Desta forma, a descrição deve ser consciente, pois o arquivista tem que ter claro o seu papel de mediador, cujo desígnio é levar para o usuário significados coeso e coerentes por meio da representação.

A representação do conhecimento arquivístico por meio da descrição dos documentos de arquivo, devem ser tratadas tendo como respaldo o código de ética da área, que apresenta pontos que buscam amparo o fazer do profissional arquivista em sua atuação.

Logo, o código de ética internacional cunhado pela Conselho internacional de Arquivo - ICA em 1996, enfatiza como deve ocorrer a atuação do profissional Arquivista em seu ambiente profissional, tendo como embasamento 10 pontos centrados *no como, o por quê e o para que fazer*, como pode ser notado no **Quadro 21**.

**Quadro 21** - Código de Ética da atuação do Arquivista

Princípio profissional	Conduta e valores
1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.	O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância. No cumprimento desse dever, eles consideram os direitos, algumas vezes discordantes, e os interesses de seus empregadores, dos proprietários, das pessoas citadas nos

Princípio profissional	Conduta e valores
	documentos e dos usuários, passados, presentes e futuros. A objetividade e a imparcialidade dos arquivistas permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo. Os arquivistas resistem a toda pressão, venha ela de onde vier, visando manipular os testemunhos, assim como dissimular ou deformar os fatos.
2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais	Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidos. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas ao seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os meios de tornar os documentos acessíveis. Os arquivistas fazem a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativas e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. Os arquivistas têm uma política de aquisição de documentos conforme os objetivos e os recursos de suas instituições. Eles não buscam ou não aceitam aquisições, quando elas se constituem em perigo para a integridade ou a segurança dos documentos; eles se dispõem a cooperar para que os documentos sejam conservados nos serviços mais adequados. Os arquivistas favorecem o retomo dos arquivos públicos a seus países de origem, quando eles tenham sido sequestrados em tempo de guerra ou de ocupação.
3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.	Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa. Se eles devem proceder a amostragens, eles fundamentam sua decisão sobre métodos e critérios seriamente estabelecidos. A substituição dos originais por outros suportes é decidida considerando-se seus valores legais, intrínsecos e de informação. Quando os documentos excluídos da consulta tenham sido retirados momentaneamente do dossiê, o usuário deve ser notificado.



Princípio profissional	Conduta e valores
<p>4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.</p>	<p>Os arquivistas dirigem sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados, prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou, mas igualmente em função dos interesses evolutivos da pesquisa histórica. Os arquivistas têm consciência de que a aquisição de documentos de origem duvidosa, mesmo de grande interesse, é de natureza a encorajar um comércio ilegal. Eles prestam sua colaboração a seus colegas e aos serviços pertinentes para a identificação e a procura das pessoas suspeitas de roubos de documentos de arquivos.</p>
<p>5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.</p>	<p>Os arquivistas se preocupam não somente com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento eletrônico, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente. Os arquivistas, quando negociam com os serviços responsáveis pela guarda ou com os proprietários de documentos, fundamentam sua decisão, em tal circunstância, considerando os seguintes elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento: direitos de reprodução e condições de acessibilidade. Eles guardam um registro escrito de entrada de documentos, de sua conservação e de seu tratamento.</p>
<p>6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.</p>	<p>Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos adaptados às exigências, para a totalidade dos fundos que têm sob sua guarda. Em todas as circunstâncias, eles oferecem pareceres com imparcialidade e utilizam os recursos disponíveis para fornecer uma série de opiniões equilibradas. Os arquivistas respondem com cortesia, e com a preocupação de ajudar, a todas as pesquisas razoáveis referentes aos documentos dos quais eles garantem a conservação e encorajam sua utilização em grande número, dentro dos limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, o respeito à legislação com à regulamentação, aos direitos dos indivíduos e aos acordos com os doadores. Eles definem as restrições aos usuários eventuais e as aplicam com equidade. Os arquivistas desencorajam as limitações de acesso e de utilização dos documentos quando elas não são razoáveis, mas podem aceitar ou sugerir restrições claramente definidas e de uma duração limitada quando elas são a condição de uma aquisição. Eles observam fielmente e aplicam com imparcialidade todos os acordos firmados no momento de uma aquisição, mas, no</p>

Princípio profissional	Conduta e valores
	interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam.
7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada	Os arquivistas se preocupam para que a vida das pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, sejam protegidas, sem que haja necessidade de se destruir as informações, sobretudo no caso dos arquivos informatizados, onde os dados podem ser deletados e novos dados inseridos, como é prática corrente. Os arquivistas defendem o respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos.
8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.	Os arquivistas se abstêm de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade. Os arquivistas não tiram de suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem que possa resultar em detrimento das instituições, dos usuários e de seus colegas. Os arquivistas não colecionam pessoalmente documentos originais nem participam de um comércio de documentos em sua área de jurisdição. Eles evitam as atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses. Os arquivistas podem explorar os fundos arquivísticos de sua instituição para fins de pesquisa e de publicações pessoais, desde que tal trabalho seja conduzido de acordo com as mesmas regras impostas aos demais usuários. Eles não revelam nem utilizam, nos fundos arquivísticos, onde o acesso é limitado, as informações obtidas em seus trabalhos. Eles não permitem que suas pesquisas pessoais ou suas publicações interfiram com as tarefas profissionais ou administrativas para as quais foram contratados. No que concerne à exploração de seus fundos arquivísticos, os arquivistas não utilizam seu conhecimento das descobertas feitas por um pesquisador, ainda não publicadas por ele, sem adverti-lo de sua intenção de tirar partido delas. Os arquivistas podem criticar e comentar os trabalhos afins a suas áreas de pesquisa, aí compreendidos os trabalhos baseados nos fundos que se acham sob sua guarda. Os arquivistas não permitem a pessoas estranhas à sua profissão interferirem em suas práticas e obrigações.
9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de	Os arquivistas se esforçam para desenvolver seu saber profissional e seus conhecimentos técnicos e contribuir para o progresso da Arquivologia, zelando para que as pessoas, cuja formação e orientação estejam sob sua responsabilidade, exerçam suas tarefas com competência

Princípio profissional	Conduta e valores
suas pesquisas e de sua experiência.	
10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.	Os arquivistas procuram estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional. Os arquivistas cooperam com os representantes das profissões paralelas dentro de um espírito de respeito e de compreensão mútua.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de *International Council on Archives* (1996)

Posto isto, observa-se que o código de ética (1996) internacional proposta pelo ICA está voltado atuação da Arquivística, trazendo em seu contexto elementos que estão direcionados a justiça social, de modo a prover o arquivista como agente social, que por meio do tratamento informação com base na organização e representação do conhecimento dispõe está a sociedade, que ao ser tratada vós permite: disseminar, dar acesso e ser utilizada pelo indivíduo em sua sociedade.

Além disso, código de ética internacional (1996) ressalta que todo e qualquer decisão vinda da atuação do Arquivista têm que abranger um todo, e não direcionada a uma minoria, bem como os usuários devem estar por dentro das deliberações realizadas.

Benedict (2003) demonstra que, o código de ética de uma determinada área do conhecimento profissional tem como intuito uma função pública, bem como conduzir seus praticantes. Este segue ainda compactuando com o público, uma vez que a sua utilização tem como objetivo os aspectos delineados pela profissão que o utiliza seguindo por um bem maior para sociedade, bem como sua elaboração busca delimitar padrões morais para com a profissão, de modo a instituir fronteira com limites aceitáveis de condutas para a atuação do profissional.

Para Cox (2006, p. 04 - 09) a ética pode ser evidência sobre a disponibilidade do documento de arquivo no que tange aos usuários da informação. Sendo assim, o código de ética não se deve limitar apenas ao campo de ação, no que se refere ao: empregador, produtor, usuário ou profissional, este deve abranger todos os indivíduos que se envolvem com o processo em si.

Danielson (2010, p. 308) coloca ainda que “A ética profissional não oferece respostas fáceis, como a maioria de nós aprende rapidamente: não há princípios estabelecidos e muitas vezes estamos presos entre obrigações para os empregadores

e para a sociedade”. A autora expõe também que, os códigos de éticas devem revistos e reformulado segundo um espaço e tempo, com intuito de se manter atualizado.

Contudo, vale que ressaltar que o termo “imparcialidade” expressado no conteúdo do código de ética do ICA, não condiz com o que estamos apresentando nesta pesquisa, como bem coloca Gilliland (2011, p. 196) “o tributos de neutralidade como é comumente definido na sociedade, e incluem imparcialidade, tolerância, não - alinhamento e objetividade, e é a essas qualidades de neutralidade que o Código de Ética do *International Council on Archives* (ICA)”.

Tal aspecto se dá por ser um termo um tanto quanto positivista, por não levar em conta que o profissional arquivista, como ser humano é munido de visões de mundo dentro da sociedade, seja pessoal ou profissional.

Isto ocorre uma vez que, de acordo com Schwartz e Cook (2002, p. 09) por muito tempo “a falta de questionamento é perigosa porque suporta implicitamente mito arquivístico da neutralidade e objetividade, e assim sanciona a já forte predileção de arquivos e arquivistas em documentar principalmente a cultura dominante e os poderosos criadores de registros”.

Observa-se que o código de ética do ICA abrange todo o profissional do arquivista, com intuito de apresentar condutas aceitáveis para tomada de decisão, que tem como objetivo o bem comum de todos que fazem uso da informação do documento de arquivo.

#### **4. PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO NA DESCRIÇÃO.**

Anteriormente, apresentou-se os referenciais teóricos que foram identificados no levantamento bibliográfico por meio da exploração da temática desta pesquisa, cujo propósito é demonstrar Ato Narrativo e Ética como aspectos inerentes à Descrição do Documento de Arquivo, de modo a expor subsídios que auxiliassem na compreensão da subjetividade sobre esse processo promovido pelo arquivista.

Ao se partir do pressuposto que todo documento de arquivo demonstra um ato de poder, e que toda e qualquer representação do conhecimento arquivístico é um ato de poder que pode agregar como segregar o indivíduo na sociedade, além do mesmo ser utilizado como justiça social e identidade, uma vez que o documento de arquivo é o indício e a manifestação do ato de poder, pois refletem as relações interpessoais que antecedem sua elaboração.

Assim, o propósito deste capítulo é demonstrar as interlocuções entre: Ato narrativo e a ética na Descrição do Documento de Arquivo, de forma que se possa visualizar e abranger os indícios de subjetividade sobre a Descrição do Documento de Arquivo.

Em um primeiro momento, discute-se os elementos estruturais do texto do documento de Arquivo partindo dos tipos textuais e suas marcas.

A seguir correlaciona ato narrativo à Descrição do Documento de Arquivo, com propósito de demonstrar a desconstrução textual por parte da descrição e o ato narrativo na (re)construção textual desta descrição.

De modo a complementar a desconstrução e construção textual por meio da Descrição do Documento de Arquivo, busca-se evidenciar os aspectos éticos neste processo descritivo de (re)construção textual.

Desta forma , apresenta-se a descrição realizada por meio do ICA - Atom de maneira que fosse possível visualizar todos os aspectos apresentado, tais como o ato narrativo e a ética, na desconstrução textual e a (re)construção por intermédio da descrição.

#### 4.1. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO TEXTO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

Como observado no decorrer dessa pesquisa o documento de arquivo ao ser visto como um gênero textual elaborado como respaldo à manifestação da ação humana, em que a sua materialização ocorre por meio da escrita na construção textual dos atos realizados.

Por esse motivo o documento de arquivo de gênero do tipo textual contém propriedades sociocomunicativas no que tange ao sistema linguístico, cujo intuito é possibilitar a comunicação em um determinado contexto cultural, considerando que o texto é entendido pelos linguistas como uma unidade comunicativa.

Logo, a elaboração do Documento de Arquivo do tipo textual deve ser dotado de coerência e coesão, no que se refere à coerência, essa se relacionaria aos elementos refletidos na mente do interlocutor vinculando sentidos para que o texto possa ser interpretado. Quanto à coesão, consiste em entender como os elementos linguísticos se relacionam de modo harmônicos para acarretar sentidos tais como os de temporalidade e causalidade dentre outros. (KOCH; TRAVAGLIA, 1992, p. 41).

O documento de arquivo tipo textual deve conter em sua elaboração textualidade (amarração) textual, tendo como base os aspectos de Intencionalidade; Aceitabilidade; Situacionalidade; Informatividade e Intertextualidade (**Quadro 17**) porque são essas progressões textuais que permitem que o texto tenha estruturas que agenciam o seu sentido, designando conexão entre o leitor e o produtor da manifestação linguística (KOCH; TRAVAGLIA, 1992, p. 41; KOCH, 2010)

Diante disso, o documento de arquivo como um gênero do tipo textual é um ato de comunicação advindo das relações humanas, do qual a sua leitura perpassa não tão somente por elementos linguísticos, mas também pela visão de mundo de cada leitor que se propõe a interpretá-lo, de maneira a denotar – o produtor – o texto – o receptor – o contexto (bem como elementos externos à linguagem), assim como a interação entre esses atores (escritor - leitor - ouvinte) (KOCH, 1997).

Assim, a comunicação humana ocorre por meio do texto, nesse caso o documento de arquivo como gênero textual, tendo como desígnio manifestar de forma “material concreta” a linguagem dos falantes que advém das relações humanas e interpessoais que são estabelecida dentro de um contexto de âmbito social por meio das relações interpessoais (MARCUSHI, 2012).

Por esse motivo os documentos de arquivo como gênero do tipo textual podem variar de acordo com o seu contexto de elaboração, o que irá se refletir na sua estrutura, já que esse busca cumprir uma função dentro do contexto conveniente ao texto por meio de suas marcações, se apresentando assim, como gênero textual da função sociocomunicativa própria por intermédio dos elementos formais da estrutura desse (KOCH, 2009; TRAVAGLIA, 1991).

Desta maneira, o gênero do documento de arquivo se modifica e se adapta de acordo com o seu contexto de elaboração, bem como também os seus tipos textuais que são oito conforme apresentado no **Quadro 19**.

No entanto, para relacionar os tipos textuais ao documento de arquivo como gênero optou-se por seis que se correlacionam com os aspectos desse e que podem variar entre Descritivo; Injuntivo, Dissertativo; Narrativo; Argumentativo; Preditivo. Uma vez que os tipos textuais estão correlacionados a forma de como o texto se apresenta na sua construção por meio de sua marcação, como apresentado no **Quadro 22**.

**Quadro 22** - Tipos textuais e a sua relação para com o Documento de Arquivo como gênero.

<b>Tipos/Tipologia</b>	<b>Traços dos tipos</b>	<b>Exemplo dos traços dos tipos textuais (Linguística) em documentos de arquivo gênero textual (Arquivologia).</b>
<b>Descritivo</b>	Caracteriza-se por descrever o Objeto, podendo ser entendido como qualquer coisa: pessoa, lugar, situação, dentre outros.	Registro Funcional <sup>56</sup> ; Razão de Compensação <sup>57</sup> ; Inventário de bens <sup>58</sup> . Certidão de óbito <sup>59</sup> , Nota Fiscal de compra <sup>60</sup> .
<b>Dissertativo</b>	Caracteriza-se por exposição, análise e reflexão de ideias	Relatório <sup>61</sup> de contas;

<sup>56</sup> Carteira de identificação funcional, que pode ser válida no território Nacional.

<sup>57</sup> Livro Contábil.

<sup>58</sup> Rol de bens, ou de itens.

<sup>59</sup> Um documento cujo conteúdo é extraído do assento de óbito lavrado em um livro depositado aos cuidados de um cartório de Registro Civil.

<sup>60</sup> É um recibo obrigatório após qualquer transação de venda de produtos ou serviços

<sup>61</sup> “Exposição de ocorrências, de fatos de despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos a autoridade superior” (SAUSP, p. 39, 1997)

Tipos/Tipologia	Traços dos tipos	Exemplo dos traços dos tipos textuais (Linguística) em documentos de arquivo gênero textual (Arquivologia).
<b>Injuntivo</b>	Caracteriza-se por apresentar ações e explicar como serão realizadas.	Manual <sup>62</sup> de serviço; Manual <sup>63</sup> de procedimentos técnicos; Ordem <sup>64</sup> de Serviço.
<b>Narrativo</b>	Caracteriza-se por contar ações, fatos, acontecimentos ou fenômenos	Ata <sup>65</sup> de reunião colegiada; Boletim <sup>66</sup> de Ocorrência.
<b>Argumentativo</b>	Caracteriza-se por expor ou convencer sobre um determinado fato.	Processo <sup>67</sup> de compra; Parecer <sup>68</sup> técnico, Parecer Jurídico
<b>Preditivo</b>	Caracteriza-se por premeditar algum fato.	Relatório <sup>69</sup> de auditoria; Relatório de estoque. Relatório de Orçamento. Relatório de Planejamento

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de TRAVAGLIA, L. C (2007; 2012)

No **Quadro 22** pode-se observar que o documento de arquivo como gênero textual reflete uma unidade linguística (texto) específica derivada de uma atividade sociocomunicativa humana, apresentando uma ação linguística. Logo, sua espécie se caracteriza pelos aspetos formais e pela estrutura do conteúdo (TRAVAGLIA, 2012).

Neste sentido os documentos de arquivo de gênero textual trazem em seu conteúdo os tipos textuais exemplificados no **Quadro 22**, no entanto, os tipos textuais podem variar de acordo com o seu contexto de elaboração.

No que tange ao *gênero* no domínio da linguística está ligado aos aspectos sociocomunicativos específicos das relações interpessoais, que evidenciam as ações linguísticas da sociedade. A *espécie* se caracteriza pelos elementos formais de sua

<sup>62</sup> “Publicação contendo normas a serem seguidas no cumprimento das rotinas e atividades de um órgão ou de uma área” (SAUSP, p. 25, 1997) esta definição vale também para o Manual de Procedimentos técnicos.

<sup>63</sup> “Determinação técnica ou administrativa expedida por escrito por autoridade dirigida a responsáveis por obras ou serviços” (SAUSP, p. 28, 1997).

<sup>64</sup> Determinação administrativa expedida por escrito por autoridade para pagamento de bens e serviços

<sup>65</sup> Relato circunstanciado das ocorrências, resoluções e decisões de reuniões, assembleias, eleições ou sessões de colegiados (SAUSP, p. 02, 1997).

<sup>66</sup> É um registro utilizado pelas polícias para ocorrência de um delito.

<sup>67</sup> “Conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial, que constitui uma unidade de arquivamento unidade de arquivamento unidade de arquivamento unidade de arquivamento” (Arquivo Nacional (Brasil), p. 138, 2005).

<sup>68</sup> “Opinião técnica ou jurídica sobre determinado assunto, servindo de base para decisão” (SAUSP, p. 29, 1997) que serve também para o parecer jurídico.

<sup>69</sup> “Exposição de ocorrências, de fatos de despesas, de transações ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos a autoridade superior” (SAUSP, p. 39, 1997), tal definição vale para os outros: Relatório de estoque. Relatório de Orçamento. Relatório de Planejamento.



estrutura. Em relação ao *tipo/tipologia* no texto, esse segue as marcações de sua peculiaridade, interação e interlocução. Consequentemente, os tipos e as espécies colaboram para compor o gênero textual.

Contudo destaca-se que um texto pode ter uma marcação de interação dominante estabelecida por meio do tipo, mas isso não impede que haja outras marcações nesse como coloca o autor Travaglia (p. 42, 2007), ao apresentar que os tipos podem:

**se cruzar ou fundir**, quando um gênero apresenta característica de um ou mais tipos simultaneamente [...]

**se conjugar**, quando os tipos aparecem lado a lado na composição do gênero [...]

**se intercambiar**, por meio da interação em que se espera um tipo ou gênero, tendo em vista o modo de interação que se estabelece e que exigiria uma dada categoria de texto, ocorre outra categoria [...] (grifo do autor)

Como exposto por Travaglia (2007), entende-se que os tipos/tipologia variam e incidirão sobre a espécie por meio da sua estrutura formal, moldando assim o gênero textual que advém dos aspectos sociocomunicativos.

De acordo ainda com Travaglia (1991) dificilmente se têm tipos puros e que esporadicamente o são, já que ao se retroceder ao texto deve-se ponderar os enunciados e discursos, posto que no texto os discursos sucedem de modo variados, assim os tipos se apresenta por meio dos traços relacionado a interação e interlocução.

O documento de arquivo ao ser compreendido como um gênero do tipo textual como colocado nessa pesquisa, o compreende também como sendo um ato sociocomunicativo.

Faz-se necessário além disto, compreender como os termos: *tipo*, *espécie* e *gênero*, são abordados terminologicamente no âmbito da Arquivologia. Tais termos são evidenciados no **Quadro 23**

**Quadro 23** - Aspectos terminológicos dos termos: gênero; tipo e espécie para Arquivologia

Termos	Conceitos Terminológicos
<b>Gênero Documental</b>	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo (CAMARGO; BELLOTTO, p. 41, 1996.).

Termos	Conceitos Terminológicos
<b>Tipo documental</b>	Divisão de espécie que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, p. 163, 2005)
	“Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.” (CAMARGO; BELLOTTO, p. 74, 1996.).
<b>Espécie documental</b>	Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório. (Dicionário de Terminologia Arquivística, p. 85, 2005)
	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações (1) nele contidas. Exemplos: ata, boletim, certidão, declaração, relatório.” (CAMARGO; BELLOTTO, p. 34, 1996.)

**Fonte:** Elaborado pelo autor, adaptado de Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005; CAMARGO; BELLOTTO, 1996.

No que pode ser observado no **Quadro 23** os termos em questão associados à área da Arquivologia tem os seguintes sentidos: o *gênero* com acréscimo do termo documental estaria para com a configuração que o documento de arquivo assume ao ser elaborado dentro de um contexto, como também seus caracteres, formato (aspectos físicos de um suporte) e suporte (material em que as informações são registradas).

O *tipo* com o termo documental está relacionado com a composição da *espécie documental* de acordo com a sua disposição para com o seu contexto de elaboração, isto é , a *espécie documental* se correlacionado para com o *gênero documental* e ao *tipo documental* por meio de sua configuração.

Percebe-se dessa forma que cada área do conhecimento, tanto Arquivologia quanto a Linguística têm seus aspectos e abordagem sobre os termos: *tipo*, *espécie* e *gênero*. Contudo, atenta-se da mesma forma que alguns desses aspectos coincidem em ambas as áreas, demonstrando assim uma interlocução entre essas, que pode ser vista no **Quadro 24**.

**Quadro 24** - Aspectos de interlocução entre os gêneros e as tipologias textuais, para com a estrutura do documento de arquivo textual.

Termos	Linguística Textual	Arquivologia
<b>Tipo</b>	Está para como ocorre as propriedades linguísticas por	Está correlacionada com a configuração assumida pela

<b>Termos</b>	<b>Linguística Textual</b>	<b>Arquivologia</b>
<b>e</b> <b>Tipo Documental</b>	meio de suas sequências de enunciados, que abrange os elementos lexicais, sintáticos, relações lógicas e tempo verbal.	espécie documental de acordo com o contexto de elaboração.
<b>Gênero</b> <b>e</b> <b>Gênero Documental</b>	É caracterizado pela função sociocomunicativa específica.	É caracterizado pelo suporte e formato, e pelos sistema de Linguísticos
<b>Espécie</b> <b>e</b> <b>Espécie Documental</b>	Aspecto estrutural formal que assume o gênero e o tipo que circulam na sociedade.	Aspecto que assume o documento de acordo com a informação contida em seu conteúdo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

No que se refere ao **Quadro 24**, as interlocuções entre a Linguística textual por meio dos gêneros, espécie e tipos, para com o Documento de Arquivo ocorre em um primeiro momento por esse estar associado a uma função sociocomunicativa estabelecida dentro de um contexto, de onde procede a sua elaboração.

Em relação ao *tipo* em ambas há uma semelhança, a qual se aborda aqui: na Linguística textual o *Tipo* está associado a forma de como o texto se apresenta, podendo alternar entre: Descritivo; Dissertativo; Injuntivo; Narrativo; Argumentativo e Preditivo. Na Arquivologia o *Tipo Documental* está para como o conteúdo por meio dos caracteres/elementos que se faz presente na elaboração do documento, podendo variar: Ata de Reunião, Nota Fiscal de Compra e Certidão de Nascimento, dentre outros.

Assim o *tipo* nas duas áreas do conhecimento se diversifica de acordo com o contexto de elaboração sociocomunicativo, apresentando marcações que faz com que tenha peculiaridade de interação (língua/fala) e interlocução (discurso).

No que diz respeito ao *gênero* a Linguística textual é caracterizado pela função sociocomunicativa das relações interpessoais que faz com que esse se molde a elas, para que aja à ação linguística da sociedade. Agora o termo *Gênero documental* na Arquivologia se caracteriza pelo suporte e formato

O termo *Gênero* para ambas se relaciona com o formato e ao aspectos sociocomunicativos, para Arquivologia como: Documento textual; Documento audiovisual e Documento iconográfico, dentre outros, e ao aspecto sociocomunicativo. Na linguística está como formato sociocomunicativo do gênero como: carta; jornal, biografia e manuais de instrução, dentre outros.

Quanto à *espécie*, para ambas estão relacionado ao conteúdo e seus aspectos formais de estrutura que se moldam tanto o *gênero* quanto o *tipo*, isso faz com que se possa discernir uma conta de energia de uma conta de luz, ou uma ata de um poema por meio desses aspectos formais de estrutura.

Verifica-se assim a relação entre os aspectos apresentando da Linguística Textual por meio dos termos: *tipo*, *gênero* e *espécie*, para com a estrutura do documento de arquivo como gênero sociocomunicativo que se sucede de relações interpessoais, como apresentado no **Quadro 22**.

#### 4.2. INTERLOCUÇÃO ENTRE O ATO NARRATIVO A DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

Como apresentado no subcapítulo anterior em que se considerou o documento de arquivo como um gênero textual sociocomunicativo oriundo das relações interpessoais que está associado a um tipo textual procedente de um contexto.

A narrativa é um dos tipos textuais que apresentam traço no documento de arquivo de modo a narrar ações e fatos, além de estabelecer tempo e lugar em consonância com o contexto de elaboração desse.

Logo as práticas com os traços narrativos acerca dos documentos de arquivos são reflexos sociocomunicativos de um determinado discurso na (re)construção das ações dos seres humanos de acordo com as suas atividades tanto institucionais quanto sociais.

O documento de arquivo ao ter como traço o tipo textual, a narrativa pode ser considerada como um gênero textual característico do cotidiano social, em que os fatos são reportados a identidade de uma sociedade por meio de suas ações.

Com isto observa-se que as narrativas contribuem para com os estudos históricos, sociológicos, dentre outros. Uma vez que não há no mundo povos sem narrativas que contextualizem os aspectos circunstanciais de tempo e lugar por meio dos registros oriundos de cada sociedade, seja por meio de documentos em suporte de papel, como dentre outros suportes para efetuar o registro (BARTHES, 1987)

Por conseguinte, o documento de arquivo como tipo textual narrativo se correlaciona ao Percurso Gerativo de Sentido derivado dos estudos de Fiorin (1999), em que o referido autor apresenta três patamares relativo à narrativa. No entanto,

nesta pesquisa serão utilizados somente dois patamares: as narrativas (mudança de um estado, que seria de conjunção ou disjunção) e as estruturas discursivas (envolvem as estruturas narrativas, por temas e figuras que complementam a estrutura abstrata das narrativas). A escolha desse aspectos se deram com intuito de modo a se aprofundar na estruturas narrativas do textos.

Ainda para Fiorin (1999) a narrativa traz consigo o ato de contar um fato que tenha um início e final por meio de sua sintaxe, essa está relacionada a duas categorias no que se referem os enunciados, sendo esses Enunciado de Estado (relação entre sujeito/objeto para com a disjunção e conjunção) e Enunciado de Fazer (demonstrar a transformação de um estado a outro).

Os enunciados seguem uma ordem de estado no que se refere ao fazer e ser, sendo estruturados de forma hierárquica por uma sequência canônica que busca esquematizar os indícios narrativos, que são: manipulação, competência, performance e sanção (FIORIN, 2000; TATIT, 2003).

Posto isto, no **Quadro 25** se apresenta a interlocução entre o ato narrativo e o documento de arquivo.

**Quadro 25** - Interlocução do ato narrativo para com a Descrição do Documento de Arquivo.

Percurso gerativo de Sentido		Documento de Arquivo
<i>Sequência canônica</i>	<i>Conceitos</i>	<i>Interlocuções para com o Percurso Gerativo de Sentido</i>
Manipulação	um sujeito sobre outro, como: tentação, Intimidação dentre outros.	O Documento de Arquivo é a manifestado pelo ato (ideias) para o qual foi elaborado
Competência	o sujeito realiza uma transformação central na narrativa	explana o ato para o qual esse foi elaborado, ou seja, as circunstâncias que esse tem de informar a todos aqueles que dele se ocupam. Bem como à autoridade nele expressada.
Performance	Fase transformação de mudança de um estado para outro	pode ser identificada por uma transformação que gera outros atos ao documento, podendo ser de conjunção ou disjunção sobre esse.
Sanção	A constatação da performance e distribuição dos prêmios e castigos	é constatação do que houve na Performance, isto é, a ocasião em que se expressa a desejo ou julgamento do ato do documento

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em Fiorin (2000, p. 22 - 23 - 24)

Observa-se no **Quadro 25** a interlocução ocorrente entre o documento de arquivo e a sequência canônica no que tange à questão do ato narrativo, demonstrando assim, elementos que podem ser visualizados na estrutura do documento de arquivo que o correlacionam ao tipo textual narrativo. Contudo, ressalta-se que a sequência canônica não tem uma estrutura definida, logo algumas das fases apresentadas podem se destacar mais que as outras, ou ser apenas pressuposições no nível narrativo.

Quanto ao nível discursivo busca-se enriquecer a narrativa por meio das opções dos sujeitos nas enunciações que o correlacionam ao discurso por intermédio dos temas (investimento semântico, de natureza puramente conceitual) e figuras (algo/coisa de mundo natural) que apresentam coerência interna ao texto, tendo como base a isotopia que é o traço semântico apresentado em um determinado texto.

Portanto ao trazer o ato narrativo no processo de descrição sobre o documento de arquivo, se faz necessário, em um primeiro momento, compreender o termo *ato narrativo* de forma a comportar dois conceitos, em que o termo *ato* está com sentido de ação realizada ou por fazer, seja em sua essência ou resultado. Já o *narrativo* está relacionado a contar histórias, sendo essas compartilhadas pela oralidade ou pela escrita.

Assim os enunciados da narrativa no âmbito do documento de arquivo estão para o discurso escrito que se apropria dos acontecimentos ou uma série deles, fazendo com que haja relação para com o espaço e tempo.

Logo o documento de arquivo ao ser colocado sob o método de descrição de seu conteúdo, perpassa pelas normas intencionais: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G) 1994); Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF) 1995); Norma Internacional para descrição de Funções (ISDF, 2007), e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) (2008).

Tais normas preestabelecem níveis indicativos de processo de análise que permitem identificar e extrair os elementos/caracteres do conteúdo textual do documento de arquivo, esta técnica que tem como respaldo a percepção intelectual (visão de mundo) do arquivista, cujo intuito é elaborar representações fidedignas a esse, que dialoguem para com o documento original que está sendo descrito.

A Descrição do Documento de Arquivo como sendo um processo intelectual e não tecnicista como alguns acreditam ser, contém alguns procedimentos, no qual a

primeira é a leitura realizada pelo arquivista, na qual busca identificar os elementos/caracteres que façam jus ao seu conteúdo.

O procedimento de leitura como colocado nesta pesquisa está para além dos elementos linguísticos contidos no texto, o arquivista ao se debruçar com a leitura sobre texto do documento de arquivo utiliza-se da sua visão de mundo (histórica - social - ideológica) como todo e qualquer leitor faz para interpretar, buscando evidenciar: o produtor - o texto - o receptor - o contexto.

A leitura que incide sobre o texto do documento de arquivo por meio da interpretação realizada pelo arquivista tendo base a sua visão de mundo (histórica - social - ideológica) busca explorar e compreender o seu contexto de elaboração, que irá se estender ao produtor, ou seja a quem o elaborou. Já o texto do documento de arquivo, seja esse elaborado em instituições privadas/públicas ou no âmbito social terão marcações próprias no que se refere ao gênero textual que irá o remeter ao seu produtor. Sendo assim é por meio do produtor e do texto que o receptor consegue ter pista dos sentidos atribuídos ao texto, de modo a fazer a assimilação do texto para o produtor de acordo com o contexto de elaboração.

A descrição do documento por meio do procedimento de leitura tem como intuito uma desconstrução do texto para uma reconstrução de um outro decorrente de referências analíticas/interpretativas que buscam eleger elementos/caracteres de seu conteúdo textual para a representação da informação.

É por este procedimento de leitura que podem vir a ocorrer “ressignificações” do documento de arquivo por meio de sua desconstrução textual para o processo de descrição, em que o arquivista, por sua visão de mundo (histórica - social - ideológica), identifica os elementos/caracteres para uma representação “nova” na reconstrução do texto do documento de arquivo, que será utilizada em instrumento de pesquisa, cuja finalidade é difundir a informação para os usuários.

Esta “nova” reconstrução textual em que se abarca os elementos/caracteres elegidos, evidenciam um “novo” ato narrativo partindo da perspectiva do arquivista para com o usuário do instrumento de pesquisa.

Uma vez que o Arquivista, ao ler o texto do documento de arquivo por meio de seus aspectos cognitivos, está narrando uma história por intermédio da síntese realizada como o processo de descrição.

#### 4.3. INTERSECÇÃO ENTRE A ÉTICA E A DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

Dialogando com tópico que antecede a esse ao recapitular a Descrição do Documento de Arquivo pode-se asseverar que o processo de descrição se utiliza de alguns procedimentos, no qual, um deles como colocado é a leitura que provém do cognitivo do profissional arquivista.

Pode-se entender pelo exposto que toda e qualquer representação realizada pela atuação do profissional arquivista está relacionada às questões cognitivas desse indivíduo, uma vez que se atenta que a ação interpretativa tem como fatores a visão de mundo de cada indivíduo.

Este fato coloca em voga o processo de representação da informação do documento de arquivo, que era visto até então, como sendo: tecnicista, neutro e objetivo. Aspectos esses que não se sustentam mais em razão que os processos de representações do documento de arquivo por mais que sigam procedimentos preestabelecidos para elaboração dos produtos utilizam-se do dinamismo cognitivo do arquivista em sua atuação profissional para com as interpretações dos fatos ocorrentes.

Essas interpretações são subjetivas e intercorrem do processo cognitivo do Arquivista como indivíduo social que carrega consigo sua visão de mundo, seja abordando questões Históricas; social e ideológica, questões essas que situam o seu lugar e a sua posição como indivíduo na sociedade.

De acordo com Cook (1998) ao se ter este entendimento sobre as funções arquivísticas o fazer profissional do arquivista sobre os processos e procedimentos para elaboração dos produtos que virão a servir como instrumentos de busca para a localização da informação, passam a ser percebidos não mais como um itinerário de reproduções tecnicistas da prática do fazer, mas sim, processos que buscam compreender o documento de arquivo como sendo o reflexo das relações de poderes e que não são armazenados de forma passiva, dado que os poderes são negociados tanto no âmbito institucional quanto social.

Esta visão posta sobre os processos de representações do documento de arquivo está correlacionada aos aspectos pós-modernistas evidenciados na literatura da área da Arquivologia, pelos autores: Cook (1994;1997; 1998; 2001); Harris (1997; 1998); Geoffrey You (2007); Ketelaar (2002); Nesmith (2002) dentre outros, em que



se apresentam um rompimento de paradigma para com os elementos advindo do positivismo que estariam ligados a neutralidade e passividade das técnicas que eram utilizadas para representações.

O pós-modernismo carrega consigo uma carga valorativa de incredulidade. No que tange a representação da informação do documento de arquivo por meio do processo de descrição convergindo com a concepção do pós-modernismo, este passa ser observado com um processo intelectual que busca contextualizar o documento de arquivo dentro de um espaço e tempo. Uma vez que, não se encontra interpretações/significados autônomas a experiência humana, pois as interpretações procuram replicar as demandas sociais ou culturais específicas, dentro de um espaço e tempo. (COOK, 1998; Yeo, 2007).

Neste contexto o documento de arquivo reflete a realidade de sua elaboração, sendo associado as ações tomadas, além de impulsionar pensamentos particulares e linguagem. Com isto a Descrição do Documento de Arquivo passa observar o contexto por trás do texto de modo a relatar o poder que apresentam haveres documental, que diz tanto quanto o conteúdo do texto. Demonstrando assim que “nada é neutro, nada é imparcial” (COOK, 1998).

Fica perceptível que a descrição, como um dos processos de representação do conteúdo informacional do documento de arquivo, não é neutra ou sequer objetiva, ao contrário, está impregnada de subjetividade advindo da visão de mundo do arquivista, que na sua atuação profissional se utiliza dos procedimentos para elaboração do produto em questão, o descritivo.

A Ética e a representação por meio da Descrição do Documento de Arquivo se interseccionam nesta pesquisa, ao se reconhecer o processo descritivo como não sendo neutro ou objetivo, mas um processo cognitivo que carrega valores do indivíduo em sua elaboração.

Busca-se assim na Ética referências que auxiliem na boa prática da representação descritiva do documento de arquivo por parte da atuação do profissional arquivista, ligado ao: como, por quê e para que fazer. De modo que o Arquivista tenha prognóstico na elaboração dos seus produtos, já que esses virão a ser utilizados como fonte de informação, e deverá levar aos usuários significados coesos e coerentes por meio da representação do conteúdo.

A atuação profissional do arquivista segue o código de ética apresentado pelo Conselho Internacional de Arquivo – CIA, que traz em seu conteúdo 10 princípios

profissionais correlacionados a conduta e valores, que concernem no fazer desse profissional. Logo, as funções do fazer arquivístico estão abarcadas pelo código de ética dessa área profissional, assim, por conseguinte, apresenta-se no **Quadro 26** a intersecção da ética ao processo de descritivo do documento de arquivo.

**Quadro 26** - Intersecção entre a Ética e a Descrição do Documento de Arquivo.

Ética	Representação Descritiva do documento de arquivo.	Intersecção da Ética e a Descrição
Envolve condutas e ações para o comportamento do indivíduo no âmbito profissional, a ética é proveniente das ponderações convencionadas pelas ações morais que busca estipular regras de convivência social. Sendo assim, a ética é um ramo da filosofia que busca compreender os aspectos da moral, relacionada a teoria do conhecimento ou ciência do comportamento.	São processos que contêm procedimentos que visam a elaboração de produtos que virão a ser utilizados como instrumentos de busca e localização da informação representada. A execução desses processos ocorre por meio da atuação profissional do arquivista mediante aplicação de seus aspectos cognitivos interpretativos sobre as normas internacionais e nacionais descritiva para a representação.	A convergência da ética para com os processos representativos descritivos do documento de arquivo decorre de modo a auxiliar o Arquivista em sua atuação profissional por meio do código de ética que traz diretrizes que buscam nortear o fazer desse profissional com direitos e deveres, o direito está relacionado a identidade do profissional, já os deveres visam cumprimento de condutas tanto morais quanto éticos.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base na literatura concatenada nesta pesquisa.

No **Quadro 26** a Ética no que se relaciona ao processo de Descrição do Documento de Arquivo, busca lembrar o arquivista sobre o cumprimento de seus direitos e deveres, dado que a intervenção descritiva acerca do documento procura auxiliar na mediação deste em instrumentos de busca para posterior localização.

A intervenção descritiva do profissional em questão transporta elementos cognitivos interpretativos e analíticos, no que tange a visão de mundo desse com o processo em si.

Logo, a Ética na atuação do profissional Arquivista busca auxiliar na compreensão de seus conceitos e preconceitos, de modo que esses não sejam reportados na descrição realizada, fazendo com que os aspectos de condutas moralmente aceitas em seu código de ética seja atendido.

Dentre as condutas moralmente aceitas com relação ao código de ética da atuação do profissional arquivista para com a representação descritiva: está a ponderação da linguagem utilizada; a integridade dos documentos para com o

contexto, de modo a garantir a fé do passado, além de se ter instrumentos coesos e coerentes com o conteúdo que foi descrito para proporcionar o acesso a seus usuários.

O Arquivista em sua atuação profissional desempenha um ato de poder ao fazer interpretações sobre os registros em sua custódia para os processos de representações descritivas, sejam essas: avaliação, classificação, descrição, dentre outros. Esse ato de poder na utilização dos processos de representações ocorre, visto que quem decide o que será e como representado é o arquivista este precisa saber “lidar com e contra esse poder (JIMERSON, 2007)”, sendo que o documento de arquivo não fala por si mesmo, mas por meio de muitas vozes, incluindo do Arquivista que busca auxiliar na memória social (HARRIS, 1997).

A ética busca auxiliar na Descrição do Documento de Arquivo ao lembrar o arquivista em sua atuação, que a informação em seu âmbito tanto institucional quanto social é para todos os usuários e não para si mesmo, ou classes de grupos dominantes. Além de deixar em evidência a sua responsabilidade nas ações tomadas sobre a representações realizadas, necessitando assim que, as suas ações sejam documentadas para uma eventual prestação de contas, tanto institucional quanto social.

Desta maneira a Ética procura mensurar a moralidade das ações e comportamentos, buscando auxiliar o Arquivista nas decisões sobre as representações descritivas, por mais que os arquivos continuem a serem locais de poder e opressão.

#### 4.4. APLICAÇÃO DA DESCRIÇÃO POR MEIO DO ICA - ATOM: E A SUA CORRELAÇÃO PARA COM O ATO NARRATIVO E A ÉTICA.

Observa-se que nos subcapítulos anteriores a este foram ponderadas algumas reflexões teóricas sobre o Ato Narrativo e a Ética no processo de Descrição do Documento de Arquivo. Já neste item buscou-se expor a correlação do processo de descrição para com as reflexões realizada por meio da aplicação da descrição no *software* ICA - AtoM.

Para o processo de descrição utilizou-se um dossiê que está vinculado ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Sede da Conferência Nacional dos Bispo do Brasil - Norte 2 (CNBB). Sendo assim, o **Quadro 27** apresenta a organização da unidade de descrição de acordo com os níveis descritivos.

**Quadro 27** - Nível da unidade de Descrição.

Nível	Conteúdo
Fundo	Comissão Pastoral da Terra (CPT – Norte 02) – Secretaria Regional de Belém do Pará/PA
Subfundo	Rio Maria / Pará.
Série Temática	Conflitos de terras na cidade de Rio Maria/PA
Tipo Documental	Dossiê Temático
Dossiê/Processo	Rio Maria e Xinguara/PA - Fazenda Canaã
Unidade Arquivamento	Pasta 6 de conflitos de Rio Maria/PA
Itens Documentais (que compõem o dossiê temático)	Escritura de imóvel, abaixo-assinados, cartas de solidariedade, cartas, declarações de trabalho, fichas de conflito, notas públicas de denúncia de deputados, igreja e sindicato dos trabalhadores rurais, boletim de ocorrências, ofícios, sentença judicial, reintegração de pose, depoimentos, interrogatórios, certidões, memorial descritivo, telegrama fonado, recortes de jornal, relatórios de conflito e demais documentos acumulados como forma de registro dos conflitos e violências vividas pela comunidade rural daquela região.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Ao exemplificar o **Quadro 27**, parte-se do termo fundo que está para com quem acumula ou elaborou o documento de arquivo, seja uma instituição ou pessoa. Com isto a Seção corresponde as subdivisões hierárquicas de que o elaborou e que reflete sobre a Série que são documentos de uma mesma atividade. Com isto, a elaboração do documento de arquivo, neste caso o Dossiê/Processo reflete esses termos em seu conteúdo e contexto de elaboração, de modo que se permite interligar esse aos níveis descritivos. O dossiê pode ser evidenciado como uma unidade documental ou conjunto, que apresenta documentos relacionados entre si de acordo com uma determinada atividade desenvolvida (CAMARGO e BELLOTTO, 1996; ARQUIVO NACIONAL, 2005.).

Contudo ressalta-se que, a Descrição do Documento de Arquivo na fase permanente perde alguns elementos de seus atributos no que se refere ao contexto, já que nesta fase se debruçar mais sobre o conteúdo do documento de arquivo para descrição. Em vista disso, faz-se necessário que o processo de descrição seja

aplicado em todas as fases documentais, de modo que em cada uma dessas fases se acrescente mais informações no que compete ao contexto e ao conteúdo, além de correlacioná-los entre si, ao invés de espera que o mesmo chegue a “fase” permanente.

Sendo assim, o Dossiê utilizado para descrição em questão é temático, e não tipológico, bem como, todos os itens documentais apresentado no **Quadro 27** o compõem. Além disso, ele é específico da cidade de Rio Maria e Xinguara/PA - Fazenda Canaã.

Segundo Harris (1997) o contexto é complexo e fluido, além de ser essencial a leitura do documento de arquivo. Sendo que é por meio do contexto que a leitura ocorre e promove a identificação das intervenções assim como interpretações. Com isto, vem a necessidade do Arquivista em sua atuação profissional ser um contextualizador, ou seja narrador.

De modo elucidar o processo de descrição e apresentar os subsídios que demonstram a subjetividade do ato interpretativo realizado pelo Arquivista sobre o documento de arquivo, bem como tal ato como aspecto de poder.

Buscou-se descrever de forma preliminar a Nível de Fundo, Subfundo, Série e Item, da Instituição: Comissão Pastoral da Terra - Região Norte 02, voltada a cidade de Rio Maria/Pará e aos conflitos de terra daquela região. Ressalta que a descrição ocorreu tendo o Arquivo da Comissão Pastoral da Terra - Norte de Belém com fundo.

Para isto utilizou-se o *Software* ICA-AtoM para se fazer a descrição dos níveis apresentados, a máquina virtual utilizada foi o AtoM 2.6.0<sup>70</sup> colocada em teste e para estudo, pelo grupo do diretório acadêmico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Federal Fluminense - Gestão Eletrônica de Documentos Arquivístico (GED/A) coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Flores.

A descrição realizada sobre o documento de arquivo seguiu os elementos proposto pelo Software ICA-AtoM que é baseado nas normas internacionais de descrição, como: ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDF; ISDIAH e RDDA/RDA. Sendo assim, o processo pode ser observado nas figuras a seguir, sendo: **Figura 04** - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição Institucional; **Figura 05** - Comissão Pastoral da

---

<sup>70</sup>FLORES, Daniel. **AtoM 2.6.0 (ICA-AtoM legacy) para seus testes e estudos - Grupo CNPq UFF Ged/A**. Disponível em: <http://documentosarquivisticosdigitais.blogspot.com/2019/10/arquivistas-liberamos-nossa-vm-maquina.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Fundo; **Figura 06** - Comissão Pastoral da Terra  
- Norte 2: Descrição em Nível de Subfundo; **Figura 07** - Comissão Pastoral da Terra  
- Norte 2: Descrição em Nível de Série e **Figura 08** - Comissão Pastoral da Terra –  
Norte 2: Descrição em Nível de Item.

**Figura 04 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição Institucional.**

**Comissão Pastoral da Terra - Norte 2**

Instituição arquivística > Comissão Pastoral da Terra - Norte 2

**Área de identificação**

Identificador	BR CPT CNBB N2
Forma autorizada do nome	Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
Forma(s) paralela(s) de nome	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - N2</li> <li>• Comissão Pastoral da Terra - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Norte 2</li> </ul>
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nacional</li> <li>• Regional</li> </ul>

**Área de contato**

Endereço	<p><b>Pe. Paulo Joanil da Silva</b>          Endereço:          Tv. Barão do Triunfo, 3151 Bairro: Marco          Localidade: Belém do Pará          Região: Pará          Nome do país: Brasil          CEP: 66093-050</p>
Telefone	(91) 99102 5489
E-mail	cptpacontabilidade@cnbbn2.org.br

**Área de descrição**

história	A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em Junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como ...
contexto cultural e geográfico	Objetivo da CPT está ligada à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua ...
Acervo	O Fundo da Comissão da Pastoral da Terra da Região Norte 02, contém documentos acumulados inicialmente década 1970 - até os dias atuais, já que são o documentos que remontam os conflitos relativo a terra.

**Área de acesso**

horário de funcionamento	8h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.
Condição de acesso e uso	Acesso aberto ao público em geral e especializado. Apresentação individual verbal no balcão de atendimento e informações gerais a respeito da motivação e o objeto da pesquisa.
Acessibilidade	O acesso ao espaço físico com restrição de mobilidade usuário de cadeiras de rodas exige. Sendo assim, é necessário contato prévio via telefone tendo em vista a necessidade de agendar facilitadores.

**Área de serviços**

serviços de pesquisa	Consulta presencial à itens e conjuntos documentais do acervo mediante delimitação tema ou especificação de objetos.
serviços de reprodução	Mediante autorização
Áreas públicas	Aos pesquisador contém acesso ao seguintes espaços: Sala de leitura e banheiro.

**Área de controle**

Identificador da instituição	BR CPT CNBB N2
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Mínimo
Datas de criação, revisão e eliminação	27/01/2020
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• português do Brasil</li> </ul>

**Pontos de acesso**

Pontos de acesso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura (Thematic area)</li> <li>• Ambiente (Thematic area)</li> <li>• Geografia (Thematic area)</li> <li>• Educação (Thematic area)</li> </ul>
------------------	--

**Área de Transferência**

[Adicionar](#)

**Contato principal**

Tv. Barão do Triunfo, 3151  
 Bairro: Marco  
 Belém do Pará, Pará  
 BR 66093-050

[E-mail](#)

Fonte: Print screen do programa AtoM, via máquina virtual do Grupo CNPq UFF Ged/A.

**Figura 05 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Fundo.**

Access to Memory UFF

atom Navegar Pesquisa Comissão Pastoral da Terra - Norte Q

Comissão Pastoral da Terra - Região Norte 2

### Fundos 2020-01-27/0 - Comissão Pastoral da Terra - Região 2 (Versão preliminar)

**Área de identificação**

Código de referência	BR BR CPT CNBB N2 2020-01-27/0
Título	Comissão Pastoral da Terra - Região 2
Data(s)	• 1970 (Produção)
Nível de descrição	Fundos
Dimensão e suporte	Textual: 100,3m

**Área de contextualização**

Nome do produtor	Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
Entidade custodiadora	Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
História do arquivo	A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como ...

**Área de conteúdo e estrutura**

Âmbito e conteúdo	Abaixo-assinados, cartas de solidariedade, cartas, declarações de trabalho escravo, fichas de conflito, fotografias, notas públicas de denúncia, ofícios, pastas de conflito, recortes de jornal, relatórios de conflito e demais documentos acumulados como ...
-------------------	--

**Área de condições de acesso e uso**

Condições de acesso	Acesso aberto ao público em geral e especializado. Apresentação individual verbal no balcão de atendimento e informações gerais a respeito da motivação e o objeto da pesquisa.
Condições de reprodução	Mediante autorização
Idioma do material	• português do Brasil

**Pontos de acesso**

Pontos de acesso de assunto	• Comissão Pastoral da terra
-----------------------------	------------------------------

**Área de controle da descrição**

Identificador da instituição	BR CPT CNBB N2
Regras ou convenções utilizadas	Conselho Internacional de Arquivos. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Mínimo
Datas de criação, revisão, eliminação	27/01/2020
Nota do arquivista	Arquivista responsável Gilberto Gomes Cândido

**Área de Transferência**

Adicionar

**Explorar**

Relatórios

Navegar como lista

Navegar pelos objetos digitais

**Importar**

XML

CSV

**Exportar**

Dublin Core 1.1 XML

EAD 2002 XML

**Instrumento de Pesquisa**

Upload

**Tasks**

Calcular datas

Last run: Never

**Assuntos relacionados**

Comissão Pastoral da terra

**Pessoas e organizações relacionadas**

Comissão Pastoral da Terra - Norte 2 (Produtor)

**Fonte:** Print screen do programa AtoM, via máquina virtual do Grupo CNPq UFF Ged/A.



**Figura 06 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Subfundo.**

The screenshot displays the AtoM interface for the subfund "Subfundos 2020-01-27/1 - Rio Maria / Pará. (Versão preliminar)". The interface includes a search bar, a navigation menu on the left, and a main content area with several sections:

- Área de identificação:**
  - Código de referência: BR BR CPT CNBB N2 2020-01-27/0-2020-01-27/1
  - Título: Rio Maria / Pará.
  - Data(s): 1970 - 1992 (Produção)
  - Nível de descrição: Subfundos
  - Dimensão e suporte: 6 pastas
- Área de contextualização:**
  - Nome do produtor: Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
  - Entidade custodiadora: Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
  - História do arquivo: Documentos relacionado a Cidade de Rio Maria, localizada em Belém do Pará. Os documentos retratam os conflitos de terra recorrente naquela região.
- Pontos de acesso:**
  - Pontos de acesso de assunto:
    - Terra
    - Comissão Pastoral da terra

On the right side, there are additional options: "Área de Transferência" (Adicionar), "Explorar" (Relatorios, Navegar como lista, Navegar pelos objetos digitais), "Importar" (XML, CSV), "Exportar" (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), "Instrumento de Pesquisa" (Upload), and "Tasks" (Calcular datas).

Fonte: Print screen do programa AtoM, via máquina virtual do Grupo CNPq UFF Ged/A.

**Figura 07 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Série.**

The screenshot displays the AtoM interface for the series "Séries 2020-01-27/2 - Conflitos de terra na cidade de Rio Maria/PA (Versão preliminar)". The interface includes a search bar, a navigation menu on the left, and a main content area with several sections:

- Área de identificação:**
  - Código de referência: BR BR CPT CNBB N2 2020-01-27/0-2020-01-27/1-2020-01-27/2
  - Título: Conflitos de terra na cidade de Rio Maria/PA
  - Data(s): 1980 - 1992 (Produção)
  - Nível de descrição: Séries
  - Dimensão e suporte: 5 pasta
- Área de contextualização:**
  - Nome do produtor: Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
  - Entidade custodiadora: Comissão Pastoral da Terra - Norte 2
  - História do arquivo: Rio Maria é uma cidade marcada pela morte de trabalhadores rurais no sul do Estado do Pará, sendo essa uma zona de conflito permanente entre trabalhadores sindicalistas, pistoleiros e fazendeiros em razão da terra, do trabalho e da exploração. Esse...
  - Procedência: Comissão pastoral da terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria
- Área de conteúdo e estrutura:**
  - Âmbito e conteúdo: Escritura de imóvel, abaixo-assinados, cartas de solidariedade, cartas, declarações de trabalho, fichas de conflito, notas públicas de denúncia de deputados, igreja e sindicato dos trabalhadores rurais, boletim de ocorrências, ofícios, sentença judicial, ...
- Área de condições de acesso e uso:**
  - Condições de acesso: Restrito, mediante a autorização.
  - Idioma do material: português do Brasil
- Pontos de acesso:**
  - Pontos de acesso de assunto:
    - Rio Maria
    - Belém do Pará
    - Sindicato Rural de Rio Maria
    - Marabá (PA)
    - João Canuto
    - Expedito Ribeiro de Souza
    - Paulo Canuto

On the right side, there are additional options: "Área de Transferência" (Adicionar), "Explorar" (Relatorios, Navegar como lista, Navegar pelos objetos digitais), "Importar" (XML, CSV), "Exportar" (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), "Instrumento de Pesquisa" (Upload), "Assuntos relacionados" (Rio Maria, Belém do Pará, Sindicato Rural de Rio Maria, Marabá (PA), João Canuto, Expedito Ribeiro de Souza, Paulo Canuto), and "Pessoas e organizações relacionadas" (Comissão Pastoral da Terra - Norte 2 (Produtor)).

Fonte: Print screen do programa AtoM, via máquina virtual do Grupo CNPq UFF Ged/A.

**Figura 08 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Item.**

Item 2020-01-28/3 - Escritura de Imóvel (Versão preliminar)

Comissão Pastoral da Terra - Região 2 > Rio Maria / Para > Conflitos de terra na cidade de Rio Mar... > Escritura de Imóvel

**Área de identificação**

Código de referência: BR BR CPT CNBB N2 2020-01-27/0-2020-01-27/1-2020-01-27/2-2020-01-28/3

Título: Escritura de Imóvel

Data(s): 1980 (Acumulação)

Nível de descrição: Item

Dimensão e suporte: 2 folhas A4

**Área de contextualização**

Nome do produtor: Cartório Silvano Santis - Marabá/PA

Entidade custodiadora: Comissão Pastoral da Terra - Norte 2

História do arquivo: Título de propriedade do imóvel da Fazenda Canaã, matriculada no cartório de registro de imóveis da comarca de Marabá/PA. Tal fazenda é localizada em Rio Maria/PA

Procedência: Cartório Silvano Santis - Marabá/PA para Comissão Pastoral da Terra - Região Norte 02

**Área de condições de acesso e uso**

Condições de acesso: Restrito mediante autorização

**Pontos de acesso**

Pontos de acesso de assunto:

- Marabá (PA)
- Rio Maria
- Sindicato Rural de Rio Maria
- Fazenda Canaã

**Área de controle da descrição**

Idioma(s): português do Brasil

**Área de Transferência**

Adicionar

**Explorar**

Relatórios

Navegar como lista

Navegar pelos objetos digitais

**Importar**

XML

CSV

**Exportar**

Dublin Core 1.1 XML

EAD 2002 XML

**Instrumento de Pesquisa**

Upload

**Assuntos relacionados**

Marabá (PA)

Rio Maria

Sindicato Rural de Rio Maria

Fazenda Canaã

**Pessoas e organizações relacionadas**

Cartório Silvano Santis - Marabá/PA (Produtor)

Fonte: Print screen do programa AtoM, via máquina virtual do Grupo CNPq UFF Ged/A.

É possível observar nas figuras: **Figura 04 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição Institucional**; **Figura 05 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Fundo**; **Figura 06 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Subfundo**; **Figura 07 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Série** e **Figura 08 - Comissão Pastoral da Terra - Norte 2: Descrição em Nível de Item**, que em cada níveis descritivos ilustrados pelas figuras contem peculiaridades que o relaciona ao Acervo e documento de arquivo que foi submetido ao processo de descrição. Contudo, ressalta-se que nas áreas apresentadas no *software* ICA - AtoM, inclui campos obrigatórios e opcionais.

Posto isto, apresenta-se no **Quadro 28** os aspectos do Ato Narrativo e da Ética no processo de Descrição do Documento de Arquivo.

**Quadro 28 - O processo de Descrição e os aspectos do Ato Narrativo e da Ética.**

Descrição ICA - AtoM	Cada Área apresenta um formulário específico com campos para identificação dos no ICA - AtoM	A Descrição do Documento de Arquivo e a sua correlação com o Ato Narrativo e da Ética.
	Área do doador; Área administrativa; Área dos	As áreas evidenciadas na coluna dois apresentam cada uma

<b>Informação</b>	direitos; Área de descrição arquivística	formulários com campos específicos remetidos a essas. Sendo assim, o Arquivista ao fazer a <b>Descrição do Documento de Arquivo</b> , utiliza-se de leitura que vão para além dos elementos linguístico para que tenha a interpretação textual, com isto sua escolha de quais caracteres/elementos serão utilizados por meio da linguagem escrita para representar é deve ser abarca pela <b>Ética</b> profissional que rege sua atuação, cujo intuito é dar acesso à informação do Documento de Arquivo a quaisquer usuários sem fazer distinção a grupos sociais e ser fidedigno ao conteúdo do Documento de Arquivo ao fazer a sua desconstrução e reconstrução textual, cujo esses aspectos são os <b>Ato Narrativo</b> que compartilhado pela escrita na Descrição desse.
<b>Descrição (ISAD (G)).</b>	Área de identificação; Área de contextualização; Área de conteúdo e estrutura; Área de condições de acesso e uso; Área de fontes relacionadas; Área de notas; Área de controle da descrição; Área de pontos de acesso	
<b>Registro de Autoridade (ISAAR (CPF))</b>	Área de Identificação; Área de Descrição; Área de Relacionamento e Área de Controle	
<b>Instituições Arquivísticas (ISDIAH)</b>	Área de identificação; Área de contato; Área de descrição; Área de acesso; Área de serviços; Área de controle;	
<b>Conhecimento</b>	Área de elementos e relações	
<b>Funções (ISDF)</b>	Área de Identificação; Área de Contextualização; Área de relacionamento e Área de Controle.	

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no Guia do usuário do AtoM (2017).

O processo de descrição utiliza-se de procedimentos cognitivos, como: a leitura e interpretação sobre o documento de arquivo, buscando identificar elementos/caracteres que sejam fidedigno ao conteúdo e que visem o preenchimento dos multinível apresentado pelas normas, cujo intuito é a contextualização da Descrição do Documento de Arquivo que está sendo representado.

Ao preencher os multiníveis da Descrição do Documento de Arquivo seja no âmbito do software ICA-AtoM ou outro sequer, está se elaborando uma representação da informação do documento original por meio da análise de seu conteúdo, em que o Arquivista utiliza-se da sua interpretação na “nova construção” textual por meio da linguagem representativa ao conteúdo, sendo esse procedimento subjetivo.

Posto isto ao se fazer uma reflexão sobre os campos multiníveis das Normas em que, por mais que alguns dessas se apresentem como no ICA-AtoM a Área de Contato (endereço, telefone...) ou outras áreas que poderão vir se ajustarem como “objetivas para quais elementos/caracteres deverão ser utilizados para preencher os campos”, por mais que pareça “óbvio” o seu preenchimento, o ato interpretativo do Arquivista em sua Atuação Profissional coloca em voga tal preenchimento, por se trata

de um processo cognitivo da mente humana, que traz consigo visões de mundo de valores morais e éticos tanto social quanto profissional.

Sendo assim, não tem como afirmar ou promover que tais campos que podem ser considerados “objetivos” serão preenchido de forma “objetiva”. Assim cabe a Ética do Profissional Arquivista sobrepor a sua visão de mundo, e a esse se policiar para que tais impressões particulares não sejam impressa em sua Ética Profissional.

O Arquivista ao servir da utilização da linguagem na Descrição do Documento de Arquivo para a representação da informação, abarca em sua atuação o ato de poder, pois é ele que decide como o documento será representado e qual é a linguagem que será utilizada, seja essa: técnica, formal ou coloquial.

A utilização da linguagem na representação da informação do conteúdo do documento de arquivo se relaciona ao ato narrativo, em virtude que o Arquivista em sua atuação profissional se utiliza da linguagem e dos elementos linguísticos para descrever o documento de arquivo. Construindo assim, atos narrativos por meio do processo de Descrição do Documento de Arquivo visando o usuário que irá se utilizar do instrumento de busca.

Evidencia-se ao Arquivista que de acordo com Stuart Hall (2016) e Judith Butler (1997), a linguagem pode ser observada como ato de poder, que agrega e segrega, já que a linguagem representa e dá sentido as coisas, e é por meio da linguagem que os significados podem vir a ser compartilhados.

Hall (2006) coloca ainda que a linguagem funciona como um processo de significação de como representamos, ou seja, os significados que atribuímos por meio das interpretações que trazemos da nossa visão de mundo. Logo os significados são sempre negociáveis, não são diretos e nem tampouco transparentes ao perpassar pela representação. O Autor coloca ainda que a “representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas (2016, p. 31)”.

A representação da informação do documento de arquivo por meio do processo de descrição, busca apresentar por meio da linguagem significados que possam ser compartilhados entre os membros de determinado domínios.

Com isto, pode se dizer que a Descrição do Documento de Arquivo não é só um produto cognitivo do e para o Arquivista, mas sim também um produto social que deve abarcar a sociedade na sua linguagem. Pois como bem colocado por Harris

(1997) e o recapitulando, o documento de arquivo não fala por si mesmo, mas por meio de muitas vozes, logo a sua representação também.

Por isso se faz necessário a ponderação da ética sobre o processo de descrição, não no sentido de controlar, porque seria impraticável fazer isto sobre os aspectos cognitivo ao ser humano. Mas no sentido de observar a atuação do profissional Arquivista para com a representação, de modo que esse se reconheça como ser humano portador de conceitos e preconceitos, e que esse não podem vir a ser exteriorizado na representação descritiva da informação do documento de arquivo.

Todavia o Arquivista não pode mais ser passivo ou achar que não trabalha com a subjetividade e que só guarda documentos de arquivo, como no tempo de Jenkison (1922) ao se referir a técnica em si do fazer e para que fazer.

O Arquivista, como profissional, tem o dever e a obrigação de proporcionar o acesso aos Documentos de Arquivos, e deve compreender que qualquer processo de representação vai apresentar graus de subjetividade, por mais que esse pareça ser objetivo, como por exemplo preencher um sistema de informação como ICA - AtoM. Assim, o processo de descrição em multinível apresenta em seu âmbito elementos indicativos para análise, buscando auxiliar na identificação dos caracteres/elementos que devem ser levados em consideração ao se descrever.

À vista disso apresentou-se subsídios que auxiliou a visualizar e compreender a subjetividade no processo descritivo do documento de arquivo, e que essa ocorre no processo como um todo, por meio do ato cognitivo do Arquivista em sua atuação profissional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu tendo como base a Descrição do Documento de Arquivo como uma das funções arquivísticas exercidas na atuação profissional do Arquivista, cujo propósito é a elaboração de instrumentos de pesquisa que vise a busca e a localização da informação representada.

Tendo como base tal função arquivista, apresentaram-se algumas *indagações* sobre: Por que ocorre o Ato Narrativo na Descrição do Documento de Arquivo? E por qual motivo há necessidade da Ética nesse processo de representação da informação por meio da descrição?

Tais questões foram refletidas no âmbito da pesquisa de modo a deixar em proeminência que os arquivistas por mais que sigam regras preestabelecidas e tenham a impressão dos aspectos “tecnicistas” sobre o método de descrição por ser contínuo em sua atuação, trata-se esse processo como intelectual, que faz uso da visão de mundo para interpretação sobre o conteúdo do documento de arquivo na representação da informação por meio da descrição.

Ao tratar o processo de descrição como sendo intelectual, começa a compreendê-lo como subjetivo, em que o ato interpretativo do Arquivista traz sob sua incumbência ponto de vista de valores morais e princípios éticos para representação da informação.

O método de descrição visto como desconstrução textual para (re)construção textual, carrega uma “nova percepção narrativa” que deve ser fidedigna ao conteúdo do documento de arquivo analisado ao se eleger os elementos/caracteres para a representação.

Desta forma, as *hipóteses* lançadas sobre as perguntas foram para compreender o ato narrativo na descrição, precisando assim se utilizar da área do Conhecimento da Linguística Textual, de modo entender tanto a construção textual do texto documento de arquivo quanto a sua leitura, levando-se em conta, três aspectos: o autor, o leitor e o texto.

Com relação à Ética, esta foi pertinente ao processo de descrição já que este elege elementos/caracteres para representação da informação, em razão que, ao se ter ação cognitiva sobre o texto acontece o ato interpretativo deste, recobrando assim, impressões sociais e visão de mundo; por isso, procurou-se na Ética perspectivas que

auxiliassem na atuação do profissional Arquivista sobre a Descrição do Documento de Arquivo.

Com as *hipóteses* apresentadas traçou-se um *objetivo geral* no qual apresenta-se a intenção da pesquisa e a sua delimitação, que era: conhecer-se o Ato Narrativo e a Ética na representação do documento de arquivo, bem como exibir a percepção que se tem sobre subjetividade no processo de Descrição do Documento de Arquivo.

Sendo assim, para alcançar o *objetivo geral* estipulou-se três *objetivos específicos* que relacionassem ao geral, permitindo que os passos trilhados nesta pesquisa fossem concisos e coesos com o que se tinha proposto sobre o processo Descrição do Documento de Arquivo.

Com isto o *primeiro objetivo específico*, tinha como intuito ponderar arcabouços sobre a representação da informação do documento de arquivo por meio do processo de descrição documental.

Para tanto, apresentaram-se algumas considerações sobre o documento de arquivo e as suas qualidades, que são: Imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relação/organicidade e unicidade, bem como o acesso a ele e sua difusão por meio da descrição como processo de representação. Mesmo não sendo o escopo desse trabalho, apontou-se ainda mais qualidade ao documento que arquivo que é *intencionalidade* desse a partir do seu contexto de elaboração.

Estabeleceu-se ainda quadros cronológicos que demonstrassem o percurso da descrição como processo durante os séculos XIX ao XX, como também sua utilização antes e depois de sua normalização.

Mostrou-se ainda, um novo enfoque sobre o processo de Descrição do Documento de Arquivo por meio da visão pós-moderna, que coloca em voga a ideia de verdade absoluta advinda do positivismo sobre o documento de arquivo, no qual essa passa agora ser observado como reflexo da realidade, sendo cúmplice de seu caminho, padrões e pensamentos.

Fazendo com que o Arquivista como profissional constitua-se um contextualizador, ou seja, um contador de histórias conciso e coeso de acordo com o contexto e o conteúdo do documento de arquivo por meio do processo de descrição, já que esse fala por meio de muitas vozes como sendo o reflexo da realidade.

Por consequência, reconheceu-se ainda a Descrição do Documento de Arquivo como sendo um ato de poder, uma vez que ao se fazer a Descrição do Documento de Arquivo pode-se acabar influenciando na utilização no hoje e no futuro, devido a

interpretação aplicada sobre esse para representação. Por isto, a necessidade de que o Arquivista tenha alto conhecimento de si próprio, no que se refere aos seus conceitos e preconceitos.

Além disso, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) impactaram sobre o processo de Descrição do Documento de Arquivo, desenvolvendo uma dinâmica na representação, tanto para o acesso quanto para a difusão da informação do documento de arquivo.

Um exemplo disto, é o *software ICA – AtoM* que vem sendo utilizado para elaboração da descrição de documentos de arquivo, em que o Arquivista preenche a sua interface com elementos/caracteres, os chamados metadados que buscam representar o conteúdo e contexto do documento de arquivo.

Contudo, vale ressaltar que as interfaces não são neutras ou sequer objetivas, pois seu preenchimento ocorre por meio processo interpretativo. Observa-se assim que seja no ambiente analógico (papel) ou digital (computador) o processo de descrição tem aspecto subjetivo pois perpassa pelo ato interpretativo em que se opta por elementos/caracteres buscando contextualizar o documento de arquivo.

De modo a compreender Descrição do Documento de Arquivo como uma forma contextualizadora que sucede por meio do ato narrativo, buscou-se na Linguística Textual o entendimento sobre o que é o texto. E apurou-se que o texto é uma unidade linguística que resulta de uma expressão da linguagem, pelo qual o indivíduo em sociedade se comunica.

Além do que o texto é a materialização dos atos comunicativos humanos oriundos de suas relações sociais e que é elaborado mediante a utilização da linguagem do falante. Por esse motivo ocorre uma variação tanto do gênero quanto da tipologia textual, pois estes ocorrem por meio interação social.

Os gêneros textuais irão variar seguindo o contexto de elaboração do texto de acordo com âmbito sociocomunicativo, já a tipologia são as marcações que podem ser observadas no texto, como: Descritivo; Dissertativo; Narrativo; Argumentativo; Preditivo; Humorístico e Lírico. Conseqüentemente, um gênero textual poder ter uma marcação de tipo predominante, porém outras marcações podem ser observada no texto.

No que se refere ao tipo narrativo e ato narrativo observou-se que, as marcações e traços estão voltados para contar ou (re)contar tanto ações quanto fatos, seja estes reais ou imaginários, designando um tempo e lugar com base no discurso



sociocomunicativo, bem como não há um padrão de análise para estrutura narrativa. Portanto, o ato narrativo (narração ou narrar) pode ser entendido como compartilhar histórias seja pela oralidade quanto escrita, sendo essa uma característica inerente aos seres humanos.

Atentou-se também que o texto contém alguns patamares, sendo que dois foram abordados na pesquisa: as narrativas e as estruturas discursivas que derivam do percurso gerativo de sentido e demonstram as invariantes da narrativa, tal como também se apresentou quatro sequências canônicas do padrão narrativo.

Com relação a Ética na Ciência da Informação sobre a Organização do Conhecimento e da Informação observou-se que essa vem sendo estudada sobre os processos de representação. Contudo nesta pesquisa voltou-se ao estudo dessa sobre o processo de descrição, cujo propósito é fazer com que o profissional ao representar a informação tenha a consciência de seus conceitos e preconceitos, para que esses não sejam utilizados durante os processos de representações, já que esse é interpretativo.

Sendo assim, com o respaldo teórico apresentado pelo *primeiro objetivo específico*, possibilitou-se atingir o *segundo objetivo específico* que tinha como propósito expor as interlocuções entre as metodologias por meio do aspecto em comum que são os atos cognitivos de interpretação

No que se refere aos elementos estruturais do texto do documento de arquivo por meio da Linguística Textual, esse pode ser observado como sendo um gênero textual que é elaborado tendo como respaldo a manifestação da ação humana, no qual a sua materialização ocorre por meio da escrita na construção textual dos atos realizados.

Portanto, o documento de arquivo ao ser observado como gênero textual contém propriedades sociocomunicativas, nas quais a sua leitura transcorre não mais apenas por fundamentos linguísticos, mas também pela visão de mundo de cada leitor que se propõe a interpretá-lo, de forma a denotar: o produtor – o texto – o receptor – o contexto (bem como elementos externos à linguagem), assim como o intercâmbio entre esses atores (escritor – leitor – ouvinte).

Já, com relação as interlocuções entre o ato narrativo e a Descrição do Documento de Arquivo, observou-se que procedimento de leitura que incide sobre o documento de arquivo tem como desígnio a (re)construção textual, e que essa “nova” reconstrução textual em que compreende os elementos/caracteres selecionados,

evidenciam um “novo” ato narrativo partindo da perspectiva do Arquivista para com o usuário do instrumento de pesquisa.

Com relação à Ética e à Descrição do Documento de Arquivo, esses se relacionam ao ter o processo descritivo como não sendo neutro ou objetivo, mas sim um processo cognitivo que transporta valores do indivíduo em sua elaboração. Com isto, a Ética vem lembrar ao Arquivista com relação a sua atuação profissional, que a representação da informação por meio do processo descrição tanto no âmbito institucional quanto social é para todos os usuários e não para si mesmo, ou classes de grupos dominantes.

Desta forma, as interlocuções apresentadas no *segundo objetivo específico* corroboraram para com o *terceiro objetivo específico* em que se apresenta etapas do processo de representação da informação do documento de arquivo, tendo como base os procedimentos metodológicos apresentados.

Com relação à aplicação do processo de descrição no ICA – AtoM, junto ao ato narrativo e ética, apresentaram-se subsídios que compreendem e demonstram que o processo de descrição em si é subjetivo, uma vez que se faz decorrente dos aspectos cognitivos, como: de leitura, de interpretação, dentre outros.

Em vista disso, o processo em si abarca a visão de mundo do Arquivista, só que não pode ser observado com um produto cognitivo do e para o Arquivista, mas sim também um produto social que deve abarcar a sociedade com a sua linguagem e significação.

Por consequência, observa-se ainda que todas as funções que abarcam o fazer arquivístico são processos intelectuais, já que, são interpretativos. Sendo assim ao se entender que cada arquivo é peculiar um para com o outro, os padrões preestabelecidos não podem ser observados como regras, mas sim diretrizes que buscam auxiliar o Arquivista na sua atuação profissional no âmbito das instituições.

Com base no exposto esta pesquisa buscou auxiliar o Arquivista em sua atuação profissional ao se reconhecer como contextualizador de narrativas por meio da utilização da linguagem na representação do conteúdo do documento de arquivo.

Considera-se ainda que o Arquivista em sua atuação profissional por meio das representações deverá construir pontes de informação em que os usuários se reconheçam e não muros como barreiras a essas. Sendo assim, a linguagem utilizada nas representações deve abarcar e refletir todos os usuários independente de grupos sociais.

Além disso, esta pesquisa deixa em aberto alguns eixos temáticos que puderam ser observados no decorrer do seu desenvolvimento e que sugerem outras pesquisas, como: a Linguagem nos instrumentos de pesquisa; Atuação do profissional arquivista no seu fazer e como; Os aspectos do documento de Arquivo para a identidade social; Os arquivos dos centros de documentações, como CPT, dentre outros.

## REFERÊNCIA

- ANCONA LOPEZ, A. P. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. 2002.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 04 de dez. 2019.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Livraria Martins Fontes, 1997.
- BARROS, D. L. P. **Teoria semiótica do texto**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BARTH, C. D. **Archivists, Genealogists, Access, and Automation**: Past and Present Trends in Archival Access Technologies and their Implications for the Future of Genealogical Research in Archives [webpage]. 1997. Disponível em:< <http://www.arcticwind.com/cdb/writings/archives1.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- BARTHES, R; **O prazer do texto**. Ed. 70, 1983.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 198 p.
- BENEDICT, K. **Ethics and the archival profession**: introduction and case studies. Chicago: Society of American Archivists, 2003. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015064695896&view=1up&seq=>. Acesso em: 11 ago. de 2019.
- BENTES, A. C. Linguística textual. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 1, p. 251-280, 2001.
- BERGERON, D. P. **Dark Ages II**: When the digital data die. Prentice Hall PTR, 2001.

BERMAN, S. **Prejudice and antipathies**: a tract on the LC subject heads concerning people. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 1993. Disponível em: <http://www.sanfordberman.org/prejant.htm>. Acesso em: 30 de jul. 2019.

BONAL ZAZO, J. L. **La descripción archivística normalizada**: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2002.

BONNICI, T. Teorias estruturalistas e pós-estruturalistas. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (org). **Teoria literária**: tendências históricas e abordagens contemporâneas. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009, 131-157, p. 131-15

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, Jan. 1968.

BOYD, J. P. "In Memoriam". **American Archivist**. 34 (3): 285. 1971.

BRENTANO, F. **Psicologia desde un punto de vista empírico**. Trad. Hernán Scholte. Madri: Universidade Complutense. 1935. Disponível em: <http://fsmorente.filos.ucm.es/publicaciones/recursos/Brentano.pdf>. Acesso em: 10 dez. de 2019.

BRICHFORD, M. Margaret Cross Norton. **American Archivist**, v. 47, n. 4, p. 473-474, 1984. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.47.4.w5g4968253h1258>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**. 1980/1981.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (JASIS), v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUSHEY, J. "**Access to Memory**" (**AtoM**): Open-source software for archival description. International Council on Archives (ICA). 2012. Disponível em: [https://www.ICA-AtoM.org/download/ICA-AtoM\\_JBushey.pdf](https://www.ICA-AtoM.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf). Acesso em: 01 mar. 2015.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.

CÂNDIDO, G. G. **A representação da informação do documento de arquivo**: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2014. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/candido\\_gg\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/candido_gg_me_mar.pdf)>. Acesso em: 18 dez. de 2018.

CÂNDIDO, G. G.; MORAES, J. B. E. Perspectivas metodológicas para a representação da informação do documento de arquivo. *In: XII Congreso ISKO España-Portugal*. Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos, p. 304-318, 2015. Disponível em: [http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/83\\_Gomes.pdf](http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/83_Gomes.pdf). Acesso em: 08 de fev. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Trad. de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

CONTE, M. E. **La lingüística testuale**. Milano: Feltrinelli Económica, 1977.

COOK, M. Professional ethics and practice in archives and records management in a human rights context. **Journal of the Society of Archivists**, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2006.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival science**, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001b.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.

COOK, T. et al. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post/custodial and post/modernist era. [Based on a presentation delivered by the author during his November 1993 Australian tour.]. **Archives and Manuscripts**, v. 22, n. 2, p. 300, 1994.).

COOK, T. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, v. 51, p. 14-35, 2001a. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12792/13989>. Acesso em: 28 de abr. de 2019.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, 1997.

CORNELL, D. **The philosophy of the limit**. New York and London: Routledge, 1992.

COX, R. The first generation of electronic records archivists in the United States: a study in professionalization. **Archivaria**, v. 42, 2006.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996.

DANIELSON, E. S. The ethical archivist. **Society of American Archivists**, 2010.  
Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/feae2f57341478af7ec218b4fc44d8e8.pdf>.  
Acesso em: 05 de jun. de 2019.

DOWLER, L. et al. Report of the working group on standards for archival description. **American Archivist**, v. 52, n. 4, p. 431- 537, 1989.

DUFF, W. M.; HARRIS, V. Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 263-285, 2002.

DURANTI, L. Diplomatics: New Uses for an Old Science. **Society of American Archivists and Association of Canadian Archivists in association with Scarecrow Press**, 1998.

DURANTI, L. et al. Archives as a place. [Paper presented at a half day seminar in Sydney on 19 October 1995.]. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, p. 242, 1996.  
Disponível em:  
<[https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos\\_Social\\_Studies/Vol1\\_n0/07-duranti\\_archives.pdf](https://archivo.cartagena.es/doc/Archivos_Social_Studies/Vol1_n0/07-duranti_archives.pdf)>: Acesso em: 27 set. 2018.

DURANTI, L. The concept of appraisal and archival theory. **The American archivist**. Chicago: The Society of American Archivists, v.57, nº2, 1994a, p.328- 344.  
Disponível em:<<https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.57.2.pu548273j5j1p816?code=SAME-site>> Acesso em: 27 set. 2018.

DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part VI). **Archivaria**, n 33 (Summer) 1991- 1992, p. 06-24. Disponível em:<<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11795/12746>>. Acesso em: 24 ago. de 2019.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.7, n.13, 1994b, p.49-64, 1994b.  
Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em 27 set. 2018.  
**Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 2, p. 361-387, 2012.

EVANS, F. et al. A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers. **The American Archivist**: July 1974, Vol. 37, No. 3, pp. 415-518.  
Disponível:<<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.37.3.j878233943216107>>. Acesso em: 04 dez. de 2018.

EVANS, J.; MCKEMMISH, S.; BHODAY, K.. Create once, use many times: the clever use of recordkeeping metadata for multiple archival purposes. **Archival Science**, v. 5, n. 1, p. 17- 42, 2005.

FABRÍCIO, B. F.; BASTOS, L. C. Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do “nós” perante o “outro”. *In*: PEREIRA, M. G. D. et alli. (Orgs.). **Discursos socio-culturais em interação**: interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 33-66.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 2009.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual**: introdução. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, J. L. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **DELTA**. fev./jul. 1999, vol.15, no.1. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010244501999000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244501999000100009&lng=pt&nrm=iso). >. Acesso em: 12 ago. de 2019.

FIORIN, J. L. Gêneros e tipos textuais. **Ensaio sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, p. 101-117, 2005.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. **Introdução à linguística**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURNER, J; GILLILAND, A. J. Applying and Adapting Information Retrieval Approaches in Archives and Recordkeeping Research. *In*: GILLILAND, A. J.;

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge Organization from a "Culture of the Border": towards a transcultural ethics of mediation. *In*: López Huertas, M.J. (Ed.). **Proceedings of the Seventh International Isko Conference**: advances in knowledge organization. Würzburg: Ergon Verlag, 2002. v.8, p.516-522.

GARDEREN, P. V. **The ICA-AtoM Project and Technology**. Disponível em:  
[https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen\\_TheICAtoMProjectAndTechnology\\_AAB\\_RioDeJaneiro\\_16-17March2009.pdf](https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICAtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaneiro_16-17March2009.pdf).> Acesso em: 27 abr. 2019.

GILLILAND - SWETLAND, A. J. La definición de los metadatos, *In*: BACA, Murtha (Ed.). **Introducción a los metadatos: vías a la información digital**. Getty



Publications, 1999. Disponível em:

<http://www.getty.edu/publications/virtuallibrary/0892365358.html>. Acesso em: 30 mar. de 2019.

GILLILAND, A. J. Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. **GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew, J.(Ed.). Research in the archival multiverse. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017.**

GILLILAND, A. J. Setting the stage. *In*: BACA, Murtha (Ed.), **Introduction to metadata**, Murtha Baca: Los Angeles. 3ed: 2016. Disponível em: <http://www.getty.edu/publications/intrometadata/setting-the-stage/>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

GILLILAND, A. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival Science**, vol.11, p. 193-209, 2011.

GILLILAND, A.; MCKEMMISH, S. Recordkeeping metadata, the archival multiverse, and societal grand challenges. *In*: **International Conference on Dublin Core and Metadata Applications**. 2012. p. 106-115.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, 1990.

GRACY, D. B. II, "Recent Writings on Archives and Manuscripts," Georgia. **Archive**. 4 n.º. 2, 1976.

GREENE, M. The Power of Archives: Archivists' Values and Value in the Postmodern Age (with an Introduction by Dennis Meissner). **The American Archivist**, v. 72, n. 1, p. 13-41, 2009.

GREGOLIN, M. do R. Valencise. Lingüística textual e ensino de língua: construindo a textualidade na escola. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 37, 1993.

**Guia do usuário do AtoM**/Jorge Phelipe Lira de Abreu [*et al*]. Brasília: Ibict, 2017. 164 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1065>. Acesso em: 15 de fev. 2020.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 1, p. 137-152, 2008. Acesso em: 29 jul. 2019.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). **Profissionais da informação: formação e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53 - 70.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 13, n. 25, p. 124-135, 2008.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Trad. William de Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HANSEN, S. L. **Squaring the circle**: The reformation of archival description in AACR2. 1988. Disponível em: <[https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7559/librarytrendsv36i3e\\_opt.pdf?sequenc](https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7559/librarytrendsv36i3e_opt.pdf?sequenc)>. Acesso em: 18 dez. de 2018.

HARRIS, V. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa. **Archivaria**, v. 44, 1997.

HEDSTROM, M. Archives, memory, and interfaces with the past. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, p. 21-43, 2002.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HICKERSON, H. T. Archives & Manuscripts: An Introduction to Automated Access. **Society of American Archivists**, 1981.

HODGE, G. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries**: Beyond Traditional Authority Files. Digital Library Federation, Council on Library and Information Resources, 1755 Massachusetts Ave., NW, Suite 500, Washington, DC 20036, 2000. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED440657.pdf> . Acesso em: 30 mar. De 2019.

HUSSERL, E. A Ideia da Fenomenologia (trad. Artur Mourão). **Lisboa-Portugal: Edições**, v. 70, 2008.

ICA- AtoM (Org.). **AtoM documentation¶**. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/docs/2.3/>>. Acesso em: 30 maio 2019.

ICA. **International Council on Archives**. Code of Ethics. Disponível em: <http://www.ica.org/?lid=5555&bid=225>. Acesso em: 11 ago. de 2019.

ICA. **International Council on Archives**. Declaração Universal sobre os arquivos. 2010. Disponível em: <https://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso em: 11 ago. de 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **AtoM (Access to Memory)**. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>>. Acesso em: 30 maio 2019.

JACOB, E. K.; S. Debra. Sociocognitive perspectives on representation. **Review of Information Science and Technology** (ARIST), Medford, NJ, v.33, p.131-185, and 1998.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Clarendon Press, 1922.

JIMERSON, R. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

KAPLAN, E. 'Many paths to partial truths': Archives, anthropology, and the power of representation. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 209-220, 2002.

KETELAAR, E. Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. **Archival science**, v. 2, n. 3-4, p. 221-238, 2002.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 22. ed. 2010.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009a. 168 p.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, I. G. V. Linguística textual: quo vadis. **Delta**, v. 17, p. 11-23, 2001.

KOCH, I. G. V. Linguística Textual: retrospecto e perspectivas. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 41, 1997.

KOCH, I. G. V. Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, v. 1, n. 1, p. 12-14, 2003.

KOCH, I. V. **O texto e a construção de sentidos**. 2 ed. São Paulo: contexto, 1997.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

LE COADIC, Y. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In:\_\_\_ **História e memória**. 2.ed. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. 553 p.

LODOLINI, E. **Archivística principios y problemas**. Traducción por Mercedes Costa Paretas. Madrid: Editorial La Muralla, 1993.

LOS ANGELES. LOS ANGELES COUNTY MUSEUM OF ART (LACMA). (Org.). **The Treachery of Images**. 1929). Disponível em: <<https://unframed.lacma.org/2013/09/09/magritte-and-the-trading-of-images>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MARCUSCHI, L. A. et al. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 20, 2002.

MARCUSHI, L. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Recife: UFPE, 1983.

MARCUSHI, L. A. **Linguística textual**: o que é e como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARTINO, L. M. S. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, v. 4, n. 1, p. 40-49, 2016.

MCKEMMISH, S. M.; LAU, A.J. **Research in the archival multiverse**. Monash University Publishing, 2017. p. 581 - 631. Disponível em: <https://oopen.org/search?identifier=628143>. Acesso em: 28 abr. de 2019.

MILANI, S. O; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. não paginado, jan. 2011. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev11/Art\\_04.htm#R1](http://www.dgz.org.br/fev11/Art_04.htm#R1)>. Acesso em: 27 set. 2018.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. *In*: TELLES, Branca Ribeiro; COSTA, Cristina Lima; LOPES, Maria Dantas (Org.). **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: IPUB-CUCA, 2001.

MORAES, J. B. E. ; GUIMARÃES, J.A.C. ; GUARIDO, M. D.M. . Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *In*: **Francisco Javier García Marco** (Org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital*. Zaragoza: Pressas Universitarias de Zaragoza, 2007, p. 93-100.

MORAES, J. B. E. **A questão do aboutness no texto narrativo de ficção**: perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação. 2011. 81f. Tese (Livre - Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual, Marília, 2011.

NESMITH, T. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. **The American Archivist**, v. 65, n. 1, p. 24-41, 2002.

NESMITH, T. Still fuzzy, but more accurate: Some thoughts on the "ghosts" of archival theory. **Archivaria**, v. 47, p. 136-150, 1999.

NESMITH, T. What is a Postmodern Archivist? **Paper presented at the annual meeting of the Association of Canadian Archivists**, Halifax, May 1998.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. *In*: \_\_\_\_. **Archivística**: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p. 25 - 44.

OLSON, H, A. Universal models: A history of the organization of knowledge. *In* Hanne Albrechtsen and Susanne Oernager (eds.), **Knowledge Organization and Quality Management, Proceedings of the Third International ISKO Conference**,

20–24 June 1994a, Copenhagen, Denmark (pp. 72–80). Frankfurt/Main: INDEKS Verlag.

OLSON, H. A. If it's there, can you find it? Bibliographic control. In: OLSON, H. A. (Ed.) **Information Sources in Women's Studies and Feminism**. München: K. G. Saur Verlag, 2002. p. 100-114.

OLSON, H. A. **Universal Models: A History of the Organization of Knowledge**. Advances in Knowledge Organization. 1994.

OLSON, H. A. **The power to name: Marginalizations and exclusions of subject representation in library catalogues**. University of Wisconsin--Madison, 1996.

PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e Prática** (3ª ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PROPP, V. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. CopyMarket, 2001. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/vladimir-propp-morfologia-conto-maravilhoso-pdfd94203804>. Acesso em: 24 jul. 2013.

PROPP, V. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. CopyMarket, 2001. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/vladimir-propp-morfologia-conto-maravilhoso-pdfd94203804>. Acesso em: 12 de ago. 2019.

PUGLIA, S.; REED, J.; RHODES E., **Technical Guidelines for Digitizing Archival Materials for Electronic Access: Creation of Production Master Files – Raster Images**. National Archives and Records Administration, 2004. Disponível em: [http://www.archives.gov/research\\_room/arc/arc\\_info/techguide\\_raster\\_june2004.pdf](http://www.archives.gov/research_room/arc/arc_info/techguide_raster_june2004.pdf). Acesso em: 30 mar. de 2019.

RICOEIUR, P. **Ética e Moral**. Trad. Antônio Campelo Amaral. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SADALA, M. L. A. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty. **Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, 2004. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/fenomenologia-husserl-merleau-ponty.pdf>. Acesso em: 04 nov. de 2019.

SARACEVIC, T. Relevance reconsidered. In: **Proceedings of the second conference on conceptions of library and information science (CoLIS 2)**. New York: ACM, 1996. p. 201-218.

SAUSP. **Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo**. Glossário de Espécies/Formatos e Tipos Documentais. São Paulo: Universidade de São Paulo,

1997. Disponível em: <http://www.usp.br/sausp/gestao/pdf/temp.php?codtabela=2&pg=0>. Acesso em: 20 de dez 2019

SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados**: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**. FGV Editora, 2002.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records, and power: The making of modern memory. **Archival science**, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

STIBBE, H. L. P. Standardising description: the experience of using ISAD (G). *Janus: Archival review*, Dordrecht, n. 1, p. 132-152, 1998. Disponível em: . Acesso em: 18 Dez. 2013

TATIT, L. Abordagem do texto. *In*: Fiorin, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística**: I. objetos teóricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 187- 209.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. Trad. Leyala Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

TRAVAGLIA, L. C. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 51, n. 1, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. A relação entre os recursos linguísticos de coesão e a variação de coerência. **Scripta**, v. 3, n. 4, p. 54-75, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. Aspectos da pesquisa sobre tipologia textual. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 2, p. 361-387, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. Categorias de texto como objeto de ensino. **Trabalho apresentado**, n. 21, 2006.

TRAVAGLIA, L. C. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. *In*: **Simpósio internacional de estudos de gêneros textuais**, v. 4, p. 1297-1306, 2007.

TRAVAGLIA, L. C. Tipologia textual e ensino de língua. **Domínios de Lingu@gem**, v. 12, n. 3, p. 1336-1400, 2018.

TRAVAGLIA, L. C. Tipologias textuais literárias e linguísticas. **Scripta**, v. 8, n. 14, p. 146-158, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. **Língua Portuguesa: uma visão em mosaico**. São Paulo: EDUC, p. 201-214, 2002.

TRAVAGLIA, L. C. **Um estudo textual - discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:

VAN, Dijk. **La ciencia del texto**: Un enfoque interdisciplinario. 1992.

WALLACE, D. A. Archiving metadata forum: Report from the recordkeeping metadata working meeting, June 2000. **Archival Science**, v. 1, n. 3, p. 253-269, 2001.

Disponível em:

[https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41815/10502\\_2004\\_Article\\_382966.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41815/10502_2004_Article_382966.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar. de 2019.

WALLACE, D. A. Managing the present: Metadata as archival description. **Archivaria**, v. 39, 1995.

WEBER, L. B. Reading Formatting: MARC AMC. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 11, n. 3-4, p. 117-143, 1990.

WHITE-HENSEN'S, W. **Archival moving image materials**: a cataloging manual. Washington: Library of Congress. 2 eds. 1984.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003.

YEO, G. Concepts of record: evidence, information, and persistent representations. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

## APÊNDICE A - Autorização de divulgação dos dados coletados na Comissão Pastoral da Terra, Norte 2.

Prezado, Padre Paulo Joanil da Silva

Venho solicitar a vossa senhoria, acesso aos documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), localizada na Sede da Conferência Nacional dos Bispo do Brasil – Norte 2 (CNBB) na Travessa Barão do Triunfo, Nº 3151, Bairro do Marco, Belém do Pará. A consulta sobre os documentos em questão, tem como intuito respaldar a pesquisa de Tese de doutorado desenvolvida por mim Gilberto Gomes Cândido, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília – São Paulo, no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) intitulada: O ato narrativo e a ética na descrição do documento de arquivo, que tem como propósito é demonstrar: *“o Ato Narrativo que, nos remete a (re)contar a história, conduta que, fragmenta os elementos/caracteres do conteúdo do Documento de Arquivo textual com a finalidade de tentar reconstruí-los por meio da descrição. Uma vez que, o Arquivista desempenha um ato de poder ao fazer interpretações sobre os registros em sua custódia, esse fazer deve ser respaldado pela Ética que norteia o seu fazer profissional ao representar para dar acesso à informação”* (CÂNDIDO, 2019). Posto isto, peço autorização para que os dados coletados (documentos, fotos, recorte de jornais dentre outros) possam ser inserido na Tese. Vale ressaltar também que, a tese tem como respaldo ainda o projeto intitulado *Memórias das lutas camponesas na Amazônia Paraense: o acervo documental da comissão pastoral da terra (1975-2018)* coordenado pela Professora Dra. Iane Maria da Silva Batista, bem como eu Gilberto Gomes Cândido como professor colaborado, ambos vinculados a Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim sendo, fico a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas, desde já grato pela atenção.

*Autorizado*  
04/12/2019

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
Padre Paulo Joanil da Silva  
CPT - Norte 2 - Travessa Barão do Triunfo, Nº 3151 - Bairro do Marco - Belém - PA - CEP: 66030-900 - Fone: (91) 3211-1876 - Cx. Postal 10000 - Belém - PA

Belém, 11 de novembro de 2019.

*Gilberto Gomes Cândido*  
Gilberto Gomes Cândido